

ANAIS DO



**I Colóquio Internacional e
Nacional de História da
Educação Profissional
(COHEP)**

**Tema: História e Memória da Formação
de Professores na Educação Profissional**

LINHA DE PESQUISA HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E
MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO PPGE/IFRN

©2020 dos autores

A reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, com propósitos de lucro e sem prévia autorização dos editores, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Direitos Reservados desta edição
PPGEP IFRN

Revisão
Ilane Ferreira Cavalcante

Catalogação
Jéssica Souza Martins – CRB 15/913

Projeto Gráfico e Diagramação
Elizama das Chagas Lemos

Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (1. : 2020 : Natal, RN).

I Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (COHEP), 08 e 09 de setembro de 2020, Natal, Brasil: Anais... / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. – Natal: 2020.

164 p.

ISBN 978-65-992308-0-6

1. Historiografia da Educação Profissional – Colóquio. 2. Arquivos e Fontes – Colóquio. 3. Política - Colóquio 4. Intelectuais – Colóquio 3. Rio Grande do Norte - Colóquio. I. / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. II. Título.

CDU 377(091)(813.2)

Comitê Científico

Avelino Aldo de Lima Neto (IFRN)

Maria da Conceição Leal da Costa (Universidade de Évora, Portugal)

Francinaide de Lima Silva Nascimento (IFRN)

Francisco das Chagas Souza (IFRN)

Ilane Ferreira Cavalcante (IFRN)

Jacques Gleyse (Universidade de Montpellier, França)

Joaquim Pintassilgo (Universidade de Lisboa, Portugal)

José Mateus do Nascimento (IFRN)

Julie Thomas (Universidade de Saint Etienne, França)

Marcelo Ubal Camacho (UTec, Uruguai)

Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

Raúl Velis (Universidade Católica de El Salvador, El Salvador)

Salim Mokaddem (Universidade de Montpellier, França)

Comissão Organizadora

Avelino Aldo de Lima Neto (IFRN)

Elizama das Chagas Lemos (IFRN)

Francinaide de Lima Silva Nascimento (IFRN)

Francisco Carlos Oliveira de Sousa (IFRN)

Francisco das Chagas Souza (IFRN)

Ilane Ferreira Cavalcante (IFRN)

Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

Comissão Técnica

Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes

Ana Liziane Araújo da Paz

Antônio Leoni dos Santos Júnior
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira
Fernando de Oliveira Freire
Joilson Silva de Sousa
Karoline Louise Silva da Costa
Laís Paula de Medeiros Campos Azevedo
Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes
Marta Mariane Ferreira Gomes de Souza
Nara Lidiana Dias Carlos

Organização dos Anais

Elizama das Chagas Lemos
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Jéssica Souza Martins
Ilane Ferreira Cavalcante
Olívia Moraes de Medeiros Neta

Apresentação	6
GT 01 – História e Narrativas da Formação para o Trabalho	7
GT 02 – Arquivos e Fontes para a História da Educação Profissional	52
GT 03 – História e Política das Instituições de Educação Profissional	79
GT 04 – Intelectuais e historiografia da Educação Profissional	142

APRESENTAÇÃO

O I Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (COHEP) é organizado pela Linha de Pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

O I COHEP tem o tema História e Memória da Formação de Professores na Educação Profissional e ocorreu nos dias 08 e 09 de setembro de 2020 de forma online com transmissão pelo Canal do PPGEP IFRN no YouTube.

O evento contou com a parceria e o apoio de diversas instituições, tais como o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e tecnológica da Rede Federal de EPT; o Programa de Pós-graduação em Ensino, desenvolvido em conjunto pela UERN, UFRSA e IFRN e o Programa de Pós-graduação em Educação, da UFRN.

Os trabalhos se concentram em três Grupos de Trabalho assim intitulados: GT 01 – História e Narrativas da Formação para o Trabalho; GT 02 – Arquivos e Fontes para a História da Educação Profissional; GT 03 – História e Política das Instituições de Educação Profissional e GT 04 – Intelectuais e historiografia da Educação Profissional

Na programação, ressaltam-se as conferências de abertura e encerramento, ministradas por convidados de instituições estrangeiras. A conferência de abertura foi apresentada pelo prof. Prof. Dr. Joaquim Pintassilgo, da Universidade de Lisboa, Portugal, intitulada *A inovação em educação numa perspectiva histórica*.

A conferência de encerramento versou sobre *História, Corpo e Trabalho* e coube ao Prof. Dr. Jacques Gleyse, da Universidade de Montpellier, França.

Equipe organizadora dos anais

1.

GT 01 – HISTÓRIA E NARRATIVAS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

O DESENVOLVIMENTISMO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes e Francisco das Chagas Silva Souza*

Francisco das Chagas Silva Souza

*IFRN - E-mail: aleksandra.nogueira@ifrn.edu.br

Desenvolvimentismo é um conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada do Brasil e a coalizão das classes sociais identificadas com o desenvolvimento nacional (BRESSER PEREIRA, 2016). O desenvolvimentismo prometia oferecer modernização para o Brasil. Trouxe à pauta uma educação como produto imediato das necessidades quer econômicas, quer sociais do país. A expressão desenvolvimentismo começou a ser utilizada no Brasil nos anos 1950 para designar, de um lado, uma forma de organização do capitalismo e, de outro, uma abordagem teórica. Essa política econômica prevaleceu no período dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) até a Ditadura Militar (1964-1985), e na gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961) (FONSECA, 2004). Neste artigo, objetivamos discorrer sobre o pensamento desenvolvimentista, um fenômeno marcante na história econômica e social brasileira do século XX, centraremos as discussões nas décadas de 1950 e 1960 e apresentaremos a ideia de educação como motor para o desenvolvimento antes e durante a ditadura, bem como as ações do Estado, de intelectuais e do empresariado nesse sentido. A investigação é qualitativa e o percurso metodológico respalda-se em análise bibliográfica sobre o tema em tela. Como resultados, inferimos que nesse

contexto, a educação passou a ser pensada tomando por base os aspectos e demandas do desenvolvimentismo econômico e social.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Educação; Economia

REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS ANOS 1990

Ana Paula Marinho de Lima*

Francisco das Chagas Silva Souza

*UERN, IFRN, UFERSA - E-mail: ninapaula01@hotmail.com

Temos como objetivo discutir algumas transformações econômicas e políticas sucedidas nos anos de 1990 que influenciaram fortemente na Reforma da Educação Profissional. Tais transformações foram desencadeadas pelo advento da globalização e da revolução tecnológica, os quais constituíram uma nova forma de organização do trabalho. Dessa maneira, o governo brasileiro realizou uma série de reformas, dentre as quais está a Reforma do Estado, fundamentado nos princípios neoliberais de competitividade, individualidade e de liberdade do mercado. Nesse cenário, foi exigida da Educação Profissional uma organização curricular de acordo com os ideários capitalistas, que exigia um novo tipo de trabalhador, capaz de exercer múltiplas tarefas, além de adaptar-se rapidamente as mudanças e incertezas do mercado. Para sancionar a Reforma da Educação Profissional, e assim assegurar ao mercado mão de obra qualificada e rápida, o Governo Federal criou o Decreto nº 2.208/1997 que teve como principal objetivo a separação curricular entre a formação geral e a técnica. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores como: Bresser-Pereira (1997, 1996), Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Mészáros (2008), Frigotto (2006), Frigotto e Ciavatta (2003, 2012), Martins (2000), Ramos (2007), Cunha (2005). A pesquisa nos mostrou que a Educação Profissional, nos moldes neoliberais, se restringiu ao treinamento de mão de obra qualificada para suprir as necessidades do mercado, reafirmando a antiga dualidade na educação, caracterizada por uma formação plena para elite e uma formação braçal para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Reforma da Educação Profissional; Neoliberalismo; Reforma do Estado.

HOMEM/MÁQUINA: FOTOGRAFIA E IMAGINÁRIO MODERNO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anna Gabriella de Souza Cordeiro*

Maria Inês Sucupira Stamatto; Olívia Morais de Medeiros Neta

* UNINASSAU - SEMEC / João Câmara - E-mail: gabriellacordeiro@hotmail.com

A construção histórica da educação profissional perpassa pela elaboração de imagens que, por sua vez, se cristalizaram no imaginário dessas instituições de ensino. Assim sendo, tem-se por objetivo analisar as fotografias que retratam a interação homem/máquina enquanto importante elemento imagético do moderno na educação profissional potiguar, aqui representada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. Para tal, foram utilizadas, enquanto fonte histórica, as fotografias contidas no Portal da Memória do IFRN. O Portal da Memória disponibiliza uma série de fontes históricas de distintas naturezas (fotografias, entrevistas, audiovisuais, documentos escritos, etc.), cada um desses documentos encerra uma fração do imaginário que circunda o IFRN. Assim sendo, parte-se do pressuposto que a realidade está impregnada pelo aspecto imaginário e que o Portal da Memória é um importante veículo para a sua circulação. A presente pesquisa embasa-se em duas poderosas correntes do pensamento historiográfico, a tradição da Escola dos Annales, hoje representada pela Nova História Cultural, e o Marxismo. Para muitos historiadores, estas duas formas de pensar e produzir a história são consideradas antagônicas, entretanto, essa relação pode representar um importante avanço paradigmático para a historiografia. Ainda no final do século XX, Guy Bois (1990) refletiu sobre esta possibilidade no capítulo Marxismo e História Nova, publicado na célebre coletânea “A História Nova”. Desse modo, as fotografias foram analisadas a partir do prisma da Nova História Cultural e do Marxismo, destacando-se os conceitos de imaginário (Le Goff) e de moderno (Marx). Por fim, entende-se a relação homem/máquina, vislumbrada nas fotografias analisadas, como um importante elemento na construção do imaginário moderno que circunda a instituição de ensino potiguar ao longo de sua história, onde a inovação tecnológica figurou/figura enquanto um dos principais elementos da identidade do IFRN.

Palavras-chave: Imaginário; Moderno; Fotografia; Educação Profissional.

O IDORT E A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO – SÃO PAULO (1932 – 1960)

Arthur Cassio de Oliveira Vieira*

Joyce Brenna da Silva Lima Rodrigues; Karoline Louise Silva da Costa;
Olívia Morais de Medeiros Neta

*UFRN - E-mail: arthur_cassio@yahoo.com.br

Este trabalho situa-se no campo da História da Educação profissional e tem como objetivo analisar as concepções de educação para o trabalho que orientavam o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) como um instrumento regulador, financiado pelo Estado, para organização e sistematização da formação da classe trabalhadora, na cidade de São Paulo. Visa-se também analisar o Instituto e sua revista como veículos de publicação e circulação dos ideais de educação para o trabalho no período, bem como espaços de sociabilidade dos intelectuais a ele vinculados. Para realização desta pesquisa, tomamos como fontes as revistas IDORT publicadas durante o período de 1932 a 1960 operacionalizadas através da metodologia da análise do discurso. Partimos, portanto, de uma abordagem cultural da História, articulando os conceitos de circulação de Roger Chartier e Sociabilidade de Jean-François Sirinelli. Mediante essas percepções, cabe destaque o entendimento do campo da história intelectual, situada no cruzamento das histórias política, social e cultural, em que, os intelectuais são definidos como mediadores culturais, produtores de bens simbólicos, e atores do político, atenciosos à vida da sociedade, bem como, presentes nos locais de produção e difusão de conhecimento. (SIRINELLI, 2003; GONTIJO, 2005). Com relação à Instituição, compreendemos o IDORT a partir das análises de Justino Magalhães, em que o espaço institucional perpassa a tessitura de relações e a construção de sentidos, indo além da circunscrição material de um prédio. Pensado e criado no início da década de 1930, o Instituto tinha como intencionalidade a organização de um sistema educacional que formasse a classe trabalhadora em uma perspectiva tecnicista, fundamentada no pensamento taylorista. Seu principal objetivo era promover o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Já a sua revista foi criada para circular as informações pertinentes ao IDORT, as quais refletem o momento histórico e político da época, assim como respaldam as concepções educacionais alinhadas ao modelo econômico vigente. De tal forma, podemos perceber a atuação de um grupo de intelectuais filiados ao IDORT, pensando a educação para o

trabalho em seu espaço-tempo e divulgando essas ideias em um periódico, com vistas à aplicação de um modelo educacional pautado na racionalidade e na cientificidade.

Palavras-chave: História da Educação; Educação para o Trabalho; IDORT.

HISTÓRIA E NARRATIVAS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DAS MULHERES DE IPANGUAÇU/RN

Carolayne Mabel Victor da Cunha*

Sabrina Mirelly de Souto Lopes; Evelyne Nunes de Oliveira Galvão

*IFRN - E-mail: mabelcarolayne@gmail.com

Historicamente as diferenças entre homens e mulheres, no que se refere ao trabalho, ao poder e ao sexismo na sociedade vem cada vez mais se tornando foco de pesquisas científicas, pois configura-se como um tema social importante. É sabido que as mulheres ocupam os mais variados papéis na sociedade contemporânea, lugares permeados por um conjunto de correlações que pode servir como objeto de investigação.

Perrot (2005) afirma que no século XIX a visão da mulher era apenas de “senhora do lar”, cujas funções eram cuidar dos filhos, do marido e manter a casa organizada. Por muito tempo, a imagem do sexo feminino esteve ligada a ideias de moralidade, maternidade e pureza. Ao longo do século XX, como aponta Nogueira e Schelbauer (2007) o papel da mulher esteve atrelado à docência, o que causou a feminilização do magistério. Sendo assim, a mulher passou a ser idealizada como educadora da infância.

Partindo em busca da compreensão dos locais, períodos e culturas em que as mulheres viveram, muitas vezes submetidas a estigmas sociais que afetaram sua visão de mundo, esta pesquisa teve como objetivo principal obter repostas sobre quais cenários as mulheres do município de Ipanguaçu, Rio Grande do Norte (RN), cresceram e tiveram influência sobre as escolhas no campo profissional.

Este trabalho contou com pesquisa bibliográfica acerca da história dos processos formativos vividos pelas mulheres ao longo do tempo e aplicação de questionário no formato remoto através da plataforma Google Docs.

Os principais resultados deste estudo apontaram que, ao longo da história, os cursos profissionais oferecidos as mulheres a objetivavam e não tinham o intuito de formar uma profissional, mas sim ensiná-las a

serem boas professoras para que pudessem, indiretamente, serem boas mães e esposas. Esse modelo de família, onde havia uma mãe (subjugada), pai e filhos foi transportado para o espaço educacional. Sendo assim, muitas das mulheres entrevistadas relataram que só havia opção no âmbito profissional: ser professora. Ou seja, a educação profissional no âmbito da democratização das profissões para as mulheres do município de Ipanguaçu não foi difundida ao longo do tempo de maneira satisfatória.

O acesso a informação nunca se deu de forma igualitária ao longo dos séculos, tendo como consequência a segregação das profissões de destaque entre homens e mulheres, a diferenciação salarial, em que o único fator é apenas baseado no sexo, permeados pelo machismo presente na sociedade. Sendo assim, é imprescindível existir mais discussões sobre esse tema, estudos e políticas sejam fomentados para que as noções de equidade tornem-se realidade, na busca incessante para que as mulheres exerçam seus papéis de direito.

Palavras-chave: Mulheres na Educação Profissional; Ipanguaçu; Rio Grande do Norte; Sexismo.

ENSINO MÉDIO INTEGRADO: PERMANÊNCIA DO HISTÓRICO DUAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA OU O HORIZONTE DA ESCOLA UNITÁRIA?

Claudia Maria Bezerra da Silva*

*UFPE - E-mail: claudiambe27@gmail.com

O presente estudo tem como finalidade analisar a formação no Ensino Médio Integrado, discutindo-a na perspectiva da escola unitária que concebe a formação humana em sua totalidade. O foco dessa discussão está no Ensino Médio Integrado como possibilidade de diminuir a dualidade histórica brasileira que amplia o fosso educacional entre a classe favorecida economicamente e a classe trabalhadora. Para os procedimentos de pesquisa foram realizadas a revisão da literatura e a análise de documentos. O referencial para fundamentar as discussões está pautado em estudiosos que se dedicam à investigação e produção teórica relacionada à Educação Profissional, Ensino Médio Integrado e escola unitária, como: Ciavatta (2014), Saviani (2007), Gramsci (2001), entre outros. Em relação à análise de documentos, o levantamento do material ocorreu tendo como fontes os oficiais do Governo Federal

relacionados à temática, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996 e o Decreto nº 5.154/2004, que puderam auxiliar na historicização e compreensão da educação no Brasil. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários com professores e pedagogos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/Campus Recife. A análise e interpretação dos dados basearam-se nos princípios da análise de conteúdo de Bardin (2016). Os achados da pesquisa sugerem que coexistem entendimentos que apontam para uma formação para o mercado de trabalho e para uma formação propedêutica, o que denuncia uma compreensão parcial ou inexistente dos princípios histórico, filosófico, pedagógico e político do Ensino Médio Integrado. Seria como se, ao compreender a proposta de Ensino Médio Integrado, os sujeitos utilizassem erroneamente como referência a concepção de composição curricular por justaposição do ensino médio com a habilitação profissional, causando preocupação sobre como está sendo encaminhada a prática docente e pedagógica dos participantes na Instituição. Os esforços em garantir o Ensino Médio Integrado na legislação brasileira e nos Institutos Federais são valorizados, mas ainda há muito a ser feito no sentido de romper com a fragmentação na formação, garantindo, de fato, uma formação integrada e integral.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Escola Unitária; Educação Profissional e Tecnológica.

FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: IMPORTÂNCIA DO PROCESSO FORMATIVO À LUZ DOS DOCENTES

Claudia Maria Bezerra da Silva*

*UFPE - E-mail: claudiambe27@gmail.com

Este artigo apresenta um estudo que teve como finalidade analisar as concepções e a importância da formação continuada para o trabalho do professor do Ensino Médio Integrado. Desenvolveu-se o tema por meio da revisão da literatura e análise de documentos e, como instrumentos de pesquisa, foram aplicados questionários com professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/Campus Recife. O referencial utilizado para fundamentar as discussões pauta-se em estudiosos que se dedicam à investigação e produção teórica

relacionada à formação continuada do professor e sobre a Educação Profissional, como: Moura (2013, 2014), Ramos (2008, 2017), Machado (2008), Nóvoa (2002), Imbernón (2011), Candau (2001), entre outros. A análise e interpretação dos dados basearam-se nos princípios da análise de conteúdo de Bardin (2016). Os achados da pesquisa sugerem que os professores reconhecem a formação continuada como importante para o trabalho docente, tendo em vista que permite a atualização dos conhecimentos, a melhoria da prática e um espaço para socialização de experiências. Conclui-se que a formação continuada dos professores é necessária para que o Ensino Médio Integrado possa resultar em uma formação do aluno que atenda, de fato, aos princípios da formação humana integral. Para isso, o processo formativo demanda a necessidade de promover novos estudos e ressignificações, ser mediado pela prática em sala de aula e envolver de forma complementar as seguintes dimensões: os princípios do Ensino Médio Integrado e a relação com o mundo do trabalho; a formação na área dos conhecimentos específicos para o domínio do conteúdo a ser ministrado; e a formação didático-político-pedagógica necessária para a prática docente em sala de aula.

Palavras-chave: Formação Continuada do Professor; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica.

A PRÁTICA DO GUIA DE TURISMO NO SERIDÓ

Elisângela Bezerra das Neves Holanda*

*SENAC-RN - E-mail: elisanbh@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma abordagem prática da execução de uma atividade de guiamento no Seridó Potiguar. O objetivo está centrado no desenvolvimento de uma excursão, onde os alunos possam colocar em prática os conhecimentos históricos, geográficos, mercadológicos, dando sentido ao seu fazer profissional. O aluno precisa desenvolver as competências necessárias para a realização de uma viagem que deverá envolver: a escolha do roteiro, meios de hospedagens, restaurantes e principais atrativos turísticos da região. Por se tratar de uma prática desenvolvida pelo aluno, será necessário seguir as seguintes metodologias: definição do roteiro, precificação da viagem, contato com a infraestrutura da localidade a ser visitada (restaurantes, pousadas e atrativos turísticos), confecção de ficha médica, etiquetas de bagagens, lista de passageiros e folders contendo informações sobre a viagem. Os

alunos mostraram que é possível planejar e organizar viagens regionais, de acordo com as competências desenvolvidas em sala de aula, tendo como ponto de partida a assimilação dos indicadores de aprendizagem. A atividade prática revelou que os alunos estão aptos para o guiamento regional e que conhecem todo o processo de trabalho do guia de turismo. Como resultado, os alunos promoveram uma Mostra Cultural sobre o Seridó. Nesta atividade os alunos apresentaram as potencialidades dos municípios de Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas e Parelhas, seguido dos aspectos históricos e geográficos que serão divulgados para o público através de banners, seguido de exposição oral. Houve momentos culturais com apresentações de repentistas, mamulengueiros e degustação da gastronomia regional. Pensando no público pedagógico, houve ainda contadores de história, sorteios de brindes e estandes com os artesanatos seridoenses. A mostra cultural fechou toda a proposta a ser realizada em uma vivência prática do curso de guia de turismo.

Palavras-chave: Turismo; Guiamento; Seridó; Desenvolvimento de competências

ESCOLA NORMAL: UM OLHAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

Gabriel Duarte da Fonseca*

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

*IFRS - E-mail: gabrieldfonseca@hotmail.com

O estudo parte do recorte da fundamentação teórica delineada na pesquisa de dissertação de mestrado, sobre uma instituição formadora de professores para educação básica, localizada no município de Viamão, intitulada “A preservação da memória e da história do Curso Normal no I.E.E. Isabel de Espanha”, justificando o estudo relacionando a formação docente na perspectiva da dualidade, como espaço de Educação Profissional e Tecnológica, considerando que a oferta do curso abrange sujeitos concluintes do ensino fundamental, aptos a cursar o Ensino Médio Normal. Objetivo da pesquisa é elucidar a formação docente para atuação na educação básica, ofertada na escola normal, considerando como espaço de formação profissional, constituindo uma formação para o trabalho, considerando os múltiplos saberes necessários para atuação profissional e seus diversos espaços de atuação. A metodologia

proposta é uma pesquisa documental, revisão bibliográfica da história da escola normal no estado do Rio Grande do sul, fazendo uso da análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Os resultados esperados são compreender está relação da dubiedade do espaço da formação docente como espaço de formação profissional no alicerce da formação para o trabalho, considerando que a presente pesquisa contribuirá para os estudos do projeto de mestrado, os resultados são parciais, em vista que a pesquisa está em andamento.

Palavras-chave: Escola Normal; Formação docente; Formação profissional

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Gislene Miotto Catolino Raymundo*

Tânia Regina Raitz; Verônica Gesser

*IFSC - E-mail: gismiotto@gmail.com

Fazer-se docente é um desafio, especialmente na Educação Profissional Tecnológica (EPT) que conjuga níveis e modalidades de ensino diferenciados, ao mesmo tempo em que permeia o desenvolvimento do perfil do egresso à formação para o mundo do trabalho. O desenvolvimento dessa pesquisa realiza-se no estágio de pós-doutoramento da primeira autora. Desde que entrei na Rede Federal, em 2012, especialmente a partir da minha lotação como docente no Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que tem por missão atuar na formação de gestores e servidores do IFSC e da Rede Federal EPT (PDI 2020-2024/IFSC), deparo-me com um grande desafio nos momentos de formação com os servidores, propor práticas avaliativas que possibilitem para que a aprendizagem dos estudantes extrapole os muros da escola, isto é, colaborem de forma significativa com o processo formativo para o mundo do trabalho. O objetivo dessa pesquisa é estudar sobre as práticas avaliativas e contribuir com a avaliação no processo de ensinar e aprender dos docentes na Educação Profissional técnica de nível médio. Para que seja significativa a contribuição deste estudo, especialmente para os envolvidos com a Educação Profissional de Nível Médio, está sendo elaborada uma busca detalhada na produção científica acerca da temática a ser investigada. Quanto aos procedimentos para a realização deste estudo bibliográfico a metodologia utilizada é de natureza

qualitativa, com pesquisa sobre avaliação do processo ensino e aprendizagem na educação profissional na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Capes. Também será realizada análise documental sobre as práticas avaliativas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio, disponibilizados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSC, compreendo o período de 2018 a 2020. A contribuição deste estudo, que se encontra em andamento, é ampliar conhecimentos, estudos, reflexões e apresentar propostas de ação para as questões sobre a avaliação na Educação Profissional, considerando a diversidade do público que esta modalidade de ensino atende. Os Resultados desse estudo serão disponibilizadas no ambiente virtual (plataforma moodle/IFSC).

Palavras-chave: Educação Profissional; Avaliação; Formação.

HISTÓRIA DA SUA VIDA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES: NARRATIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CEJA ALFREDO SIMONETTI (MOSSORÓ-RN)

Hudson Toscano Lopes Barroso da Silva*

*IFRN - E-mail: hdsntscn@gmail.com

O presente trabalho visa apresentar os resultados obtidos a partir da experiência de observação sistemática e intensiva que foi realizada na disciplina “Educação de Jovens e Adultos” do curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e teve por finalidade identificar como a educação de jovens e adultos (EJA) é percebida pelos professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Prof. Alfredo Simonetti (Mossoró-RN), bem como a forma de diálogo existente perante as diferentes realidades encontradas em sala de aula. Para a construção efetiva da pesquisa, os dados coletados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada, seguindo-se, para isso, todos os padrões estabelecidos pelo Comitê de Ética de Pesquisa. Dos 60 professores da instituição, apenas uma se prontificou a participar da pesquisa após os apontamentos realizados. A entrevistada atua na perspectiva de inclusão de jovens e adultos com necessidades especiais e auxilia os demais professores no desenvolvimento de atividades que possam contribuir para a melhoria do ensino. Os resultados obtidos mostram que não é fácil trabalhar nessa perspectiva pois é necessário o

desenvolvimento de estratégias que dialoguem com a realidade dos alunos e que sejam significativos na interação entre professor-aluno, pois muitos dos alunos são de baixa renda e há uma certa desestruturação familiar, o que influencia na aprendizagem. Além disso, apresentando uma aproximação da realidade permite que o aluno consiga se sentir motivado, conclua seus estudos e aumente as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. A partir dos resultados encontrados, nota-se que a EJA é um campo em constante redefinição e isso ocorre devido a pluralidade de contextos existentes em sala de aula, bem como devido ao avanço nas técnicas e metodologias didáticas as quais devem ser aplicadas em cada sala, sendo necessário a formação continuada docente para que se possam atender as demandas da sociedade de jovens e adultos que buscam as escolas, que normalmente são aqueles que necessitam de um certificado de conclusão para assumir algum cargo.

Palavras-chave: EJA; Ensino-aprendizagem; Didática; Formação continuada.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E RELAÇÕES DE GÊNERO: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE CIENTÍFICAS

Ieda Fraga Santos*

Elza Ferreira Santos

*IFS - E-mail: elza.ferreira@ifs.edu.br

Este trabalho deriva de estudos que envolvem Educação Profissional e Tecnológica e relações de gênero. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica no que se refere ao resgate da história da educação das mulheres na EPT e de uma pesquisa participante em que resgata a vida de cientistas que corroboram com a formação acadêmica de alunos e alunas. Essa investigação se insere no grupo pesquisa Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe e foi articulada durante o processo que culminou na dissertação desenvolvida no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica em 2019. A pesquisa contou com a participação de estudantes e docentes do segundo ano do ensino médio Integrado de Eletrônica do Campus Aracaju. Além disso, houve o apoio, por meio de uma bolsa, da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE). Na primeira etapa da pesquisa, realizamos um levantamento acerca da

História das Mulheres na Educação Profissional Brasileira. A história da educação das mulheres é caracterizada por um longo período de exclusão e por uma inclusão de forma lenta em áreas específicas, destinando-se a elas alguns campos do conhecimento, atrelados ao cuidado com as pessoas (CARVALHO, RABAY, 2013). Somente no final do século XIX são criadas as primeiras Escolas Profissionais Femininas. No Rio de Janeiro, o Instituto Profissional Feminino é criado no ano de 1898. A partir daí, elencamos outras escolas que surgiram ao longo do século XX. Na segunda etapa da pesquisa, conjuntamente com discentes de Eletrônica buscamos resgatar a biografia de mulheres cientistas, a saber: Hipátia, Marie Curie e Mileva Einstein. A escolha se deveu a várias razões. A primeira cientista é um ícone da antiguidade e mostrou às/aos discentes que desde a Antiguidade as mulheres estudam ensinam, pesquisam e produzem bastante. A segunda é reconhecida com dois prêmios nobel mas ainda pouco presente nos livros didáticos. A terceira, uma grande matemática cujos trabalhos estão relacionados à construção da teoria da Relatividade, mas é uma cientista desconhecida, embora seu esposo - Einstein - seja um expoente no mundo da física. Foram selecionadas bibliografias, as quais foram lidas, resumidas, debatidas nos encontros partilhados com as aulas de Língua Portuguesa. Acreditamos, por fim, que problematizar a questão de gênero no âmbito da educação profissional configura-se como um ato revolucionário, uma vez que, como vimos, essa foi historicamente marcada por um intenso silenciamento.

Palavras-chave: Ensino; Educação Profissional feminina; Mulheres na Ciência;

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CURSOS DE LICENCIATURA: NARRATIVAS DE ESTUDANTES EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL

José Wegino dos Santos Saturnino (Bolsista PIBIC/FECOP/URCA)*
Cicera Sineide Dantas Rodrigues; Maria Gislayne Borges Maia
*URCA - E-mail: wegino.santos@gmail.com

O estudo consiste em um recorte do projeto de Iniciação Científica intitulado Docência universitária e práticas em licenciaturas da URCA: Narrativas discentes. A temática da pesquisa está relacionada à formação e ao trabalho pedagógico do professor do Ensino Superior, mais especificamente à pedagogia universitária. O objetivo central da investigação está na análise das narrativas dos educandos sobre práticas

pedagógicas desenvolvidas em cursos de licenciatura da Universidade Regional do Cariri (URCA), destacadas por eles como significativas para o seu processo de aprendizagem. A problemática da investigação pode ser traduzida na seguinte pergunta: Quais práticas pedagógicas desenvolvidas em licenciaturas da URCA os estudantes da pesquisa consideram significativas para a sua formação profissional docente? A abordagem metodológica do estudo se orienta por bases qualitativas da pesquisa. Na fase inicial do estudo foi aplicado questionários semiestruturados com estudantes dos semestres finais de 12 licenciaturas da instituição em pauta, com o objetivo de mapear práticas pedagógicas assinaladas pelos alunos como as usualmente utilizadas pelos professores em seus cursos de formação, destacando-se as que eles consideram mais importantes para a aprendizagem da docência. A investigação em curso está em fase de transição para a etapa final da pesquisa, em que será realizada entrevista aberta com uma amostra destes estudantes para a escuta de suas narrativas acerca das práticas apontadas por eles, na primeira fase do estudo, como as mais significativas para sua formação profissional, com o objetivo de conhecer a visão dos estudantes acerca da docência universitária e das práticas pedagógicas desenvolvidas a partir de uma reflexão de sua formação enquanto aluno. Nos resultados da primeira fase da pesquisa pode-se verificar, através dos dados coletados, quais são as práticas pedagógicas mais utilizadas pelos professores de licenciaturas da URCA, nos aproximando das metodologias identificadas como as mais significativas e as menos significativas para aprendizagem, além de elencar os principais recursos utilizados pelos docentes em suas aulas no contexto pesquisado. Na etapa em desenvolvimento pretendemos fortalecer estudos já existentes acerca da formação e do trabalho pedagógico docente no ensino superior. Nesse sentido, promove o entendimento da importância de escutar as narrativas dos discentes das licenciaturas sobre o papel dos professores universitários em sua formação profissional. A pesquisa evidencia ainda que o ato de ensinar na Universidade transborda o mero repasse de conteúdos, pois a prática dos docentes formadores expressa saberes tácitos que são incorporados pelos discentes e podem se refletir na formação destes para a docência.

Palavras-chave: Formação de professores; Docência Prática Pedagógica; Narrativas Discentes

MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Jussara Cassiano Nascimento*

*UERJ - E-mail: professorajussara@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa concluída cujo objetivo foi compreender os processos de socialização e trajetória de formação de quatro professoras alfabetizadoras, atuantes na rede pública de ensino da Cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Em meio a tantos outros saberes, a experiência do trabalho docente é percebida como elemento de formação capaz de valorizar o papel dos conhecimentos adquiridos na prática. Entendendo a vida cotidiana como território privilegiado do saber, optei por buscar a fundamentação teórica e metodológica em pesquisadores que procuram aproximar a educação da vida, apontando num processo de interação e interlocução, possibilidades interpretativas do saber-fazer docente. Apresento narrativas (auto) biográficas de professoras que atuam como alfabetizadoras, buscando compreender o modo como foram se construindo alfabetizadoras na experiência com o trabalho alfabetizador, principalmente como viveram o movimento de mudança conceitual em termos de alfabetização, acontecida no Brasil ao final dos anos 1980 e início da década de 1990, com a chegada da Psicogênese da Língua Escrita. Essa mudança conceitual refere-se ao deslocamento do eixo de como se ensina para o modo como as crianças aprendem. Desta forma, o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa como agente e a escola como lugar de crescimento profissional permanente. A fundamentação teórica e metodológica espelha-se nas propostas de Benjamin (1994), Ferrarotti (1988), Ferreira & Teberosky (1985), Goodson (2000), Josso (2004), Nóvoa (2000), Souza (1999), dentre outros. No presente estudo, as narrativas dessas professoras foram compreendidas como dispositivos de pesquisa-formação. Os resultados apontam que a formação de professores deve ser compreendida como resultante dos múltiplos contextos dos quais a professora participa: através das experiências vivenciadas, nas trocas e discussões com seus pares, no cotidiano da sala de aula, nos encontros oficiais ou não de formação e, portanto, não pode ser considerada como um momento único. Precisa ser compreendida como uma formação que acontece ao longo da vida.

Palavras-chave: Pesquisa (auto) biográfica; Alfabetização; trajetória de formação; narrativas.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Rafaela Caroline Alves dos Santos*

Jéssica de Souza Martins; Francinaide de Lima Silva Nascimento

*IFRN - E-mail: rafaellaalves00@hotmail.com

As análises e discussões propostas nesse trabalho são relativas ao processo histórico das legislações voltada à educação para o trabalho. Estas remontam ao período do Império até os dias atuais. A trajetória dos marcos históricos das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira são de extrema importância para a compreensão das políticas públicas voltadas à Educação Profissional, assim podemos compreender os marcos históricos de avanços e até mesmo de retrocessos. A análise realizada neste artigo partiu da primeira Lei de Diretrizes e Bases lei n. 4.024/1961, até a mais atual, que trata-se da LDB n. 9394/1996 e suas alterações. Dessa forma, objetiva-se analisar a trajetória histórica, assim como as funções sociais da Educação Profissional propostas nas Leis de Diretrizes e Bases da educação brasileira. Como procedimento metodológico foi adotado uso da análise de conteúdo de Bardin (2011), revisão bibliográfica e documental. O referencial teórico utilizado, contemplou autores como Cunha (2005), Manfredi (2002), Kuenzer (1995), Frigotto (1996), Brandão (1976). A partir da revisão bibliográfica e documental percebe-se que a trajetória história da Educação Profissional brasileira é marcada por atender aos interesses econômicos em detrimento das populações, uma vez que o objetivo central, desde o período imperial, era de preparar mão de obra para as indústrias e, conseqüentemente, atender a uma demanda social e econômica. Por fim, analisamos que a trajetória das Leis de Diretrizes e Bases na Educação Profissional, do Brasil, é marcada por disputas políticas, com vários momentos de retrocessos sociais e de dualidades, fragmentação no processo educacional.

Palavras-chave: Educação Profissional; História da Educação Profissional; Lei de Diretrizes e Bases.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO À PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL.

Kardenia Almeida Moreira*

*IFRN - E-mail: kardeniapcp@gmail.com

O presente trabalho expõe dados de uma pesquisa destinada a analisar o delineamento histórico da Educação Profissional no Brasil, descrevendo o processo de transição de sua finalidade educativa que partiu da racionalidade técnica até a formação humana integral. Para tanto, esta investigação, de abordagem qualitativa, teve como percurso metodológico a pesquisa documental a partir da análise de leis e decretos que regulamentaram a Educação Profissional no Brasil, dentre outros e de um levantamento bibliográfico de autores que discutem a temática, tais como Manfredi (2002), Cunha (2002), Frigotto (2005), Kuenzer (2007), Caires e Oliveira (2016) e Ciavatta et al (2019). O estudo constatou que a Educação Profissional no Brasil em sua gênese estava pautada numa vertente assistencialista, cuja finalidade da formação limitava-se a conformação dos sujeitos ao aprender a fazer, num determinismo pragmático. Entretanto, em seu delineamento histórico, percebemos que foi concebida uma nova compreensão acerca da relação trabalho-educação. Esta nova vertente, baseada na politecnia e na formação integrada, destina sua finalidade educativa na formação do sujeito-cidadão que não domina apenas a técnica, mas que se apropria dos conhecimentos de modo que compreenda globalmente o processo produtivo no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional; Delineamento Histórico; Finalidade Educativa.

REFLEXÕES SOBRE O HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA ODONTOLÓGICA NO BRASIL

Karina Regalio Campagnoli*

*UEPG - E-mail: karinaregalio@hotmail.com

Este trabalho pretende problematizar a trajetória histórica da Educação Profissional na área odontológica no Brasil, composta pelos cursos

técnicos de Prótese Dentária e de Saúde Bucal, os quais foram reconhecidos formalmente há pouco tempo. O curso de Técnico em Prótese Dentária goza de amparo legal desde 1978 e o curso de Técnico em Saúde Bucal alcançou essa conquista em 2008. Assim, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre o desenvolvimento dessas profissões, especialmente em relação ao percurso histórico desses cursos que foram institucionalizados ao longo do tempo. Além disso, intenciona-se investigar aspectos relacionados às mudanças que a legislação trabalhista trouxe para os profissionais formados nesses cursos, assim como, as melhorias em termos de segurança para os seus campos de trabalho e também em relação à infraestrutura docente necessária para a formação técnica e pedagógica para consolidar essas ocupações em termos educacionais. Com esse intento, foi realizada pesquisa bibliográfica em meios eletrônicos como: Google Acadêmico, SCIELO e Banco de Dissertações e Teses da CAPES. As palavras-chave utilizadas foram: Educação profissional em Odontologia, formação técnica em Odontologia e profissões odontológicas auxiliares. Buscou-se compreender como ocorreu o desenvolvimento da constituição da formação profissional dessas profissões, consultando literatura que abordasse essa temática, além da análise de documentos legais, tanto trabalhistas, quanto dos órgãos de classe que representam essas categorias funcionais. Além disso, também buscou-se compreender esses aspectos por meio do exame das primeiras discussões sobre o desenvolvimento da Educação Profissional da área odontológica, as quais foram realizadas nos Estados Unidos, até chegar à consolidação formal dessas profissões por meio de cursos específicos no Brasil. O referencial teórico está subsidiado pelas contribuições de Freire (1996), Almeida (2003), Medeiros Neta (2016), Vieira e Souza Júnior (2016), entre outros. Constatou-se que a consolidação da Educação Profissional na área odontológica trouxe alguns benefícios para os envolvidos nesse âmbito, pois os estudantes desses cursos tiveram a oportunidade de tornarem-se trabalhadores com direitos reconhecidos em lei, a partir da formalização da profissão, demonstrando assim, a relevância dessa formação institucionalizada específica para essas profissões, classificadas como de nível técnico ou profissional. Além disso, a constituição da Educação Profissional no campo de conhecimento da Odontologia, colaborou para que os pacientes atendidos por esses profissionais, direta ou indiretamente, também tivessem a oportunidade de contar com a segurança e a garantia de uma formação educacional fundamentada por conteúdos sistematizados.

Palavras-chave: Educação profissional em Odontologia; Formação técnica em Odontologia; Profissões odontológicas auxiliares.

HISTÓRIA E NARRATIVA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Karinise da Silva Carvalho*

*ISEP - E-mail: karyenego2022@gmai.com

o presente estudo discutirá os aspectos da formação do professor de Educação Infantil, com base nas reflexões sobre narrativas e histórias dentro do contexto escolar na Educação Infantil. Como esse profissional poderá está se qualificando por meio de formações inicial e continuada, para inovar suas metodologias na sala de aula. Trará reflexões sobre os percursos formativos e sobre as origens da prática pedagógica. iremos analisar as percepções que as instituições de ensino escolares tem sobre os alunos e o que os professores pensam sobre a importância de experiências vivenciadas na sala de aula para tornar cada vez mais aguçada o interesse do aluno pelo conhecimento.

Palavras-chave: Educação Infantil; aprendizagem; formação

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Karinise da Silva Carvalho*

*ISEP - E-mail: karyenego2022@gmai.com

O objeto de estudo do presente artigo é como se trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil. O objetivo do estudo é discutir a educação ambiental voltada para a educação infantil, formando valores nos educandos, gerando assim a conscientização e sensibilização das crianças em relação à importância da preservação do meio ambiente. O trabalho com a Educação Ambiental precisa se desenvolvido desde a Educação Infantil ensinando e conscientizando as crianças através da própria sala de aula de aula, que é o ambiente em que essas passam a maioria do tempo escolar, mostrando que não devem jogar lixo não chão e na própria escola mostrando plantas, instigando-as a preservarem as árvores e em consequência serem futuros cidadãos responsáveis com o

meio ambiente, pois a Educação Ambiental visa às mudanças de hábitos dos indivíduos, contribuindo para um planeta saudável com qualidade de vida para todos os seus habitantes. A criança precisa compreender desde cedo que precisa estar cuidando do planeta em que vive e isso é possível quando a mesma entra em contato com elementos da natureza e o professor precisa estar sempre mediando essa interação mostrando a essa criança que o futuro do planeta em que vivemos depende da preservação do meio ambiente. De modo geral, o trabalho constituiu-se metodologicamente dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Buscou-se respaldo teórico nos estudos de Andrade (2009), Nicolau (2000) e Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998) entre outros.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Infantil; criança.

A PESQUISA HISTÓRICA SOBRE A REDE FEDERAL DE EPT: PRODUÇÃO ACADÊMICA E OS 'LUGARES DE MEMÓRIA' NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Lêda Cristina Correia da Silva*

Solange Lopes de Alencar

*IFPE - E-mail: ledasilva@recife.ifpe.edu.br

Percorrendo uma linha histórica desde sua fundação como Escola de Aprendizizes Artífices, nos longínquos anos de 1909, chegando até a atualidade como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, buscou-se fazer um levantamento da produção bibliográfica sobre o processo histórico de formação dessa instituição que conta já com 111 anos de existência. Tendo se iniciado oficialmente com a presidência de Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as escolas estavam voltadas aos “desvalidos da fortuna”, filhos e filhas da classe trabalhadora. As Escolas de Aprendizizes Artífices receberam seus primeiros estudantes a partir de 1910, em instalações próprias ou cedidas para esse fim. Desde então, tal estrutura escolar, passou por diversas mudanças em sua estrutura organizacional e de ensino culminando, em sua última alteração, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu naquele momento a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, objetivamos apresentar um levantamento da

produção bibliográfica sobre a história da rede federal de educação profissional e tecnológica e dos processos de preservação da memória que têm sido encetados em alguns institutos federais. Quais são as produções bibliográficas e pesquisas existentes sobre a história desta rede federal em EPT? Como as memórias sobre as instituições que compõem esta rede são preservadas? Para tanto, tomamos a pesquisa bibliográfica em bases de dados e repositórios digitais e a pesquisa nos sites institucionais como procedimento de pesquisa. É possível observar uma retomada das pesquisas acadêmicas sobre a educação na Rede EPT a partir dos anos 2000 cujo resultado são dissertações e teses que têm o período referente às Escolas de Aprendizes Artífices como centralidade das pesquisas. Esses trabalhos, em sua maioria, têm como referência Celso S. Fonseca, Luiz Antônio Cunha e Manoel Jesus Soares, em cujas produções sobressaem ainda apontamentos de fontes e dados extraídos de documentos oficiais, isto é, produzidos pelas instituições e pelos órgãos de controle, como os de Educação e Fazenda. No âmbito institucional, esta pesquisa evidenciou a existência de ações de preservação e divulgação das memórias da educação profissional na rede EPT especialmente nas comemorações do centenário. A constituição de “lugares de memória” precedeu este momento celebrativo, porém, a criação destes espaços tem sido intensificada especialmente nos últimos anos, por meio de projetos, programas e espaços voltados à preservação, pesquisa e valorização da história institucional: são núcleos, centros de memória e memoriais em vários institutos federais que salvaguardam e buscam divulgar uma história que envolve os diversos sujeitos do processo educativo e que se faz presente na história da educação brasileira há mais de um século.

Palavras-chave: Memória; História; Escolas de Aprendizes Artífices; História da Educação.

LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO: UM PASSADO DISTANTE (?)

Luciana de Souza Mazur*

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

*IFRS - E-mail: luciana_mazur@yahoo.com.br

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior, relativa ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto

Alegre, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Tem por objetivos demonstrar as possibilidades do estudo da legislação educacional vigente entre os anos de 1942-1961 (Leis Orgânicas do Ensino) para a compreensão do contexto social da educação profissional no período relativo ao recorte temporal escolhido, assim como tornar mais atrativo, por parte dos discentes, o conhecimento dessa legislação, possibilitando uma reflexão, em diferentes níveis de ensino, a respeito de semelhanças ou diferenças em relação às leis vigentes no que se refere à educação profissional, em especial no tocante à legislação relativa à instituição da qual fazem parte, lembrando a importância do direito à educação. A justificativa para a escolha do tema se deve ao desdobramento de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de especialização ofertado pelo IFRS, o qual versa sobre o ensino secundário no mesmo período objeto de estudo, tendo despertado o interesse da pesquisadora em aprofundar os estudos desse período, desta vez voltado à educação profissional, tema do curso de mestrado. Como é sabido, a linguagem mais técnica e muitas vezes de difícil compreensão pelos cidadãos acaba acarretando um desinteresse por parte da população em geral no que se refere ao conhecimento das normas. E em que pese, à primeira vista, possa parecer que a legislação educacional relativa às Leis Orgânicas do Ensino esteja muito distante de nosso dia a dia e, por essa razão, em um primeiro momento, seria possível cogitar que não haveria um propósito ou relevância em se dedicar um estudo acerca de tais normas, criadas há mais de setenta anos, com o presente trabalho pretende-se demonstrar que a História da Educação Profissional está mais próxima de nosso dia a dia do que imaginamos. Vale destacar que a educação profissional trata-se de um caminho buscado por muitos jovens para fins de qualificação e, conseqüentemente, ingresso no mercado de trabalho, eis que o acesso ao ensino superior ainda é bastante restrito para boa parte da população, a exemplo do que ocorria décadas atrás. Também aqueles que pretendem retomar os estudos para conseguir uma recolocação no mercado buscam por cursos técnicos. Nesse contexto, o presente estudo igualmente se presta para discussões sobre o mundo do trabalho de ontem e de hoje. O referencial teórico-metodológico conta com Pierre Bourdieu, Maria Ciavatta, Dante Henrique Moura e as Leis Orgânicas do Ensino (Reforma Capanema). A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental, em especial a análise da legislação acima indicada. A presente pesquisa possui resultados parciais, pois encontra-se em andamento.

Palavras-chave: História da Educação; Educação Profissional; Leis Orgânicas do Ensino

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Maria Elizete Guimarães Carvalho*

Emmily Daiane da Silva; Francisco Ribeiro Viana

*UFPB - E-mail: emmilyeds22@gmail.com

A partir da concepção de que o indivíduo é um ser social inacabado, portanto carente da interação social para a construção de seu projeto de humanização, configura-se a educação como a grande mediadora deste processo. Com fundamento nessa concepção, este estudo tem como objetivo discutir a Educação de Jovens e Adultos à luz da Educação em Direitos Humanos que com sua abrangência, compreende em seu cerne diversos procedimentos educacionais, balizados por ideias que visam a autonomia do sujeito e a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. A importância e a urgência de discutir e de educar em e para os direitos humanos mais do que nunca, se torna imperiosa. A partir de análises de conjuntura da realidade atual, somos conduzidos a perceber que a prática de uma pedagogia que contribua para a conscientização do sujeito é o caminho para um futuro de respeito aos direitos humanos e ao planeta, configurando-se tal pedagogia como mediadora de conflitos através do diálogo. Como desenvolvimento do trabalho, em um primeiro momento, será apresentado o caminho metodológico percorrido. Em seguida, como fundamentação teórica, serão apresentadas algumas concepções, tendências e perspectivas da EDH, assim como uma conceituação acerca da EJA - Educação de Jovens e Adultos. Como resultados e discussão será apresentada a experiência de educação popular Quarentas Horas de Angicos/RN, como exemplo de uma prática educacional exitosa, baseada no respeito às pessoas como sujeitos de direitos. E por fim, seguirão as considerações finais. O nosso estudo encontra-se fundamentado em Freire (2011), Lyra (1996), Mara (2013), e nas reflexões de Carvalho (2012), entre outros. O que se espera desse estudo é que ele possa contribuir de alguma forma para uma reflexão crítica acerca de uma educação que não esteja subjugada aos ditames do mercado, que valorize os sujeitos e o planeta, como casa de todos e todas, igualmente. Priorizando os temas centrais deste estudo, o trabalho se deu a partir da pesquisa qualitativa, apropriando-se de fontes bibliográficas. Para isso foi realizado um levantamento de livros e artigos

acadêmico dando prioridade ao contexto autoral da própria Universidade Federal da Paraíba. Buscamos na biblioteca Central da UFPB e em sites confiáveis as fontes necessárias para a elaboração do trabalho. Essa fase foi sucedida de leituras, discussões, análises e sistematizações. Circunstanciado pelo horizonte histórico cultural, este trabalho parte da concepção de que o ser humano nasce humano e ao longo de sua existência, numa perspectiva de construção e desconstrução, enquanto projeto existencial, vai se humanizando, e essa realização acontece mediante sua interação com o meio. Nesse sentido, compreendemos que para isto vir a ocorrer, a educação configura-se como mediadora. Dito isto, compreendemos que um dos caminhos, que como prática, contribui incisivamente para essa humanização é a EDH, uma vez que assume como seu papel fundamental a compreensão e a aplicação dos direitos humanos. Diante do exposto, educar para os direitos é um grande desafio, pois a EDH contrapõe-se às estruturas sociais atuais, que baseadas numa lógica de mercado, se manifestam frequentemente na forma de exclusões, discriminações, violações, desrespeitos às diferenças, ignorando a dignidade do ser humano em sua história e formação. Em detrimento dessa realidade, a história vem mostrando que a luta pela defesa da dignidade humana, através da educação, tem ocupado espaços. Exemplificando, é válido fazer uma alusão à década de 1960, mais precisamente ao ano de 1963, que foi fortemente marcada pelo surgimento das reformas de base, que traziam como alicerce uma mobilização popular tanto em relação ao Campo, tomando como exemplo as lutas pela reforma agrária feitas pelos Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas, como também os movimentos pela educação popular, a qual no desenvolvimento das iniciativas para uma alfabetização de jovens e adultos destacaram-se em Natal a campanha criada pelo prefeito Djalma Maranhão “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em João Pessoa-PB a campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a emblemática pedagogia dialética desenvolvida em Angicos cujo idealizador é conhecido como Paulo Freire. Nesse sentido, elucida Lyra (1996) que: No início da década de 60, vivia-se no Brasil um clima de entusiasmo e a esperança de um tempo de liberdade e desenvolvimento. O país se industrializava e modernizava. Brasília, a nova capital. A seleção ganhará a Copa do Mundo (1958). O cinema, o teatro e a literatura florescem. A bossa nova revoluciona a concepção da música brasileiro [..]. (LYRA, 1996, p. 14). Sendo assim, é importante analisar que o próprio contexto da época favorecia para o desenvolvimento das mobilizações das camadas populares, e por isso foram surgindo esses movimentos voltados para a educação, que tinham como cunho primordial a alfabetização de jovens e adultos. Remetendo-se a experiência de educação popular que ficou

conhecida não só “o Brasil, mas internacionalmente, como 40 Horas de Angicos, é válido elucidar a importância da rememoração do projeto idealizado por Freire, o qual visava não apenas a alfabetização, mas também a conscientização de uma população marginalizada da sociedade da época.” A luz dessas reflexões, pode ser atrelada a essa linha de pensamento uma das importantes influências e heranças da educação de Paulo Freire na atualidade, que se refere ao EJA (Educação de Jovens e Adultos), o qual seguindo a concepção de Mara (2013), surgiu em base ao fim do Mobral em 1985, visando à alfabetização de jovens e adultos, porém sem a utilização da pedagogia dialógica de Freire, que: “[...] Deu lugar para a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização de EJA. Com a promulgação da constituição de 1988 o estado aumentou o seu compromisso com a educação de jovens e adultos. Na década de 1990 incumbidos pelo governo ocorreram parcerias entre Ong’s (organizações não governamentais), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais, em prol de melhorias da educação de jovens e adultos, sendo a EJA registrada e intitulada como “Boletim de ação Educativa” (MARA, 2013, p. 18). Assim, o mesmo define-se como uma modalidade de ensino amparada por lei que abrange aqueles indivíduos que por algum motivo não tiveram acesso a um ensino regular na idade adequada. Nesse sentido, o objetivo central do EJA é solucionar ou amenizar algumas questões sociais como a marginalização e a exploração daqueles indivíduos que por não terem tido acesso à educação, se sentem e são excluídos da sociedade, ou seja, é uma proposta que favorece a inclusão econômica, social e política dos indivíduos. Por esse viés, é importante ressaltar o papel do professor que na modalidade EJA é colocado como um mediador da pedagogia dialógica que gera a curiosidade e instiga o aluno a problematizar a sua realidade, para que ele consiga relacionar o seu cotidiano com o que está sendo estudado em um processo em que a conscientização vem primeiro que a alfabetização mudando totalmente a visão do trabalhador que começa não apenas a ser enxergado, mas a enxergar-se como um trabalhador/cidadão. Nesse sentido, apontamos como exemplo bem sucedido de experiência de Educação em Direitos Humanos, o Projeto de educação popular desenvolvido no Rio Grande do Norte em 1963, conhecido como Quarentas Horas de Angicos. Nele, podemos identificar saberes e práticas que estimularam comportamentos de justiça, equidade, respeito e paz. O projeto de Angicos foi desenvolvido não apenas para reduzir o índice de analfabetismo, que já se encontrava em torno de aproximadamente 70% nessa região, mas principalmente, para proporcionar que essa população pudesse se tornar participante na sociedade, visto que a partir do acesso aos debates e às formas de

conhecimento apresentadas, ela iria desenvolver sua capacidade de reflexão a partir do senso crítico, ou seja, não seria mais considerada como “massas”, mas por outro lado, estaria atuando como cidadã na sociedade, tendo voz, questionando e sendo ciente dos seus direitos de cidadania. Entretanto, face a esse projeto educacional, foram surgindo vários questionamentos que se embasavam em uma questão - Como chamar de projeto educacional, um projeto em que os participantes ao final do percurso sabiam apenas escrever frases curtas? - E a resposta a essa indagação encontra-se justamente na intenção do projeto, pois como já foi explicado anteriormente, a intenção além de educar e alfabetizar era a de conscientizar os indivíduos participantes, de forma que eles não se sentissem mais excluídos da sociedade letrada e assim, a partir do pensamento crítico desenvolvido, pudessem exercer sua cidadania, mudando totalmente a visão que se tinha dessa população que antes era analfabeta e vista como uma “massa” única e agora seria percebida como cidadã participante das decisões da sociedade. Esse desenvolvimento do senso crítico do indivíduo que gera sua capacidade de reflexão se dá a partir da inovação da proposta trazida pelo método de Paulo Freire(2010), numa perspectiva de educação problematizadora, somada a uma ação política e cultural para a liberdade, fazendo uso dos círculos de cultura como elemento principal do processo de ensino-aprendizagem. Em relação a isso, pode ser feita uma alusão às escolas tradicionais, nas quais são colocadas as cartilhas como elemento fundamental do processo de aprendizagem, da visão que se tem do professor como um ícone dono de uma verdade única, imutável e absoluta, além da visão que também se tem do aluno que é visto como bloco único e homogêneo, cuja função é apenas ser um receptáculo de informações, reproduzindo sempre aquilo que o professor dita como correto. É nesse sentido que o método utilizado por Freire nos círculos de cultura, em que as salas de aula eram vistas como um espaço onde era desenvolvido o debate que dava origem ao processo de alfabetização e conscientização, em que os alunos aprendiam a discutir sobre assuntos relevantes do seu cotidiano, aprendiam a questionar, modificar e renovar, colaborando assim para a emancipação própria e da sua conscientização política. Assim, os alunos não eram vistos mais como um receptáculo de informações e tão pouco como um bloco de massa homogênea, mas começavam a ser enxergados como cidadãos e como pertencentes de um todo capaz de melhorar a realidade a partir da capacidade de refletir. Então, surgia uma nova configuração da instituição escolar, onde as experiências dos alunos eram colocadas como fundamentais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, em que pela primeira vez os conteúdos ministrados pela escola ultrapassavam seus

muros e refletiam na realidade. Era uma espécie de educação não apenas voltada ao contexto escolar, mas voltada para a vida. É justamente por essa proposta ser de caráter emancipatório, assumindo características de uma educação voltada para os Direitos Humanos, que proporcionam a capacidade de reflexão ao indivíduo, que ela foi destruída logo no início da ditadura militar. Nesse momento, atentamos para a realidade da nossa sociedade, que tem se configurado pelos princípios da classe dominante, em que o trabalhador é considerado como objeto, cuja única função é ser explorado para gerar valor e para que isso ocorra, ele não poderá ter consciência e nem tão pouco capacidade para refletir. Por isso, muitos participantes dos Círculos de Cultura sentiam-se amedrontados pela repressão que sofriam, sendo obrigados a queimar todo o seu material, visto que o projeto conhecido atualmente como 40 Horas de Angicos ameaçava a hierarquia e a ordem vigente na época. Portanto, é notório que o projeto conhecido como 40 Horas de Angicos, desenvolvido a partir do método cujo mentor foi o professor Paulo Freire, possuiu no passado e ainda possui total relevância na sociedade atual do século XXI. Considerando que o projeto representava não apenas uma forma de alfabetização, mas também uma via de conscientização e produção da consciência crítica do indivíduo, buscou desenvolver a capacidade de pensar, questionar e refletir acerca dos aspectos vigentes da sociedade, o que o coloca como uma experiência em e para os Direitos Humanos. Nesse sentido, influenciou a criação do EJA, como uma perspectiva libertadora que traz ao indivíduo analfabeto, sendo ele jovem ou adulto, uma perspectiva de saída da obscuridade da falta de conhecimento, ou seja, contribuiu para a transformação de indivíduos assujeitados em sujeitos conhecedores dos seus direitos e deveres, portadores de cidadania.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Quarenta Horas em Angicos;

ESCOLA DE APREDIZES ARTÍFICES DO PIAUÍ: BREVE HISTÓRICO DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

Maria Keila Jeronimo*

Antonio Basílio N. T. de Menezes

*UFRN - E-mail: keilajeronimo@hotmail.com

O presente trabalho trata-se de recorte de uma pesquisa maior de doutoramento, cujo objeto de estudo é sobre o ensino de Filosofia no Ensino Técnico Integrado ao Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, uma instituição centenária, instituída em 1909 como Escola de Aprendizizes Artífices, de nível primário, cujo objetivo era ofertar o ensino profissional de forma gratuita para os menos favorecidos. Nesse sentido, objetivamos demonstrar por meio desse recorte, a história educativa desta instituição no primeiro ano de funcionamento. Por instituição educativa entende-se de acordo com Magalhães (2004) uma instituição local, com tradição e representação. Como metodologia de pesquisa utilizamos o estudo bibliográfico e documental. Como dito, buscou-se identificar os processos constituintes da história educativa dessa instituição, conhecer e entender em quais contextos e circunstâncias se deu o funcionamento inicial. Desse modo, se impõe a questão, quais esforços envidados para a institucionalização da Escola de Aprendiz e Artífices em Teresina, capital do Piauí? No Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, no artigo 1º, parágrafo único diz textualmente que “as Escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que, pelos governos locais, foram cedidos permanentemente para este fim”. A Escola de Artífices Aprendizizes do Piauí teve como primeira sede um edifício particular alugado e custeada pela União. Após instalada, faltava contratar os professores, o que de acordo com Rego e Rodrigues (2009) encontrar professores qualificados em Teresina no início do século XX, era tarefa difícil, mas foi possível, e o funcionamento da escola iniciou em 1910, ofertando os cursos primários de Artes Mecânicas, Ferraria, Serralheria, Marcenaria e Sapataria, Primeiras Letras e Desenho. O quadro de professores era composto por 07 (sete) professores: uma (01) professora de primeiras letras, dois (02) professores de desenho e quatro (04) mestres. Os mestres eram profissionais autônomos que dominavam habilidades específicas em diversas modalidades como: maquinaria, serralheria, carpintaria dentre outras. Estes foram encarregados para organizar suas primeiras oficinas na escola. De acordo com Rego e Rodrigues (2009) não há registro do dia exato do início do primeiro ano letivo, mas sabe-se exatamente que no dia 15 de dezembro de 1910 o ano letivo foi encerrado, formando profissionais nos cursos de Desenho e Primeiras Letras.

Palavras-chave: Aprendizizes Artífices; Instituição educativa; Piauí; Educação Profissional.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NO IFRN CAMPUS NATAL ZONA NORTE A PARTIR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -PROEJA

Marilson Donizetti Silvino*

Edneide da Conceicao Bezerra

*IFRN - E-mail: marilson.silvino@ifrn.edu.br

A educação profissional é desenvolvida em diversas modalidades de ensino, e uma delas é a Educação de Jovens e Adultos, a qual é nesta pesquisa o objeto de estudo em questão, especificamente, a oferta do Curso Técnico de Nível Médio na modalidade EJA ministrado pelo Campus Natal Zona Norte do IFRN. Campus este que está em funcionamento desde o ano de 2007 na região norte da cidade de Natal. Com um índice de aproveitamento de 31,54%, esta oferta nesta unidade já contemplou 596 matrículas das 1007 realizadas nesta modalidade de ensino no Campus. E este trabalho ao pesquisar e analisar todo o contexto deste campus em questão objetivou investigar os resultados da educação profissional no ensino de jovens e adultos do curso de comércio no Campus Natal Zona Norte do IFRN, o qual foi realizado a partir de uma pesquisa descritiva e exploratória. Sendo realizada e comprovando o sucesso e evolução da oferta, porém apontando algumas necessidades de melhoria e aprimoramento para alcançar uma diminuição nos índices de evasão, abandono e cancelamento de matrículas de discentes. Além disso foi possível confirmar que esta unidade da Instituição que se caracterizou como objeto de estudo realiza um bom trabalho de uma forma em geral, mantendo bons índices de aproveitamento, que giram na mesma média de toda a Instituição em si. Concluindo ser a mesma uma experiência de sucesso na Educação Profissional integrada ao ensino de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Ensino de Jovens e Adultos; Técnico em Comércio, Natal Zona Norte; IFRN.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA E SABER HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A EXPERIÊNCIA DO PIBIC JR NO IFAM/CAMPUS EIRUNEPÉ (2016 – 2020)

Paulo de Oliveira Nascimento*

*IFAM - E-mail: paulo.nascimento@ifam.edu.br

Sabemos que o Ensino de História, nos dias atuais, se constitui enquanto um espaço de popularização do Saber Histórico, mas também atua na produção de saberes, especialmente a partir do trabalho de professores e professoras que incentivam os alunos e alunas a (re)construir interpretações do passado, fazendo-os se perceberem enquanto partícipes da História e produtores de interpretações sobre o passado histórico. Neste processo, o Conhecimento Histórico é elencado para colaborar, em conjunto com outros saberes e numa perspectiva interdisciplinar, na produção das pertencas socioculturais e na construção da cidadania. Estas, por seu turno, precisam ser pensadas enquanto o resultado de esforços individuais e coletivos, substratos que formatam as identidades individuais e de grupo no mundo contemporâneo. Temos assistido, nos últimos anos, a uma crescente onda de iniciativas que tem como objetivo principal incentivar a Pesquisa e a Extensão do Saber Histórico no Ensino Básico, num movimento cada vez mais crescente de ampliação das perspectivas da produção de conhecimentos por todos os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. Nas escolas de ensino fundamental, médio, técnico e tecnológico, cada vez mais alunos e professores têm integrado programas que integram ações de pesquisa e extensão, atreladas ao Ensino de História. Nesse trabalho, objetivamos abordar a nossa experiência frente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC Jr, executado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, entre os anos de 2016 e 2020, com alunos e alunas do Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos de Administração e Informática. No período, foram orientados e executados 08 (oito) projetos PIBIC Jr, que trataram basicamente da (1) compilação de fontes e de uma (2) escrita historiográfica, cujos principais temas abordados foram (a) composição do espaço urbano eirunepeense, (b) religiosidade popular, (c) agricultura, (d) relações interétnicas, (e) higienização, e outros. A partir da realização de programas como o PIBIC Jr – no âmbito dos cursos de nível médio integrado aos cursos técnicos, ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - podemos (a) publicizar as boas práticas no ensino de história e (b) oportunizar a docentes, estudantes e demais pesquisadores, condições para se construir uma Educação pautada na (re)produção de ações afirmativas que busquem cada vez mais a promoção de uma educação de qualidade. Trata-se, portanto, de perceber experiências didático-pedagógicas concebidas e realizadas com alunos do ensino básico enquanto oportunidade para uma (re)construção de processos educacionais ativos, com vistas no

alargamento do Saber Histórico, tomado enquanto força motriz da cidadania, dos direitos humanos e da democracia.

Palavras-chave: Saber Histórico; Educação Básica; PIBIC Jr; IFAM/Campus Eirunepé.

FORMAÇÃO / PROFSSIONALIZAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO REALIZADO EM DUAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)

Paulo Roberto Vidal de Negreiros*

Maria Auxiliadora Monteiro de Oliveira

*PUC0-MG - E-mail: negreirosp12@gmail.com

A questão central desenvolvida neste trabalho, se consubstancia na investigação sobre a formação/profissionalização dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), no âmbito de duas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica Tecnológica (RFEPCT), de Minas Gerais. Ancora-se na pesquisa de doutorado que teve como objetivo geral, ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o exercício do magistério nesta modalidade de educação, na qual trabalham professores com perfis diferenciados de formação: bacharéis e licenciados. Nessa propositura são problematizadas as questões e especificidades relacionadas aos saberes desses docentes, se dialogam com a configuração da profissionalidade do profissional da educação. Os objetivos específicos desta pesquisa, assim se apresentam: (i) Identificar e analisar as trajetórias profissionais dos professores participantes desta pesquisa e suas formações técnica e acadêmica; (ii) Investigar como os professores das instituições pesquisadas avaliam a importância da capacitação pedagógica nas práticas dos docentes; (iii) Analisar como os professores percebiam a importância dos saberes experienciais/tácitos, geralmente, presentes nas trajetórias dos professores da Educação Profissional; (iv) Investigar as condições salariais e de trabalho dos professores das duas instituições pesquisadas e se as consideram adequadas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade. Quanto aos procedimentos metodológicos, ressalta-se que esta investigação se constitui como uma Pesquisa Quali-Quant, com ênfase na pesquisa qualitativa. Constatou-se a necessidade de uma política pública mais estruturada para formação inicial e continuada dos professores da EPTNM, preservando as conquistas

alcançadas nos governos de posicionamento mais crítico, no início deste século, que possibilitaram que a docência fosse reconhecida como uma profissão com prestígio social, com reconhecimento e valorização profissional. Concomitantemente, precisam ser assegurados os avanços ocorridos, no âmbito da articulação entre os conhecimentos teóricos e os práticos. Deve-se, também, serem contempladas as questões didático-pedagógicas, assim como, políticas consistentes, críticas e reflexivas, que priorizem a dimensão humana, para que sejam construídas as condições necessárias, para minimizar ou excluir, uma trajetória marcada pela dicotomia entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Palavras-chave: Formação e Profissionalização; Identidade Profissional; Profissional de Nível Médio.

O REMETENTE COMO DESTINATÁRIO: A CARTA REFLEXIVA COMO DISPOSITIVO BIOGRÁFICO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Priscila Tiziana Seabra Marques da Silva Aliança*

Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares

*IFRN - E-mail: prialianca@gmail.com

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem como objetivo debater as potencialidades do que chamaremos “carta reflexiva” como dispositivo biográfico na pesquisa narrativa sobre a docência do professor bacharel atuante na Educação Profissional. Tal discussão é desenvolvida a partir do estudo de “O si mesmo como outro” (RIC-OEUR, 2014) com vistas à compreensão de como a escrita de uma carta reflexiva pode constituir um dispositivo biográfico relevante para a pesquisa narrativa sobre formação docente. Trata-se de um trabalho de teorização acerca do referido gênero. A pesquisa de doutorado que ora desenvolvemos investiga os saberes docentes construídos pelo professor bacharel ao longo de seu percurso (auto)formativo na Educação Profissional (em particular no Ensino Médio Integrado). Está inserida metodologicamente na abordagem (auto)biográfica em educação e, para dar conta de seu objeto, recorre à escrita de si por meio do gênero epistolar carta como dispositivo biográfico. Entretanto a carta em questão tem uma peculiaridade, que é o fato de os professores colaboradores da pesquisa serem ao mesmo tempo remetentes e destinatários (as cartas serão escritas para um “si”

situado no início da caminhada na docência). Assim, dada a necessidade de adjetivar o termo carta, optamos pela expressão “carta reflexiva”, posto que a reflexividade é um fator intrínseco a esse processo de escrita. Ricoeur (2014) aponta três intenções filosóficas de “O si-mesmo como outro”, a saber: (1) “marcar o primado da mediação reflexiva sobre a posição imediata do sujeito” e a possibilidade de opor o “si” ao “eu” (p. XI); (2) dissociar o que ele chama de “identidade idem” à “identidade ipse”; (3) pensar alteridade e ipseidade como um par distinto do anterior. O autor compreende essa “posição imediata do sujeito” a partir da lógica cartesiana que pensa uma subjetividade desancorada, abstrata e absoluta. Como alternativa, ele discute uma subjetividade construída na concretude da ação, ação esta que só pode ser conhecida pela linguagem (a via da narrativa, que mimetiza a ação) – que permite, por sua vez, pensar o “eu” imediato separado do “si” reflexivo. Ricoeur também compreende um núcleo idem (tido como o que permanece) e um núcleo ipse (a porção mutável) da identidade; propõe, ainda que se pense a identidade ipse em oposição à alteridade (o eu/si e o outro). Com base nessas intenções filosóficas é possível pensar a carta reflexiva como dispositivo biográfico que tem o potencial de mobilizar o processo mimético da ação (narrativa) e de deixar entrever como os sujeitos darão conta de lidarem consigo mesmos numa relação reflexiva que emula uma relação com um outro. É nesse vislumbre que esperamos conseguir compreender os saberes docentes dos sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Docente bacharel; hermenêutica do si; pesquisa narrativa

O PODER DISCIPLINADOR DAS PRÁTICAS ESCOLARES NA MODELAGEM E CONTROLE DE CORPOS E MENTES NA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1939-1954)

Rita Diana de Freitas Gurgel*

*UFRN - E-mail: r.dianafg@gmail.com

Este trabalho busca contribuir com a história da educação norte-riograndense, especificamente, com o campo de pesquisa que trata da temática da Educação Profissional. Neste, retomaremos alguns aspectos abordados na pesquisa realizada em 2007, que consistiu na tese de doutoramento intitulada “A trajetória da Escola de Aprendiz Artífices de Natal: (1909-1942): República, Trabalho e Educação”, na qual, a partir da utilização de variadas fontes documentais (leis, decretos, relatórios, livros

de matrículas, cartas, fotografias, dentre outras), bem como das contribuições teóricas de Julia (2001), Magalhães (1996), Viñao Frago (2001) e Foucault (1979, 2004). Nesta proposta de trabalho, trataremos de aprofundar a discussão acerca da cultura escolar da instituição e as engrenagens das relações de poder, na modelação de corpos e mentes as quais foram importantes na construção do projeto republicano de nação no Brasil. Especificamente, propomos abordar o período em que a instituição já era conhecida por Liceu Industrial (1939) até 1954 quando passou a ser denominada de Escola Industrial de Natal. Hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a instituição sofreu ao longo de sua trajetória algumas alterações na sua nomenclatura e nos currículos, face o contexto histórico, econômico, político e social. Durante o recorte histórico que ora pretendemos abordar (1939-1954), trata-se da longa gestão de Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, que à frente da instituição por uma década e meia, favoreceu à construção de uma cultura escolar austera, marcada por inúmeros mecanismos de controle aos quais foram submetidos professores, funcionários e alunos. Com o argumento de “remover as falhas e promover novos melhoramentos na instituição”, seu *modus operandi* foi marcado por um forte conteúdo moralizador, contrariando muitas vezes a própria legislação em vigor. Na sua gestão, várias práticas escolares foram criadas no intuito de exercer à sujeição dos corpos e mentes como mecanismos de controlá-los e esquadrihá-los por meio da disciplina, ou seja, como expressão objetiva das relações de poder (no sentido foucaultiano). Algumas dessas práticas, julgamos terem sido responsáveis pelo elevado número do abandono escolar pelos alunos. Dito isto, neste trabalho, por meio da pesquisa histórica, ancorando-nos nas fontes documentais e bibliográficas (teses, dissertações e artigos científicos) e em teóricos dos quais já mencionamos alguns, propomos analisar as implicações dessas práticas disciplinares no período de 1939-1954.

Palavras-chave: Educação Profissional. Disciplina. Controle. Corpos dóceis.

A FORMAÇÃO DO BAILARINO EM DANÇA CLÁSSICA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DA ESCOLA DE TEATRO E DANÇA DA UFPA

Rosana Lobo Rosário*

Eleonora Ferreira Leal; Glaíse Nazaré Ramos Bastos Rodrigues

*UFPA - E-mail: rosanaloborosario@hotmail.com

A formação do bailarino ocorre muitas vezes nas escolas de danças, compreendidas aqui, não como um estabelecimento físico, mas como a forma de ensinar a técnica da dança, a qual foi desenvolvida como resultado histórico de um trabalho coletivo realizado por professores, bailarinos e coreógrafos, que em diferentes épocas e países sistematizaram e codificaram o ensino das técnicas de danças (ROSÁRIO, 2018). No entanto, percebe-se que no Brasil, a identidade dos bailarinos brasileiros não foi formada por uma única escola, mas construída sob diversas influências. Assim, é verificado que cada escola de dança se definiu a partir da forma como usa a técnica, da realização e da execução de passos, e do estilo de dançar. Além disso, essas diferenças trazem a vantagem de um ensino de dança mais rico e híbrido, pois, como afirmam Caminada e Aragão (2006, p. 15), “[...] somos produtos de uma soma de estilos, conceitos, concepções diversas de aulas, coreografias e termos [...]”. Verifica-se que em Belém do Pará, os bailarinos se formam a partir do conhecimento dessas diversas escolas dentro de estabelecimentos físicos de ensino não formal de dança e em grupos e companhias de dança. Porém, há também a formação a partir da educação profissional, a qual é uma modalidade educacional que se articula aos diferentes níveis e modalidades da educação nacional, às dimensões do mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Tem por finalidade formar para atuação de profissões contribuindo para o exercício da cidadania por meio de uma formação integral capaz de promover a autonomia e a liberdade (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2015). Verifica-se que na história do ensino de dança, a nível Técnico no Brasil, a Escola de Teatro e Dança da UFPA é a mais antiga, fundada em 1962. Inicialmente ofereceu cursos livres de dança, e posteriormente, em 2004 tem a primeira turma de Curso Técnico em Dança aprovada pelo Conselho Universitário a partir da Resolução nº 606/2003. No entanto percebe-se a procura pela formação da técnica da dança clássica, e assim, em 2014 é ofertado o Curso Técnico em Dança Clássica. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender o processo da formação profissional do bailarino no Curso Técnico em Dança Clássica da UFPA. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental a qual retrata a educação profissional e o percurso histórico do ensino da dança na UFPA. O estudo revelou a importância do Curso Técnico em Dança Clássica para a formação do profissional em dança no estado do Pará, uma vez que prepara profissionais para atuarem no mercado do trabalho. Conclui-se que o Curso Técnico em Dança Clássica, desenvolvido pela ETDUFPA, possui em sua história a formação de profissionais da dança, e que ao

longo de sua existência, desenvolve atividades ligadas à criação e execução de dança, atuando como bailarino, assistente coreográfico, empregando técnicas de dança em espaços cênicos.

Palavras-chave: Dança clássica; Bailarino; Educação profissional; Formação.

ENTRE EUROPEÍSMOS E AMERICANISMOS: IMPORTAÇÃO DE MODELOS E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS NA CONSTITUIÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL NOS ANOS DE 1930 A 1946

Sandra Maria de Assis*

Isis de Freitas Campos; Olivia Morais de Medeiros Neta

*IFRN - E-mail: sandra.assis@ifrn.edu.br

O artigo ora apresentado propõe uma discussão das ideias e referências que influenciaram a constituição do ensino industrial no Brasil, no período de 1930 a 1946, através de educadores e engenheiros educadores que, embora divergissem em algumas concepções, desejavam implantar no país, uma educação profissional amparada em ideias racionais e modernas. A pesquisa bibliográfica em Pedrosa (2014); Pronko (2018) e Cunha (2012) indica que nessa época, o processo de industrialização exigia, com certa urgência, a montagem de uma estrutura eficiente para atender as demandas de formação de mão de obra para a indústria e, de formação docente para as demandas do ensino industrial em ascensão. Nesse contexto, foram realizadas viagens pedagógicas, nas quais buscou-se, inicialmente, os modelos europeus, especialmente alemão e suíço, e, posteriormente dos Estados Unidos da América (EUA). As viagens pedagógicas de delegações enviadas a esses países resultaram em projetos que disputaram o protagonismo na formação das redes de ensino: de um lado, a constituição da rede federal de escolas industriais e, de outro, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Técnicos estrangeiros, em sua maioria suíços foram contratados e trazidos para ensinar nas escolas de ensino técnico. Enquanto isso, o Brasil escolhia seguir na Guerra ao lado dos EUA o que influenciaria os rumos que a educação profissional tomaria a partir dessa escolha.

Palavras-chave: Viagens pedagógicas. Modelos de educação. Ensino Técnico.

OS IMPACTOS DA LEI 10.639/03 NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC – CAMPUS FLORIANÓPOLIS (2004-2018): O QUE DIZEM PROFESSORES/AS?

Shyrlene Bezerra dos Santos*

*UFSC - E-mail: shyrlene_b@yahoo.com.br

Este estudo se pauta na perspectiva da Sociologia e da História da Educação e discute a implementação da Lei 10.639\2003 nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Santa Catarina IFSC (Câmpus Florianópolis), tendo como recorte os anos de 2004 a 2018. Nesse sentido, o presente trabalho reflete os desdobramentos sociológicos das práticas pedagógicas na perspectiva da Lei 10. 639 e para esse propósito, ancoramo-nos inicialmente nos pressupostos teóricos de Munanga (2007) e Gomes (2005; 2012), os quais defendem a necessidade de desconstruir a ambiguidade do racismo brasileiro que se manifesta através do histórico movimento de afirmação/negação. O objetivo geral do trabalho é analisar os processos didático-pedagógicos para implementação da Lei 10.639/03 nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Florianópolis. Além disso, intenta-se com a pesquisa fomentar a autorreflexão e o debate sobre a importância de uma educação inclusiva que contemple as diferenças sociais, sobretudo relacionadas à questão racial na educação científica e tecnológica. Ademais, objetiva-se contribuir com a história e cultura afro-catarinense, brasileira e africana, no intuito de potencializar a implementação da Lei 10639/03, nos currículos escolares e acadêmicos da instituição educativa. Quanto à metodologia, está embasada em pesquisa documental, utilizando como fontes os Projetos Político Pedagógicos dos Cursos – PPCs - técnicos integrados do Instituto Federal de Santa Catarina, bem como os planos de ensino dos/as professores/as, considerando o teor de seus ementários, objetivos, metodologias e referenciais bibliográficos. Além dela, optou-se também por trabalhar com um grupo focal formado com quatro professores/as da instituição educativa, especificamente professores/as das disciplinas de Artes, História, Língua portuguesa e Sociologia. Assim, os achados iniciais indicam tentativas institucionais, com reflexos na prática docente, de incorporação dos ditames legais da Lei 10 639/03, sendo detectadas peças da legislação do IFSC que versam sobre o teor da Lei, assim como foram encontradas práticas pedagógicas

e outras atividades curriculares em que os docentes avançam na perspectiva de ofertar uma educação antirracista.

Palavras-chave: Lei 10639/03; racismo; educação científica e tecnológica; IFSC.

HISTÓRIA E IMPLATAÇÃO DO CURSO DE TURISMO NO IFRN.

Tânia Maria de Carvalho Câmara Monte*

*IFRN - E-mail: taniacmonte@hotmail.com

A presente pesquisa se trata de uma investigação qualitativa tendo como metodologia a revisão bibliográfica sobre a história da educação profissional no curso de Turismo no IFRN, bem como a reflexão e crítica sobre o processo de formação docente, como ele se dá e como estamos construindo essas formas de saber e fazer profissional. Para tanto buscamos compreender a percepção dos professores sobre a educação Técnica e Profissional e seu papel na social e a formação docente de professores da educação profissional. A educação profissional e tecnológica está fundamentada na LDB, que regulamenta a educação no Brasil se deram através de um processo histórico baseados em políticas nos modelos de educação em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Europa e facilitar o acesso no mercado de trabalho. Os cursos Curso Técnico de Nível Médio na área de Turismo do IFRN são: Técnico em Lazer na forma integrada, subsequente em Eventos e subsequente em Guia de Turismo que tem por objetivo a formação de profissionais-cidadãos técnicos de nível médio competência técnica responsabilidade social, adequados ao novo perfil e demandas mercadológicas, para as atividades de planejamento, gestão, promoção e venda de serviços turísticos, de hospedagem, dentro das novas exigências do mundo do trabalho contemporâneo. A demanda pelo eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer deu pelo inegável potencial turístico da região, bem como aos segmentos cultural e ambiental, compreendendo as tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação, do qual fazem parte os cursos técnicos denominados de: Agenciamento de Viagens, Cozinha, Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem, Lazer, Serviços de Restaurante e Bar. A formação pleiteada para docência no ensino profissional tem concentrado esforços no conhecimento de determinados conteúdos, oriundos do exercício profissional ou teórico/epistemológico advindo também do exercício acadêmico e da pesquisa.

Palavras-chave: História; Educação Profissional; Curso de Turismo.

A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS NA ESCOLA TÉCNICA DA UFPR (1991-1993)

Vanessa Cauê Krugel*

Wilson Lemos Junior

*IFPR - E-mail: vanessacaue@msn.com

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná desde a sua incorporação pela Instituição, em 1942, ofertou um curso técnico voltado à área de comércio, atual Curso Técnico de Contabilidade ofertado no IFPR - Campus Curitiba. Em 1991, a ET-UFPR vivenciou a sua primeira etapa de expansão na oferta de novos cursos. Nesse contexto foram criados os cursos técnicos de Prótese Dentária, Higiene Dental, Enfermagem e Processamento de Dados. O objetivo deste estudo é pesquisar a criação desses cursos, já que essa escola deu origem ao IFPR (Instituto Federal de Educação do Paraná) - campus Curitiba. Destaca-se que conhecer a história do IFPR é a principal motivação desse trabalho. Trata-se de uma pesquisa histórica, utilizando a perspectiva de Edward Thompson (1981), que valoriza as experiências, ou seja, a história do cotidiano dos diferentes sujeitos na história. Foram investigados fatos relevantes ao contexto de ampliação dos cursos da escola, como as motivações, dificuldades, conflitos, conquistas e contradições, que construíram esse processo. Para a construção desse texto foi utilizada a análise de fontes como: documentos oficiais (diários de classe, atas de formaturas, memorandos), fotografias e documentos não oficiais (cartas, bilhetes e anotações), além da história oral que surge como principal método, no qual entrevistas de professores atuantes na época dessa expansão tornou possível compreender como se articulava o crescimento da Escola Técnica dentro da UFPR. A situação da Escola nos primeiros anos da década de 1990 era precária, já que a ET-UFPR não recebia recursos próprios, contando apenas com pequenos repasses da UFPR. Além disso, sofria com uma intensa dualidade estrutural no cotidiano das aulas em relação à Universidade, situação que perdurou até a mudança para a sede própria no ano de 1993, o Complexo Riad Salamuni.

Palavras-chave: História da educação; IFPR; Educação Profissional; Ensino técnico

O PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO GUIA DE TURISMO

Vinicius Marcelo Silva e Marco Arlindo Amorim Melo Nery*

*IFS - E-mail: viniciusmarcelosilva@yahoo.com.br

A memória coletiva sempre está em disputa. O que lembrar? De quem lembrar? Como lembrar? Por que lembrar? São perguntas que cristalizam o embate em torno do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. No século XIX, por exemplo, os Estados Nacionais esforçaram-se para criar uma memória nacional no esforço de construir uma identidade nacional. É neste período que se constitui e se ampliam os espaços de memória (conceito de Pierre Nora) e os patrimônios históricos culturais. Recentemente, em função das manifestações antirracistas organizadas pelo movimento “Black Lives Matter” em virtude da morte de George Floyd em Minneapolis nos Estados Unidos da América, provocaram uma onda de destruição de estatuais ao redor do mundo de homens que eram ligadas ao escravismo. A ação dos manifestantes demonstra que a memória coletiva é sempre um campo de disputa entre aquilo que se decidiu manter preservado num determinado período da história e o que se decidiu questionar em outro da história. Nesta perspectiva, o patrimônio cultural, como um dos elementos constituintes da formação de uma memória social ou coletiva, torna-se alvo dos embates travados em torno da constituição de uma memória social oficial. O patrimônio cultural, por sua vez, seja ele material ou imaterial é uma expressão da criatividade e da capacidade humana de criar um mundo simbólico a sua volta. E independente da classe social todos os homens e mulheres criam representações sociais e culturais que os afetam e, com isso, constrói suas identidades individuais ou coletivas que os ligam a um determinado grupo ou comunidade. Do ponto de vista educacional as questões que envolvem o patrimônio cultural estão presentes em diversos curso como: história, arquitetura, direito, turismo e antropologia. No que diz respeito a esta pesquisa vamos nos dedicar a compreender as discussões a respeito dos bens culturais no Curso profissionalizante de ensino médio integrado de Guia de turismo. Para isso, buscamos nossos dados empíricos nos cursos de Guia de turismo do Campus de Marechal Deodoro do Instituto Federal de Alagoas e do

Campus de Valença do Instituto Federal da Bahia. Como problema imaginamos a seguinte questão: de que forma a abordagem do conteúdo: patrimônio cultural na formação técnica de guia de turismo, no âmbito do ensino integrado, contribui para o desenvolvimento da consciência patrimonial, da capacidade crítica e da atuação ético-profissional do futuro guia de turismo em consonância com os ideais da formação omnilateral? Compreendemos a complexidade do problema proposto e que na busca do desenvolvimento da consciência patrimonial, da capacidade crítica e da atuação ético-profissional do futuro guia de turismo devemos analisar os debates realizados, dentro de uma perspectiva histórica, em torno do conteúdo patrimônio cultural. Conteúdo que é influenciado por outros elementos e filtrado pelos docentes ao chegar aos alunos do curso de Guia de turismo. Desta forma, as questões que envolvem o patrimônio cultural, acabam, por refletir a visão da instituição sobre o que é educação e o tipo de profissional a ser formado por ela. Outros aspectos são compreender como as questões do patrimônio cultural serão trabalhadas pelo profissional de Guia de turismo. Portanto, a abordagem dos conteúdos a respeito dos bens culturais devem estar voltadas a preparação dos alunos para o exercício profissional. Desta colocação surge um problema: se os conteúdos prezam a preparação do aluno para o exercício profissional, dentro do contexto capitalista, o que pode ser feito para com que este aluno não se torne mais um trabalhador alienado dentro do sistema econômico contrariando, assim, a própria proposta dos Institutos Federais de formar um cidadão omnilateral? Sendo assim, a pesquisa baseou-se num tripé que envolveu educação integral, patrimônio cultural e trabalho. E, deste tripé que estruturamos nossos objetivos na pesquisa, os quais são: compreender de que forma se dá a integração entre o conteúdo de patrimônio cultural, com a ideia de trabalho como princípio educativo e a educação integral no curso de ensino médio integrado de Guia de Turismo; analisar a relação entre o sistema capitalista no século XXI com o tripé trabalho/educação integral/patrimônio cultural e comparar o discurso sobre o Patrimônio cultural presente nos documentos, textos e falas dos especialistas com aquilo que é filtrado, do campo dos bens culturais, pelos campi de Marechal Deodoro do Instituto Federal de Alagoas e o de Valença do Instituto Federal da Bahia por meio dos seus PPC e currículos, assim como, as filtragens realizadas pelos seus docentes e apreendido pelos alunos durante a formação integrada no Ensino Médio e Técnico de Guia de Turismo. Enquanto a metodologia, utilizamos um enfoque qualitativa para o trabalho dentro de uma perspectiva histórica, com dito acima. Em termos de procedimentos técnicos optamos pela pesquisa participante, desta maneira, optamos

como instrumentos de coleta de dados pelo grupo focal e pela história oral temática. A respeito do grupo focal, a qual será aplicada junto aos discentes do campi de Marechal Deodoro – AL e de Valença -BA, é uma técnica de coleta de dados que se dá por meio das interações grupais ao se discutir um tema específico sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Já a história oral temática será realizada juntos dos professores e especialistas em patrimônio cultural tem como finalidade dar voz a estes atores num processo dialético. Junto com a pesquisa participante usaremos em conjunto a pesquisa documental composto pelas cartas patrimoniais. Um conjunto de documentos nacionais e internacionais que debatem a questão do patrimônio cultural e de sua preservação. Com isso, traçamos um caminho circular para o conteúdo acerca do patrimônio cultural, pois, os documentos são as soluções e resoluções dos problemas acerca das questões que envolvem o patrimônio cultural. O conteúdo deste documentos são apropriados pelos especialistas na área que realizam apropriações e novas ressignificações. Estas, por sua vez, são apropriadas pelos Institutos Federais que por meio dos currículos e dos seus profissionais filtram e imprimem as marcas da instituição a ele e, ao final deste processo, chega aos alunos do curso de Guia de Turismo que apreendem os conteúdos, estabelecem novos significados e serão utilizados na atividade profissional dos futuros guias de turismo. Para analisar todo material coletado utilizaremos a análise de discurso francesa a partir da perspectiva de dois dos seus teóricos: Michel Pêcheux e Michel Foucault. Apesar das diferenças entre os dois autores nos concentramos nos elementos, das duas teorias, que se completam. O patrimônio cultural é a expressão histórica- cultural de uma sociedade, a qual lhe atribui significados e ressignificados. Por meio dele constrói sua identidade e seus laços de solidariedade, coesão e pertencimento funcionando como lugares de memória auxiliam na construção de uma memória social. É um direito fundamental de todas as pessoas de uma comunidade ou sociedade, as quais devem ter seu acesso garantidos. É, também, patrimônio turístico e nesta perspectiva relaciona-se intimamente com o curso de Guia de Turismo. O turismo cultural vem crescendo constantemente e, com isso, assistimos a mercantilização do patrimônio cultural, práxis do sistema neoliberal que mercantiliza todas as dimensões da vida, o que lhe coloca em risco diante, em muitos casos, de atividades predatórias. Além disso, como material de uma atividade econômica, tem seu sentido esvaziado sendo reduzido a mera atração turística é deslocado para um nexos temporal fora do contexto comunitário. Dessa forma, nem comunidade e nem turistas compreendem a importância

daquela bem material ou imaterial e, assim, deixa de cumprir suas funções enquanto elemento de construção da identidade coletiva, da memória social e da coesão comunitária. Nas relações capital/patrimônio cultural há ainda duas questões importantes. A primeira que diz respeito a luta pela preservação dos bens culturais postos em risco pela especulação imobiliária e o segundo pela desagregação comunitária, fruto do processo de globalização, que põem em risco a continuação de inúmeras tradições da cultura imaterial. É diante deste quadro e para se impor a ele que a formação de Guia de turismo deve estar voltada. Na perspectiva de formar um profissional capaz de ter consciência patrimonial, capacidade crítica e atuação ético-profissional. Assim, as primeiras conclusões deste trabalho, que ainda se encontra na fase de pesquisa, verificou os seguintes pontos: apesar da proposta dos Institutos Federais em torno de uma educação integrada e na construção de um homem omnilateral, naquilo que tange a formação do Guia de turismo, ainda falta um caminho a ser percorrido. No curso de Guia de turismo, de ambas as instituições pesquisadas, há disciplinas dedicadas ao patrimônio cultural, as quais possuem uma carga horária em torno de 60 horas. Apesar, de terem disciplinas voltadas as questões que abordam o patrimônio cultural devido a profundidade e complexidade do tema torna-se insuficientes para promover a construção de uma consciência patrimonial, da capacidade crítica e da atuação ético-profissional do futuro guia de turismo em relação as questões que envolvem o patrimônio cultural. Além disso, o aluno do curso de Guia de Turismo não se enxerga enquanto agente educador. Olhando, então, por esse ângulo acreditamos que haja a necessidade de implantar outras estratégias que completem aquilo que já é trabalhado em sala de aula. Um caminho que acreditamos viável é a articulação com a educação patrimonial que pode ser ministrada como disciplina específica ou como projetos inseridos em outras disciplinas ao longo da formação do aluno.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Educação integrada; memória; identidade; trabalho

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL: UM ESTUDO EM DOCUMENTOS REGULAMENTADORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira*

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira; Lenina Lopes Soares Silva

*IFRN - E-mail: walkyria.rocha@hotmail.com

As políticas públicas ofertam as diretrizes para a condução de ações que serão concretizadas pelos gestores a fim de alcançar os principais anseios da população. Desta forma, objetivou-se identificar os instrumentos norteadores cujo intento foi instituir e fomentar a ampliação do alcance da educação profissional no país, por meio da política pública de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, inaugurada em 2008, com a promulgação da Lei 11.892. A ação governamental subsidiada na política em tela almeja contribuir para o atendimento da meta 11 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 que se propôs a triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio nas escolas públicas. Ademais, o próprio texto constitucional aborda a relevância do processo cognitivo direcionado ao mundo do trabalho. Com o intuito de subsidiar as reflexões teóricas realizadas no bojo do estudo, dialogamos com pesquisadores como Ramos (2013), Moura (2010), Vigotski (2003), Fonseca (1961) e Saraiva (2016) debatendo acerca da origem da concepção educacional voltada para o trabalho no país, bem como a dualidade educacional desvelada ao longo da história da educação e da própria oferta feita pela rede federal. A partir de uma abordagem qualitativa subsidiada em análise de documentos reguladores, o processo de exame percorreu a uma verificação das publicações legais feitas pelo Estado para disciplinar a educação voltada para o trabalho em todo o país, identificando os números iniciais da rede federal e seu incremento após a instituição da política pública de expansão.

Palavras-chave: Educação Profissional; Políticas Públicas; Expansão da Rede Federal de Ensino.

UM ESPAÇO DE CONTROLE E REEDUCAÇÃO PELO TRABALHO: O INSTITUTO DISCIPLINAR PAULISTA

William Kleyton Costa*

Sérgio César da Fonseca

*USP - E-mail: williamkleyton.rp@gmail.com

Este estudo intitulado: “Um espaço de controle e reeducação pelo trabalho: o Instituto Disciplinar Paulista”, tem por objetivo analisar as

práticas voltadas à regeneração de menores infratores e em conflito com as leis na cidade de São Paulo, especialmente, entre os anos de 1902 a 1935. Esta pesquisa, de tal modo, encontra-se intimamente atrelada a um projeto maior (em desenvolvimento), no programa de pós-graduação (mestrado) da USP – Ribeirão Preto. Neste aspecto, entendemos a importância do Instituto Disciplinar Paulista enquanto uma importante instituição de controle social de menores delinquentes nos idos da Primeira República, na capital do estado. Trata-se de um estabelecimento de recebimento de meninos, menores de 21 e que teriam, de alguma forma, cometido alguma infração de acordo com as leis vigentes do país. Tendo sido idealizado pelo bacharel e político, Cândido N. N. da Motta, o Instituto acreditava na recuperação de menores degenerados, sobretudo, através do trabalho agrícola e nas oficinas industriais – de tal modo, atingindo certa idade, estes pequenos delinquentes, reformados, estariam aptos ao retorno à sociedade paulista, esta, no que lhe diz respeito, embebida pelos discursos liberais, elitistas e modernizadores – em especial – advindos da Europa.

Palavras-chave: Menores; Instituto Disciplinar Paulista; São Paulo

2.

GT 02 – ARQUIVOS E FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A FUNÇÃO DO PROFESSOR DA HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Amanda Vitor Dourado*

Silvia Pereira Gonzaga de Moraes

*UEM - E-mail: amandav.dourado@gmail.com

Este estudo busca compreender a necessidade histórica da atuação do professor da Hora-Atividade. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter documental, na qual, analisou-se o processo histórico da constituição das Leis que regulamentam função do professor da hora atividade na Educação Infantil. O trabalho justifica-se por trazer reflexões sobre o trabalho docente, a organização e a finalidade da escola de garantir a qualidade do ensino. Os resultados e discussões apresentam que conforme a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96), cujo o caráter de democratização do ensino e de valorização docente, juntamente com a luta profissional docente, em consonância com os movimentos sindicais, resultou na construção da Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, em nível federal, que estabeleceu aos docentes a Hora-Atividade, isto é, 1/3 da carga horária de trabalho dos professores passam a ser destinadas a elaboração do planejamento das atividades, atendimento aos pais, alunos, realização de

recursos, organização de materiais, formação e estudos. No entanto, para garantir esse importante direito para os docentes e, em consequência, a qualificação da educação foi necessário que Estados e Municípios reorganizassem suas políticas de rotina e contratação, destinação de verbas para atender tal demanda. Sendo assim, organizar as disciplinas de forma que todos os docentes pudessem realizar o momento da hora-atividade, as escolas municipais passaram ofertar oficinas como: Inglês, Educação-Física, Arte, entre outros e as instituições de Educação Infantil necessitaram organizar oficinas com docentes, conhecidos como professores da hora-atividade/regente II/regente B, que atuassem uma vez por semana para suprir a carga-horária do professor regente. Em efeito, considera-se que a história da atuação docente revelou a luta profissional do Magistério para garantir e manter o direito da Hora-Atividade, advindo da mobilização dos trabalhadores da educação, pois isso, demonstra que por intermédio da história do passado, do presente e que ainda produzirá no futuro novas histórias, que tem em vista, a necessidade da Hora-Atividade como condição e valorização do trabalho docente e a importância de valorizar esse profissional que busca garantir o direito da educação de qualidade. A pesquisa também desvenda a contradição entre a conquista do direito da Hora-Atividade, enquanto rupturas e traz a continuidade das lutas pelo reconhecimento e valorização desses profissionais da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação; História; Valorização docente; Hora-Atividade.

ESPAÇOS DE MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

Carlos Alberto Diniz*

Analder Magalhães Honório; Ana Claudia Câmara Pereira

*Centro Paula Souza - E-mail: caco.diniz.1979@gmail.com

A educação profissional passou por profundas transformações no Brasil no século XX. Diferentemente do ensino secundário, restrito às elites, o ensino profissional, destinado às classes socialmente menos favorecidas, tinha por exclusiva finalidade a de formar a mão-de-obra para suprir o recente processo de industrialização que começava a se expandir no país

a partir da Era Vargas. Objeto de relevantes políticas públicas, tanto em âmbito federal como estadual, o ensino profissional contemporaneamente tem procurado se articular às inovações tecnológicas e, por conseguinte, com o setor produtivo que necessita introduzir novas tecnologias visando reorganizar seus processos de produção e de gestão para manter-se competitivo no cenário nacional e internacional. Criado em 1969 no Estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS vem desde então ampliando a rede de Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), promovendo o ensino profissional de nível médio e/ou superior em praticamente todo o território paulista. Criada no município de Matão em 3 de junho de 1986, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho tem atendido desde então a comunidade local e de cidades circunvizinhas com cursos técnicos dos eixos tecnológicos de controle e processos industriais, informação e comunicação, ambiente e saúde, gestão e negócios, além do Ensino Médio e, mais recentemente, do Ensino Médio Integrado ao Técnico (ETIM). Em comemoração ao trigésimo segundo aniversário de criação desta escola, o Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli foi oficialmente inaugurado no dia 4 de junho de 2018. Instalado na antiga sala da Diretoria da Etec, este espaço abriga atualmente um acervo composto por aproximadamente 900 itens reunidos e catalogados por uma equipe de docentes e colaboradores: documentos escolares diversos, entrevistas em áudio e/ou vídeo, livros de atas de reuniões, reportagens de jornais e revistas, fotografias, troféus, convites de formatura, placas de homenagens, instrumentos didáticos, entre outros. O objetivo desta comunicação é discutir a relevância do centro de memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho enquanto espaço de salvaguarda da sua memória institucional. Para uma melhor compreensão acerca da potencialidade dos centros de memória e arquivos escolares das Etecs e Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza como espaço privilegiado para pesquisas em história da educação profissional, recorreremos ao arcabouço teórico da história cultural e da história das instituições escolares. A partir da pesquisa realizada, verifica-se que a implantação e a manutenção de um centro de memória em um estabelecimento de ensino profissionalizante, enquanto contribuição historiográfica possibilita, além de um resgate histórico, a compreensão do seu cotidiano a partir das práticas escolares partilhadas e construídas ao longo do tempo favorecendo, por conseguinte, estudos posteriores nessa área.

Palavras-chave: História do ensino profissional; Centro Paula Souza; Escola Técnica; Etec Sylvio de Mattos Carvalho; Centro de Memória

O PRODUTO EDUCACIONAL “IMPLEMENTAÇÃO DE UM NÚCLEO DE MEMÓRIA” COMO INSTRUMENTO PARA VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS E FONTES DA EPT

Caroline Cataneo*

*IFRN - E-mail: ccataneo27@gmail.com

O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS – Campus Porto Alegre, intitulada “De onde vêm as histórias? Um compêndio para identificação, registro e organização de dados memoriais do IFRS”. O estudo teve como objetivo principal o desenvolvimento de um produto educacional em formato de material textual com vistas a auxiliar no processo de implementação e consolidação do Núcleo de Memória do IFRS (NuMem). O NuMem é um programa institucional que tem por objetivo resgatar e disponibilizar ao público a história e a memória dos diversos campi que compõem o IFRS, por meio da identificação, do registro e da organização dos acervos institucionais. O projeto nasceu em 2018 junto às comemorações dos dez anos de criação dos Institutos Federais, como parte dos esforços e da necessidade de se reconhecer ante a nova institucionalidade. O NuMem IFRS é composto por uma comissão central que atua junto a Reitoria e por membros em todos os campi da instituição que, por seu turno, são responsáveis por propor e desenvolver ações em memória e identidade institucionais. Para a efetivação do objetivo principal da pesquisa – a elaboração do produto educacional – optou-se pela utilização de uma abordagem metodológica qualitativa e de natureza aplicada. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas com servidores das unidades mais antigas do IFRS e que já desenvolveram algum trabalho no âmbito da memória institucional, além da aplicação de um questionário on-line para todos os membros que, naquele momento, atuavam como representantes do Núcleo de Memória nos campi. Além disso, foi realizada uma busca no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj), com vistas a conhecer quantos e quais ações inerentes ao tema já haviam sido efetivadas. De posse dessas informações, o

produto educacional intitulado “Implementação de um Núcleo de Memória: como desenvolver projetos e ações em memória e identidade institucional” foi desenvolvido, intencionando equalizar as particularidades de cada campi, além de auxiliar no processo de desenvolvimento de ações e projetos na área. O material é dividido em quatro blocos de conteúdo: (i) sensibilização e discussão conceitual; (ii) registro e organização do acervo; (iii) exploração do acervo e (iv) socialização e divulgação das produções. Por fim, é esperado que o material possa ser utilizado em outras instituições de ensino, em especial nos Institutos Federais, auxiliando no processo de valorização dos acervos e fontes da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Memória institucional; Acervos e Fontes; Educação profissional e Tecnológica; Núcleo de Memória; Centro de Memória.

UM ESTUDO DO CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO - DA PROFISSIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA À INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Clara Regina Agostini Oliveira*

*IFMG - E-mail: profaclara@gmail.com

Este trabalho é o relato de pesquisa em desenvolvimento do Programa de Doutorado em Educação na Universidad SEK em Santiago, Chile. Pretende-se, com o estudo dos Projetos Pedagógicos de Curso, em uma escola técnica federal, identificar em que a organização curricular de um curso técnico, integrado ao ensino médio, difere de uma estrutura curricular onde a profissionalização neste nível de ensino, era compulsória. A pesquisa tem se dado por meio de análise documental e será acrescida pela escuta das narrativas de atores curriculares da comunidade escolar. O ponto de partida foi o levantamento histórico do contexto deste nível de ensino. O ensino médio no Brasil, última etapa da educação básica, é cursado por alunos entre 15 e 17 anos, na maioria. Na legislação desse nível de ensino, desde a lei 4024/61 até a 9394/96 há referência à formação para o trabalho. De 1971 a 1982, na vigência da Lei 5692/71 a profissionalização foi compulsória. Essa obrigatoriedade só terminou em 1982 com a promulgação da Lei 7044/82 que apenas mudou alguns artigos da lei anterior. Promulgada após o término da ditadura

cívico-militar (1985) e após a publicação da nova constituição brasileira (1988), a Lei 9394/96, mantém a proposta de profissionalização opcional para o Ensino Médio, porém distingue o Ensino Médio da Educação Profissional. A oferta da formação profissional, já a partir do Ensino Médio, tem sido prescrita ou sugerida nas diferentes legislações da educação e, por consequência, as matrizes curriculares e os planejamentos escolares são elaborados a partir dessas premissas. Em 2003 deu-se continuidade às discussões sobre ensino profissional integrado e em 2004, pelo decreto 5.154/2004 foi instituída a possibilidade de oferta desse tipo de curso. Para Kuenzer (2012) com este decreto a Educação Profissional passa a integrar a Educação Básica o que poderia levar à superação da dualidade histórica entre educação geral e formação profissional. Em 2008 a Lei 11.892/2009 criou os Institutos Federais de Educação ampliando assim a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio. É preciso registrar que a Lei Nº 13.415/2017 altera a organização do Ensino Médio, o que provavelmente impactará nesta configuração. Mesmo que seja uma pesquisa em andamento, o que se pode observar é a continuidade de uma organização curricular segmentada que não possibilita ações integradoras de fato. Mesmo nos cursos integrados permanece a categorização de disciplinas básicas e disciplinas profissionais. Segundo Lima (2018) "o currículo para ser integrado não deve ser compartimentalizado e disciplinar, ou fragmentado em conteúdos isolados". Numa leitura de documentos disponíveis, observa-se a permanência dos modelos anteriores, nos Projetos Pedagógicos de Curso. Mantém-se a indagação: em que a organização curricular de um curso técnico integrado se distingue, de alguma forma, da profissionalização compulsória exigida em legislação anterior? É o que se pretende responder nesta pesquisa.

Palavras-chave: Currículo Escolar; Profissionalização no Ensino Médio; Integração Curricular

MUSEMEP: ACERVO PRESERVADO, MEMÓRIAS FORTALECIDAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Clarice Schüssler*

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

*IFRS - E-mail: quimicallegal@hotmail.com

Este resumo relata sobre “MuseMEP: fortalecer e preservar a memória das Mostras de Educação Profissional da rede pública estadual do RS”, enquanto produto educacional do Mestrado Profissional do ProfEPT, cursado no IFRS, campus Porto Alegre. As Mostras da Educação Profissional (MEPs), das escolas da rede pública estadual de Educação Profissional do Rio Grande do Sul, realizadas desde 2004, promovem anualmente a apresentação de projetos de pesquisa dos cursos técnicos e oportunizam a vivência de significativas experiências de vida aos atores envolvidos em sua realização. O acervo das Mostras reúne um material ímpar sobre saberes e práticas da EPT. Contudo, na ausência de um processo sistemático e institucionalizado de organização, que abarcasse a preservação e partilha de fotos e arquivos, o cenário é de fragilidade na salvaguarda deste patrimônio histórico-educativo da EPT, ameaçando-o de esquecimento. Então, a pesquisa, de natureza aplicada e qualitativa, objetivou atuar no fortalecimento e preservação das memórias das Mostras através da elaboração, desenvolvimento e implementação de um Museu Virtual, o MuseMEP. Iniciou-se pelo estudo das categorias: Educação Profissional; Memória e Identidade; e Patrimônio histórico-educativo. Seguiu-se com a análise do tema através da revisão de teses, dissertações, livros, artigos e projetos de iniciação científica, para identificar potenciais ações para a preservação das memórias das MEPs. Procedeu-se, ainda, uma detalhada verificação de dois museus virtuais disponíveis na internet. Na sequência, formou-se a equipe desenvolvedora do MuseMEP, agregando ao projeto o coordenador e acadêmica do Curso Tecnológico em ADS do IFRS, campus Osório, realizando-se o processo de análise, projeto e construção do software desejado. Nesta etapa também foi necessária uma aproximação com conceitos-chave da Museologia, criando-se, entre outros, uma ficha de catalogação para cada objeto do MuseMEP. Paralelamente, realizou-se o processo de mediação junto aos atores regionais das MEPs. Aos servidores das Coordenadorias Regionais de Educação foram oferecidas duas formações presenciais, capacitando-os a buscar e inserir acervo digital no MuseMEP, apropriando-os do processo de salvaguarda de arquivos e fotos das Mostras, que passou a ser possível na plataforma digital. Seguiu-se a avaliação do museu virtual por especialistas em museologia e atores envolvidos, utilizando-se um questionário online com questões previamente estruturadas. Desta avaliação extraíram-se elementos para efetivar as melhorias possíveis no MuseMEP. Concluiu-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, concebendo e implementando

o MuseMEP a partir do processo de mediação crítica para a preservação de memórias, junto aos que vivem as Mostras. Entende-se o MuseMEP como espaço de viabilização ao acesso às fontes de pesquisa para a EPT, seu acervo possibilita diálogos, releituras e novos olhares sobre o papel na das MEPs e dos diferentes atores que as realizam.

Palavras-chave: Mostras da Educação Profissional; Memórias; Museu Virtual; Patrimônio histórico-educativo.

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO CAMPUS FARROUPILHA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Deise Inára Cremonini Dagnese*

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

*IFRS - E-mail: deise.dagnese@gmail.com

A proposta deste trabalho é um recorte do projeto de dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o qual fizemos parte, e, que tem por objetivo geral fortalecer o enraizamento da marca do campus Farroupilha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul para a comunidade de Farroupilha. O Campus Farroupilha é originário da Escola Técnica de Farroupilha, a ETFAR, provida pela Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS). A ETFAR foi implementada por meio dos Termos de Convênios nº 016/1999 e nº 068/2001/PROEP que tratam da construção e operacionalização do Proep na ETFAR respectivamente. O responsável por todo processo de implementação e inauguração da ETFAR foi o professor Ruy Pauletti que era reitor da FUCS na época da tramitação. A mesma foi federalizada a partir do processo de criação dos Institutos Federais de Educação, vindo a pertencer ao IFRS e tendo como sua primeira definição Núcleo Avançado de Farroupilha pela instrução normativa RFB nº 748, emitida em 21 de maio de 2010. Em 23 de abril de 2013, o Núcleo Avançado de Farroupilha foi transformado oficialmente em Campus Farroupilha do IFRS, a partir da portaria nº 330/MEC. O presente trabalho tem por objetivo específico estudar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) pelo qual a ETFAR foi

concebida. O Proep foi uma iniciativa Ministério da Educação (MEC), que buscou desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, com o objetivo de implantar um novo modelo de Educação Profissional. O acordo foi firmado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso no dia em 24 de novembro de 1997, através do "Acordo de Empréstimo e o Contrato nº 1052" com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa visou a implementação da reforma da Educação Profissional, principalmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação e expansão da Rede de Educação Profissional mediante parcerias com o segmento comunitário. A metodologia usada será de caráter exploratória de cunho histórico e será usada a técnica de análise documental que ajuda a entender detalhes sobre o assunto proposto. Como resultados, considera-se fundamental entender a concepção, implementação e trajetória do Campus Farroupilha, enquanto ETFAR através do Programa de Expansão da Educação Profissional proposto pelo decreto nº 2.208. Entende-se que este estudo irá contribuir com as pesquisas do Projeto de Mestrado proposto.

Palavras-chave: Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP); Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR); IFRS Campus Farroupilha; Lei 9.394/96 (LDB); Decreto 2.208/97

AS ORIGENS DO CEDUP HERMANN HERING: UMA LEITURA ATRAVÉS DOS REGISTROS INTERNOS E IMPRESSOS PRODUZIDOS ENTRE 1973 E 1984.

Denise Matiola Todorov (Mestranda ProfEPT - IFC)*

Reginaldo Leandro Plácido

*IFC - E-mail: deni.m.todo@gmail.com

A presente pesquisa busca construir “Uma” história do CEDUP Hermann Hering, atendendo ao objetivo de compreender a história da sua implantação a partir dos impressos e documentos internos produzidos entre os anos de 1973 e 1984. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental que também contribui para a compreensão da história da Educação Profissional e Tecnológica em Santa Catarina e no Brasil. Localizado na cidade de Blumenau, SC, o CEDUP, Centro de Educação Profissionalizante, pertence à Rede Estadual de Educação e foi criado em 1978, como Centro Interescolar de 2º Grau, através dos

acordos MEC/USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Os Centros Interescolares foram um projeto nacional cujo objetivo era atender apenas formação técnica de forma complementar, enquanto as disciplinas que compunham a formação geral, eram realizadas em outras escolas. Sua criação pode ser entendida como artifício utilizado para garantir a implantação da profissionalização obrigatória estabelecida pela Lei Nº 5.692/71, minimizando custos de implantação de cursos técnicos em todas as escolas. A pesquisa ainda em desenvolvimento, contempla referencial teórico que contextualiza a oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e condições locais para criação da escola na cidade, sendo que a análise documental possibilita inserir a história do CEDUP neste processo. Os estudos em Cultura Escolar, direcionam a pesquisa, pois partimos de um pressuposto de que não devemos olhar a história de uma instituição escolar apenas pelo que determinam as leis, como também a história das instituições escolares não se limita às relações com o meio envolvente, (MAGALHÃES, 2007). Tal entendimento também nos permite a construção de uma narrativa a partir da meso-abordagem histórica (MAGALHÃES, 2004, 2007), posicionando a escola entre as ações macro – legislações, e as ações micro - ações locais, do município onde a escola foi implantada. A partir da Análise de Conteúdo, fundamentada em Bardin (1977), estabelecemos como categorias iniciais para análise da documentação: Educação Profissional e Tecnológica, Estratégias (legislações que regimentavam a escola) e Táticas (as ações desenvolvidas pela escola que iam além do estabelecido em lei, analisando permanências e rupturas) e Expectativas (o olhar da comunidade expresso nos jornais). Certeau (1988), ao produzir os conceitos de estratégia e tática, orienta igualmente esta análise, no entendimento de que a estratégia é a ação ordenada, institucionalizada, com seu lugar determinado, enquanto a tática, desenvolve-se no momento da oportunidade, no possível, como resposta a algo estabelecido. A pesquisa, por fim, resultará no desenvolvimento de um produto educacional, caracterizado como uma linha do tempo interativa, revelando e contextualizando as condições que envolveram a criação da escola com a história da oferta da EPT no Brasil e sua evolução ao longo dos anos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; História; Centro Interescolar de 2º Grau; Cultura Escolar.

A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA A PARTIR DO DECRETO Nº 2.208/1997: ANÁLISE DO ESTADO DO CONHECIMENTO NO PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

Elvira Fernandes de Araújo Oliveira*

Francisco das Chagas Silva Souza

*IFRN - E-mail: elvirafernandes.bib@gmail.com

As discussões acerca das mudanças na Educação Profissional, ocorridas nos anos 1990, foram estabelecidas, principalmente, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sob nº 9.394/96, definindo as bases legais para a reforma do ensino profissionalizante. Além disso, o Decreto Federal nº 2.208/97, que trata das novas propostas direcionadas à Educação Profissional, traz significativas mudanças para o modelo de ofertas do ensino profissional: a concomitante ao ensino médio e a subsequente. A análise da história da educação no período abordado propõe atender demandas econômicas e sociais do país, e articular o ensino por competência para atender requisitos de produtividade e competitividade (MANFREDI, 2016). Neste artigo, temos como objetivo realizar uma pesquisa sistematizada sobre o Decreto nº 2.208/1997, no Portal de Periódicos CAPES, buscando os artigos acerca da temática relacionada ao Decreto, compreendendo o recorte temporal entre 1997 a 2020. Dessa forma, a pesquisa é caracterizada como documental, com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo em vista que os dados levantados serão avaliados por meio de um estudo bibliométrico. Como resultado, teremos um levantamento da produção científica da temática no campo da Educação Profissional, bem como uma análise das discussões apresentadas nos documentos investigados.

Palavras-chave: Educação Profissional; Decreto 2.208/97; História de Educação

DOCUMENTOS ESCOLARES: UM VALIOSO ARQUIVO PARA A INVESTIGAÇÃO DA FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

Gillyane Dantas dos Santos*

*IFRN - E-mail: gillyanedantas@gmail.com

É indiscutível a necessidade de conservação dos documentos escolares para a produção e conservação da história não apenas daquela instituição, mas da história da educação local e, conseqüentemente, nacional em seus mais diversos vieses. O presente trabalho tem por objetivo discutir sobre a relevância dos arquivos escolares como meio de possibilidades para a investigação sobre a formação docente. Os passos metodológicos partiram de um levantamento bibliográfico, necessário para a seleção dos autores importantes para a fundamentação das discussões, tais como: Le Goff (1996), Medeiros (2003), Vidal (2000), Ribeiro (1992), entre outros; foi realizada também uma pesquisa de cunho documental em que contou com o uso de legislações para amparar a discussão sobre arquivos, além disso foi elaborada uma listagem dos documentos escolares indispensáveis para a construção de uma investigação sobre a formação docente em específico do magistério primário. Não raro é relatado pela equipe escolar que os arquivos antigos daquela instituição não existem mais, ora expõem que foram descartados para otimização de espaço, ora uma possível pane no sistema elétrico ocasionou um risco de incêndio no espaço afetando diretamente a conservação desses materiais, ou até mesmo não sabem informar o motivo da inexistências destes. Diversas são as situações que comprometem a conservação de tais documentos para a manutenção do arquivo escolar, sendo um indício demonstrativo da necessidade de um profissional da área arquivística para auxiliar nesse processo.

Palavras-chave: Arquivos Escolares; Formação Docente; História da Educação

ENTRE PERCALÇOS E ACERTOS: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O CURRÍCULO DO IFRN

Gilmara Catarine Dantas Costa*

Suély Gleide Pereira de Souza

*IFRN - E-mail: gilmaracatarine@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar as relações existentes entre as principais tendências e concepções históricas da arte-educação no Brasil com o currículo de arte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), por meio das Propostas de Trabalho para as Disciplinas do Ensino Médio (PTDEM), tendo como recorte as Artes Visuais. Inicialmente, discute-se o status da arte e do artista, assim como a ligação da arte com os trabalhos braçais e as oficinas de artífice, tendo em vista que estas oficinas são um importante marco para a educação profissional no Brasil. Para a construção deste artigo, tomou-se como base o método histórico, fazendo-se necessária a contemplação do PTDEM de Arte do IFRN e a comparação com os “eventos” que conceberam o ensino de Arte na educação brasileira, com o intuito de obter informações que viessem a fomentar uma reflexão sobre o lugar que a Arte têm ocupado na Educação Profissional, nessa instituição de ensino. Ao término das pesquisas constatou-se a difícil consolidação da Arte como disciplina no ensino técnico do IFRN, que passou pelo status de curso de desenho para auxiliar na formação técnica de algumas profissões, concepção liberal, até ser inserida como componente curricular com ênfase na própria arte, essencialismo.

Palavras-chave: Artes Visuais; Educação Profissional; PTDEM; Ensino de Arte.

OS JORNAIS, AS FOTOGRAFIAS E A LITERATURA MEMORIALISTA: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOMÉSTICA EM POUSO ALEGRE/MG (1917-1945)

Giovane Silva Balbino*

*UNICAMP - E-mail: giovanesilvabalbino15@yahoo.com

Apresentamos o fruto do trabalho de dissertação em educação, na Faculdade de Educação da Unicamp, esse trabalho teve como fontes histórias, os jornais, as fotografias e as obras literárias (memorialistas) e foram coletadas no Museu Municipal Tuany Toledo em Pouso Alegre/MG. A pesquisa teve como ponto de partida, os estudos sobre a Escola Profissional Delfim Moreira (criada 1917), da Escola Doméstica Santa

Terezinha (criada em 1929), além do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes (criada em 1920), pertencentes a Igreja Católica e ofereciam capacitação profissional e doméstica aos meninos e meninas das classes “desfavorecidas” respectivamente. Dos jornais coletados e analisados foram: Município, A Gazeta de Pouso Alegre, A Semana Religiosa, O Trabalho e A Razão; também encontramos fotografias das instituições educacionais e das obras memorialistas, como a obra de Octávio Gouveia de Miranda: “A História de Pouso Alegre”; “Uma História Que Já Vai Longe” de Alvarina Amaral de Oliveira Toledo e “Estórias do Mandu” de Eduardo Amaral de Oliveira Toledo. O material de imprensa analisamos conforme as orientações de Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (1999), observando (1) a orientação do jornal, pois ela representa interesses de seu grupo social; (2) a posição da notícia ou artigo no jornal (editorial, manchete, pequena notícia, comentários); (3) artigo assinado ou não; (4) versões sobre o mesmo fato; (5) fichamento da notícia, além de problematizar a imprensa periódica e a sua manifestação das ideais das elites, através das concepções teóricas de Cruz (2000). As fotografias coletadas tiveram um padrão definido, voltadas para os prédios dos estabelecimentos de ensino e exclusivamente aos alunos (as) nas oficinas manuais, essas fotografias foram analisadas, conforme as orientações teóricas de Kossoy (2001), Lissovsky (1983) e Peter Burke (2004). As obras memorialistas permitiam as análises e compreensão do poder da memória e das relações sociais assentadas nessas instituições educacionais, basicamente essas obras foram cuidadosamente analisadas sob as direções de Santos (2009) e Camilotti; Naxara (2009). Os possíveis resultados são as relações sociais entre as elites religiosas e políticas pouso alegrense, em colaboração na organização e manutenção desses espaços educacionais destinados a formação de trabalhadores (as) para os primórdios da industrialização e da educação religiosa proposta pelo clero local. A conclusão deste estudo buscará enfatizar o papel das fontes históricas nas pesquisas referente a história da educação profissional no Brasil e como esses recursos podem trazer informações sobre essas instituições educacionais, nesse caso, estávamos observando a cidade de Pouso Alegre, no Sul de Minas Gerais, de qualquer forma, essa pesquisa teve esse arcabouço documental, como importante para a compreensão histórica desse período.

Palavras-chave: Educação profissional; Fontes históricas; Pouso Alegre/ MG.

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Jéssica Souza Martins*

Francinaide de Lima Silva Nascimento; Olívia Morais de Medeiros Neta

*IFRN - E-mail: jssc.martins@hotmail.com.br

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é constituída por instituições de educação superior, básica e/ou profissional. Mas, qual o lugar da pós-graduação em Educação Profissional nesta Rede? Os Programas de Pós-Graduação no Brasil tem como finalidade a produção científica e a formação dos recursos humanos qualificados para o país. Em 2018, a coleta de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior registrou 2.022 mestrados acadêmicos e profissionais; e, 83 doutorados acadêmicos e profissional. Estes produziram, respectivamente, 925.345 dissertações e 288.602 teses. O presente objetivo do trabalho é descrever o histórico dos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional, na modalidade acadêmico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para a elaboração deste trabalho será utilizado o método histórico, conforme Lakatos e Marconi (2003) e a pesquisa documental, de acordo com Gil (2008). Além disso, como fonte será utilizado o Catálogo de Teses e Dissertações e a Plataforma Sucupira. A partir da análise dos dados, foram detectados que o programa Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; o Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica do Paraná; e, o Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Paraná estão vinculados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O grupo de Programas somam 73 teses e 228 dissertações. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica conta com instituições centenárias e com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado que investigam em suas produções científicas a Educação Profissional como principal área de estudo.

Palavras-chave: Educação Profissional; Programas de Pós-Graduação; A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA E SEU LUGAR DE PRODUÇÃO: PESQUISA NA HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA

Joilson Silva de Sousa*

Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento; Marlúcia Menezes de Paiva

*IFRN - E-mail: joilsondesousa@hotmail.com

Apresentar o uso do jornal como possibilidade de fonte e objeto de pesquisa histórica tendo como lócus a Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada a Fundação Biblioteca Nacional é o objetivo deste escrito. A plataforma digital, torna oportuno a pesquisadores a consulta ao acervo digital de periódicos diversos como jornais, revistas e outros documentos gratuitamente. O presente texto, busca de modo específico investigar as narrativas acerca das políticas para a formação de professores do ensino técnico advindas com a promulgação da reforma de 1º e 2º graus, lei n. 5.692/1971, noticiadas pelo Jornal Diário de Natal. Para a realização desta investigação, nos valem de uma leitura interdisciplinar (história e educação), baseada em autores como Barros (2019; 2020), Certeau (1982), Ciavatta (2019) e Luca (2010), dentre outros. Como resultado, podemos destacar o uso do jornal como fonte e objeto de pesquisa que através da plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira, tem relevante contribuição para as investigações em História da Educação, em específico, o campo da educação profissional. Acerca das políticas do estado para a formação de professores do ensino técnico, ressaltamos o papel do Centro de Educação Técnica do Nordeste – CETENE e outras instituições de ensino para promover estas ações. Concluímos que a noção de “lugar de produção” de onde escreve o historiador, pode ser estendida para diversas fontes históricas que os historiadores lançam mão, para buscar refletir sobre os processos do passado.

Palavras-chave: Fonte Histórica; Jornal; Hemeroteca Digital Brasileira; História da Educação Profissional; Formação de Professores

A VULGARIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA: O CASO DA COLEÇÃO BIBLIOTHECA DO POVO E DAS ESCOLAS (LISBOA-RIO DE JANEIRO, 1881-1913)

Josiane Silva de Alcântara*

*FIOCRUZ - E-mail: josi.alcantara@gmail.com

No contexto brasileiro, a partir de 1870, percebe-se a intensificação dos debates sobre a oferta de instrução popular para a formação de trabalhadores livres que substituiriam a mão de obra escravizada. Nas páginas de jornais que cobriam as discussões das elites políticas brasileiras, a questão da educação profissional figura como um caminho para capacitar os indivíduos na atuação junto à lavoura ou no desempenho de ofícios urbanos. A base dessa formação -- segundo a visão de integrantes de instituições como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por exemplo -- seria a educação moral, cívica e científica, especialmente dos campos da história natural, da matemática e das ciências físico-químicas, vistos como primordiais para ‘regenerar’ os corpos e mentes das ‘classes laboriosas’. Além das discussões sobre a oferta de instituições e currículos para o ensino teórico e prático do mundo do trabalho, a questão dos livros figura como um componente igualmente relevante. Na perspectiva de diferentes intelectuais, era importante a produção de manuais e compêndios com o propósito de instruir os grupos populares e, também, preencher o ócio com impressos que não propagam ideias que poderiam abalar a estrutura social vigente. Nosso propósito nesta apresentação é analisar a coleção de livros de ciência intitulada “Bibliotheca do Povo e das Escolas” (BPE), produzida pelo editor português David Corazzi e dirigida pelo médico Xavier da Cunha. Esse conjunto de fascículos circulou nos territórios de Brasil e Portugal durante 32 anos -- com altos e baixos em sua vida editorial -- e era vista como um programa de instrução para operários, estudantes e chefes de família. Durante esse percurso, a coleção teve 237 títulos publicados e era publicizada como um projeto robusto de vulgarização das ciências associada ao mundo do trabalho, que deveria ser adotado por liceus e escolas profissionais brasileiras e portuguesas. Nosso intuito é analisar essa coleção inserida no circuito das publicações pedagógicas, atentando para os seus elementos gráficos e a conjuntura sociocultural para sua circulação, tendo em vista as especificidades históricas do

ambiente editorial brasileiro e da emergência da educação para as classes populares como uma questão nacional. Nossa análise utiliza o aporte teórico-metodológico da História das Ciências, para analisar as formas de comunicação e circulação das ciências em contextos sociais específicos; e da História Cultural, ao entender os impressos como objetos dotados de historicidade, espaços simbólicos para a (re)produção de práticas e representações. A análise dessa coleção ainda está em curso, porém podemos apontar que a construção desse conjunto bibliográfico buscou voltar-se para os grupos menos abastados; procurou dialogar diretamente com os currículos pensados para a formação das classes populares e apresentar-se como um repertório científico visto como ‘útil’ e ‘indispensável’ aos trabalhadores.

Palavras-chave: Vulgarização das ciências; História da educação profissional - Brasil; História do livro - Brasil e Portugal; Manuais escolares.

ARQUIVOS, ACERVOS E FONTES PARA A HISTORIOGRAFIA DO SENAC NO BRASIL E NO RN

Joentina Firmina Rodrigues*

José Mateus do Nascimento

*IFRN - E-mail: joentinar@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a importância dos Arquivos, Acervos e Fontes para a Historiografia do Senac no Brasil, especificamente, a história e memória da formação de professores na Educação Profissional oferecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte. Para respaldo de uma pesquisa na abordagem qualitativa, foi realizado um levantamento de impressos publicados pelo Senac, desde a década de 1940, disponíveis no Acervo Técnico do Departamento Nacional, localizado no Rio de Janeiro. O Departamento Nacional – DN foi constituído órgão executivo da Instituição, assim firmado pelo Decreto nº. 61.843, de 5 de dezembro de 1967 que aprova o Regulamento do Senac e dá outras providências, documento este, alterado pelos Decretos nº. 5.728/2006 e nº. 6.633/2008. O arquivo do DN está organizado em três espaços: o primeiro, destinado aos relatórios, planos de ação, material especial

(DVDs), material imagético (fotografias, slides e cartazes); o segundo, aos periódicos institucionais e comerciais; e o terceiro com livros não institucionais e livros produzidos pelo Senac (DN e DRs). Os documentos estão em ótimo estado de conservação, condições de guarda e disponíveis para consulta, no presente momento, apenas para o público interno da Instituição mediante solicitação e autorização. Com seus mais de 70 anos de atuação em Educação Profissional, o SENAC tem muita história a ser reconstruída por pesquisadores que tenham acesso a esses acervos e fontes, de modo a (re)fazer outras leituras e interpretações historiográficas. O aporte teórico do historiador Jacques Le Goff (2003) fundamenta as discussões sobre os conceitos de história, memória e fonte. Para esse autor, o passado é uma construção e uma reinterpretação constante, sendo o futuro, parte integrante e significativa da história. Nesse sentido, os arquivos do passado constituem-se fontes vivas de memórias. A análise de cada documento-monumento deve assegurar ao passado uma sobrevivência, ou melhor, uma vida, em coerência com uma postura de preservação da história. Para compor o referido trabalho, selecionamos o seguinte acervo documental: Correio Senac, edições de 1949 a 2010; Boletim Técnico do Senac dos anos de 1970 a 2010 e "in loco", tivemos acesso aos Relatórios do Senac RN de 1948 a 2010. Os principais decretos, leis e portarias que regem a educação profissional no Departamento Nacional do Senac estão disponíveis no site <https://www.dn.senac.br/>. Este levantamento e identificação de fontes constitui fase essencial para o desenvolvimento de análise categorial dos documentos pertinentes ao tema de trabalho dissertativo.

Palavras-chave: Educação Profissional; História do Senac; Fontes Históricas; Memória da Formação Docente.

BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI

Max Alexandre da Silva*

Adriana Aparecida da Silva; Dante Henrique Moura

*IFRN - E-mail: maxquimica@bol.com.br

Essa comunicação visa refletir sobre as políticas da educação profissional de nível médio (EPTNM), dentro do recorte histórico dos anos 2000 a 2017 com reforma da Lei nº 13.415. A metodologia de caráter histórico crítico, bem como, pesquisa bibliográfica e documental. Entendemos que essas políticas em nosso país revelam uma disputa por controle do tipo de educação a ser fornecida para a formação dos jovens. Partindo do princípio que a educação brasileira é reflexo de uma sociedade capitalista e periférica, em que o acesso à educação é representado por uma escola dual que prepara os filhos da classe trabalhadora para o mercado do trabalho e os filhos da classe dirigente para o ensino superior. Essa estrutura se renova e continua oferecendo escolarização diferenciada para as classes sociais. O que dificulta a oferta igualitária de educação de qualidade para todos. Nesse sentido, a Educação Profissional (EP) passa a ter amparo legal na segunda Lei de Diretrizes e Bases (2º LDB) nº 9.394/1996. Entretanto, a EP não pode se estabelecer de forma harmônica com o Ensino Médio devido ao tropeço do Decreto nº 2.208/1997, que separou o ensino propedêutico do ensino profissional e alargou ainda mais a dualidade já existente materializada neste decreto. Em 2004 esse Decreto é revogado pelo Decreto nº 5.154/2004 e dá luzes a uma nova possibilidade de integração entre o EM e EPTNM nas formas integrada, concomitante e subsequente. E em 2008 abre-se espaço para o expansionismo da Rede Federal na forma da Lei nº 11.892, que institui o sistema federal de ensino a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Nesse sentido, a integração entre o EM e a EP, possibilitou o entrelaçamento entre a instrução geral e a instrução profissional de forma a atender a formação integral do aluno como alternativa viável de superar a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual de forma unitária. E essa proposta foi defendida e desenvolvida até meados dos anos de 2014, quando se começou a direcionar novas demandas que levaram a educação para o aprofundamento da dualidade culminando na Reforma promovida pela Lei nº 13.415/2017. Reconhecemos que o modelo promovido pela referente reforma vem intensificar as desigualdades educacionais, a flexibilização, a fuga da responsabilidade real com a educação e a delegação de dinheiro público para entes privados. Norteados para uma maior ascendência da perda de direitos sociais e o direcionamento de certificações aligeiradas para suprir uma necessidade mercadológica empobrecendo a formação destinada aos filhos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Políticas públicas; Reforma do Ensino Médio; Dualidade estrutural.

A LEI Nº 5.692 DE 1971 E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO Nº 9.394 DE 1996: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nara Lidiana Silva Dias Carlos*

Raquel Marinho Meneses; Olívia Moraes de Medeiros Neta

*UFRN - E-mail: naralid@yahoo.com.br

As Leis que regulamentam a educação brasileira sofreram diversas alterações ao longo das últimas décadas. Neste artigo temos o objetivo de analisar as aproximações e os distanciamentos entre a organização do ensino com ênfase na educação profissional que estão previstos na Lei nº 5.692 de 1971 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996 (LDB/96). O período entre 1971 e 1996 se justifica porque a Lei nº 5.692/71 perdurou de 1971, durante o regime militar, até o ano de 1996 quando foi revogada no período de redemocratização pela LDB/96. O estudo aqui proposto tem como base a revisão bibliográfica e análise documental. Diante do exposto, temos duas questões: Como se organizava o ensino em níveis e modalidades na Lei nº 5.692/71 e na LDB/96 no ano de sua promulgação? Quais são as aproximações e os possíveis distanciamentos na organização da educação profissional entre as duas leis? A pesquisa nos aponta diversos aspectos, dentre eles, podemos concluir que a organização do ensino na Lei nº 5.692/71 e na LDB/96 no ano de sua promulgação se aproximam de diversas formas: tempo de duração para os níveis de ensino, gratuidade do ensino de 1º grau, atual ensino fundamental. A quantidade de dias letivos também é aproximada, com uma diferença de apenas 20 dias entre as duas legislações. Como distanciamento, identificamos que na Lei nº 5.692/71 existia uma maior ênfase da formação para o mercado de trabalho, enquanto que na LDB/96 uma visão mais voltada para a formação humana.

Palavras-chave: História da Educação; Lei nº 5.62/71; Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996; Organização do Ensino Brasileiro; Educação Profissional.

A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DE CUIDADORAS DAS INSTITUIÇÕES DE ALIENAÇÃO CURITIBANAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Rafaela Paula da Silva*

*UFPA - E-mail: rafaela.paula.rp@outlook.com

O texto propõe algumas reflexões teóricas sobre os vínculos entre a formação e a prática de cuidadoras que atuaram nas instituições de isolamento curitibanas, durante a primeira metade do século XX. Em especial, no Hospício de Alienados Nossa Senhora da Luz (1903), Hospital de Isolamento (1928) e no Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro (1945). Com base em fontes secundárias diversas, busca-se mapear de onde vinham estas profissionais, quais seus conhecimentos técnicos e, em que medida, neste período eram preparadas para trabalhar com a Psiquiatria. Porque percebe-se nas pesquisas sobre o tema um claro desequilíbrio entre a formação dos médicos e enfermeiras no estado. Enquanto, desde a fundação, o curso de Medicina na Faculdade do Paraná (1913) possui uma cadeira sobre o tema, não havia até o início da década de 1950 escolas de Enfermagem e de auxiliares de Enfermagem no Paraná. Embora, as escolas já existissem há alguns anos em outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. O Paraná até então, havia contado apenas com formações de curta duração para mulheres, na área da saúde e profissionais vindas de outros lugares. Nesse sentido, o levantamento destas informações possibilita por um lado, indicar a importância das formações técnicas disponibilizadas por diferentes instituições paranaenses ao longo do período. E, por outro perceber a constituição da enfermagem no trabalho cotidiano, aos poucos se tornando parte de uma classe profissional, cuja especificidade leva a criação do curso técnico e não o contrário.

Palavras-chave: psiquiatria; enfermagem; instituições de isolamento; formação profissional.

NARRATIVAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Robelania dos Santos Gemaque*

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti

*IFPA - E-mail: gemaquerrobелania@gmail.com

Apresenta resultado de pesquisa junto ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica na instituição associada IFPA-Campus Belém. Construir uma prática educativa sobre Gênero e Sexualidade no Ensino Médio Integrado. Para tanto, definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) investigar as narrativas proferidas no ensino médio integrado e seus efeitos sobre os estudantes LGBTI+ b) pautar a temática gênero e sexualidade entre os jovens da EETEPA; c) produzir uma história em quadrinhos sobre gênero, sexualidade e trabalho a partir das discussões e narrativas dos estudantes. Adotamos procedimentos de natureza qualitativa no desenvolvimento das atividades, ancorada na pesquisa narrativa na abordagem defendida por Zaccareli & Godoy (2013 p.27), compreendida como “relatos interpretativos desenvolvidos por um investigador, baseados em entrevista e observação de trabalho de campo (uma estória sobre estórias)” e na pesquisa participante Huguette (2010, p.141), enquanto um “processo que envolve investigação, educação e ação”. Direcionamos o foco central da pesquisa para a existência/ausência do debate sobre gênero e sexualidade no cotidiano na Escola Estadual Professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo e as possíveis oclusões, silenciamentos e invisibilidades neste campo de investigação. A utilização das narrativas das/os estudantes, observação participante e entrevista semi-estrutura, orientaram o trabalho de campo e a proposta de uma escrita etnográfica na feitura do trabalho. Participaram da pesquisa dez estudantes do Curso Técnico Design de Interiores integrado ao ensino médio. Na análise dos dados empíricos foi utilizada a Análise Temática Dialógica, na abordagem defendida por Silva e Borges (2017 p. 257). A análise dos dados confirmam e produzem novos significados: a) reafirmam a quase ausência da discussão do tema sexualidade no ensino médio integrado, e pouco conhecimento sobre os direitos das pessoas LGBTI+ na abordagem culturalista/humanista; b) contradições entre o discurso e a prática no tratamento aos estudantes inseridos no espectro

LGBTI+; c) há interesse pelo tema por parte dos estudantes e professores; d) emerge o reconhecimento pela importância do tema nas atividades e práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar, tanto nas palavras dos estudantes, quanto nos enunciados dos professores. Apesar da constatação da invisibilidade do tema sexualidade no cotidiano da escola, existe por parte dos estudantes uma postura de romper o silenciamento, e as tentativas de ocultação e homogeneização das suas presenças no cotidiano escolar. O interesse pelo tema, sugere que há espaço na educação para debater a LGBTI+fobia e contribuir para uma formação humana integral, enquanto questão central para uma educação de qualidade, apoiada na ciência, no trabalho, na cultura e também no afeto.

Palavras-chave: Narrativas, Gênero, Sexualidade, Trabalho, EPT

COLÉGIO DAS FÁBRICAS: A GÊNESE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA.

Rogério Luiz da Silva Ramos*

Claudio Alberto Gellis de Mattos Dias

*IFAP - E-mail: rogerio.ramos@ifap.edu.br

À guisa de consideração inicial, parte-se aqui do entendimento de que conhecer a respeito da origem do fenômeno que se estuda é fundamental para o desenvolvimento científico do campo em que se pesquisa, em nosso caso, a Educação Profissional Brasileira (EPB). Assim, este texto de caráter documental tem por objetivo apresentar, em forma de resumo, o que de acordo com registros oficiais se mostra como a gênese da EPB. Para tanto, a coleta de informações aqui apresentadas teve como lócus a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDGD) através de seu Centro de Documentação e Informação (bd.camara.leg.br). Neste espaço foram realizados levantamentos na coleção Obras Raras, respectivamente, nas subcoleções: Leis do Império e Livros Raros. Os achados desta pesquisa expõem dois documentos fundamentais para o desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil, são estes: o Alvará de 1º de abril de 1808 que revogou o imposto pela Lei de 05 de janeiro

de 1785 que proibia atividades fabris e demais manufaturas nas terras americanas de domínio português (BRASIL, 1891); e o Decreto de 23 de março de 1809 que teve como propósito auxiliar na subsistência e educação de artistas e aprendizes vindos de Portugal por meio do Colégio das Fábricas (BRASIL, 1912). A partir desses dois documentos, foi analisado o teor do texto de 1785 deliberado por Dona Maria I, à época, rainha de Portugal. Logo, foi identificado que este Alvará, de 05 de janeiro de 1785, promulgado sob a justificativa da defesa das atividades extrativistas, proibia o funcionamento de fábricas e pequenas outras manufaturas em terras luso americanas (PORTUGAL, 1785). Pouco mais de duas décadas à frente, esta Lei é revogada pelo Alvará de 1º de abril de 1808. A razão para a revogação, de acordo com o documento, era a necessidade da promoção da riqueza nacional (BRASIL, 1891). Como resultado desta liberação e incentivo às iniciativas e produção fabril e comerciais, a coroa portuguesa, por meio do Decreto de 23 de março de 1909, institucionaliza, a partir do Colégio das Fábricas – situado na cidade do Rio de Janeiro – a Educação Profissional, pois, neste local, distintos profissionais e aprendizes vindos de Portugal tiveram um espaço de ensino e aprendizado voltado ao trabalho (BRASIL, 1891). Considerando, portanto, os achados aqui expostos bem como os demais pontos apresentados, conclui-se que: a Educação Profissional Brasileira tem seu início vinculada ao Decreto de 23 de março de 1809, configurando então, o Colégio das Fábricas como a gênese da Educação Profissional no Brasil.

Palavras-chave: América Portuguesa; Educação Profissional; Formação para o trabalho.

UM ESTUDO SOBRE O ÊXITO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA E INFORMÁTICA DO IFRN, CAMPUS IPANGUAÇU

Tatiane Fonseca de Melo*

Paulina Alves da Silva; Evelyne Nunes de Oliveira Galvão

*IFRN - E-mail: tatyane_fonseca13@hotmail.com

A educação tem origem na necessidade humana de sobrevivência, considerando que através do ensino-aprendizagem as práticas são passadas de geração em geração. Contudo, a separação entre educação

e trabalho só é evidenciada com a divisão da sociedade em classes, o que possibilitou aos donos dos meios de produção, viverem às custas do trabalho de outros. A partir daí, a educação passa a ser dividida em duas modalidades: uma para a classe proprietária e outra para os não proprietários. A primeira, “centrada no letramento, em atividades intelectuais ou militares” e a segunda “visava apenas à continuidade da atividade produtiva, ou seja, do trabalho” (TOMÉ, 2012). Na sociedade contemporânea, a junção das duas modalidades supracitadas se deu com a instauração da educação profissional, que, de acordo com a Lei nº 11.741 de 2008, envolve os cursos de educação profissional técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação. A educação profissional no Estado do Rio Grande do Norte (RN) passou por um processo de expansão com a criação do Plano de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, do Ministério da Educação. Com isso, os Institutos Federais (IF's) começaram a se multiplicar pelo interior do Estado no ano de 2006, saindo do total de 2 campi e chegando a 22 campi potiguares até o ano de 2020. Esse fato concretiza a democratização da educação fornecida pela rede federal de ensino, importante na história da educação profissional. O objetivo principal desta pesquisa foi dimensionar o impacto da interiorização dos IF's no RN, especificamente na vida profissional dos alunos egressos do campus Ipanguaçu. Inicialmente, este estudo fez um levantamento acerca do quantitativo dos discentes formados por ano nos cursos superiores de Licenciatura em Informática e Química. Posteriormente, foi selecionada uma amostra de alunos a serem entrevistados remotamente via plataforma Google Docs. Entre outras questões, a pesquisa continha perguntas acerca do êxito no exercício da profissão e das condições de satisfação atuais. Os principais resultados demonstraram que mais da metade dos egressos estão exercendo as profissões para as quais colaram grau e se encontram satisfeitos com a sua condição atual. Fatos que evidenciam que a educação profissional fornecida pelos IFRN, campus Ipanguaçu é uma ferramenta de ascensão social para jovens que precisariam se deslocar grandes distâncias para ter acesso a esse tipo de formação. A educação é um agente promotor da mudança de realidades e fornecer meios de acesso com equidade é um dever do Estado, conforme consta em vários documentos normativos do Ministério da Educação, inclusive na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394 de 1996. Sendo assim, a interiorização dos IF's no RN foi um passo muito relevante nesse processo de democratização do ensino.

Palavras-chave: Educação Profissional; Interiorização do IFRN; Química; Informática.

3.

GT 03 – HISTÓRIA E POLÍTICA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EVOLUÇÕES E RETROCESSOS ANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS CONSTITUINTE DE 1988

Abinoam Soares da Silva*

Etiene Figueiredo Ferreira

*IFRN - E-mail: abinoam.soares@ifrn.edu.br

O presente trabalho objetiva apresentar um histórico sobre as políticas públicas voltadas a educação profissional e tecnológica, expondo os avanços e retrocessos, na perspectiva da correlação de forças travada entre a classe trabalhadora e o capital hegemônico, em que este último, historicamente alinha a educação profissional da classe dominada com a finalidade de instrumentá-la em termos técnicos, sociais e ideológicos exclusivamente como força produtiva na ampliação dos seus interesses. E entre as muitas demandas da questão social está a educação, polarizada pelo conflito de classes e do capital, em que o menos favorecido também tem menos acesso. Na comprovação dessa disputa foi realizada pesquisa das normas infraconstitucionais e revisão bibliográfica de pesquisadores e dos principais expoentes da área de educação. Apesar da importância histórica e secular da educação profissional no Brasil, delimitamos como marco do estudo o período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as discussões sobre o novo FUNDEB

(PEC 26/2020), nesse ínterim, os fundamentos das desigualdades sociais estão na forma de produção da riqueza na sociedade capitalista, sustentada pela propriedade privada dos meios de produção e nas contradições de classe. Considerando a alternância política partidária e ideológica dos diversos governos, o resultado do estudo indica que as políticas governamentais e suas nuances ocasionam evoluções e recuos diante desse embate de forças, refletindo diretamente na qualidade da educação profissional Brasileira. Sendo assim, o homem torna-se sujeito coletivo de transformação social, e a sua conscientização neste percurso é fundamental no processo de participação na conquista dos direitos.

Palavras-chave: Educação Profissional; Formação para o trabalho; Políticas públicas.

A TRAJETÓRIA DO INGRESSO DAS MENINAS NOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES ATÉ O ATUAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Adriana dos Reis Ferreira*

*IFG - E-mail: adriana.ferreira@ifg.edu.br

No Brasil, a temática sobre gênero e educação tem sido contemplada em variadas pesquisas, publicação de livros e artigos e tem-se ampliado, sobretudo, pela inserção de novas linhas de pesquisa e grupos temáticos nos eventos científicos abordando gênero, diversidade, direitos humanos, etnias e raça. Por outro lado, ainda são incipientes as pesquisas sobre as relações de gênero e à educação profissional. Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo refletir sobre as relações de gênero nos contextos educativos da educação profissional e a trajetória do ingresso das meninas nos cursos técnicos da educação profissional, desde a Escola de Aprendizes Artífices até o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. A ausência de estudos da relação gênero e educação profissional tende a encobrir as questões de gênero presentes nas relações sociais e no mundo do trabalho, corroborando por manter pensamentos, tradicionalmente relatados pelo senso comum, que enfatizam os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho e que

podem contribuir, sobremaneira, com a exclusão feminina nos cursos de formação profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional; Gênero; Instituto Federal de Goiás

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E CULTURA ESCOLAR: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA (1974-2002)

Antonio Max Ferreira da Costa*

José Mateus do Nascimento

*IFRN - E-mail: a.maxcosta@gmail.com

A pesquisa apresentada constitui um recorte da tese de doutoramento que vem sendo desenvolvida desde 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN) na Linha de Pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional. O objetivo desse trabalho é tecer reflexões sobre as categorias epistemológicas “História das Instituições Escolares” e “Cultura Escolar” assentadas na base bibliográfica dos estudos da Nova História Cultural, tecidas por Justino Magalhães (2004, 2001, 1998, 1996), Dominique Julia (2001), Viñao Frago (2001,1995) e Michel de Certeau (1995). Metodologicamente realizou-se pesquisa bibliográfica, com o propósito de compreender as categorias citadas. Também efetivou-se Análise Temática com as etapas de distinção das ideias centrais das secundárias; realização de problematizações e proposições, conforme orienta Severino (2007). A investigação traz a reflexão de que as categorias “História das Instituições Escolares” e “Cultura Escolar” são essenciais na análise histórica das mudanças e permanências ocorridas nas práticas pedagógicas estabelecidas no cotidiano de uma determinada instituição de ensino, em especial a Escola Estadual Professor Anísio Teixeira em Natal/RN, responsável por formar alunos trabalhadores nos cursos técnicos profissionalizantes de 2º grau, com habilitação em Administração e Contabilidade no recorte temporal (1974-2002).

Palavras-chave: História da Educação; História das Instituições Escolares; Cultura Escolar; Ensino Técnico Profissionalizante de 2º Grau.

MODOS DE PENSAR E FAZER A EJA/EPT NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS: ESTUDO DE UMA TRAJETÓRIA

Bianca Santos Bento da Silva*

Clisivânia Duarte de Souza

*IFMA - E-mail: bianca_santos@ifam.edu.br

O artigo analisa a trajetória histórica da oferta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica – PROEJA, no âmbito do Instituto Federal do Amazonas – IFAM. O objetivo central é a análise das interações dialógicas e ações promovidas pela dimensão sistêmica do IFAM com os campi, desde o ano de 2016, visando à construção de uma política institucional de Educação de Jovens e Adultos – EJA pautada na construção de uma identidade de EJA como projeto de inclusão social que valorize as trajetórias e saberes de seus educandos-trabalhadores. O trabalho foi realizado por meio da pesquisa documental. A base empírica constituiu-se da análise de um conjunto de 20 narrativas de servidores atuantes em cursos de PROEJA. Metodologicamente, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter macroanalítico. Desde sua gênese de oferta em PROEJA, no ano de 2006, o IFAM tem tido significativa ascendência e ocupa hoje o terceiro lugar entre os Institutos Federais de Educação na relação de oferta de vagas e matrículas no PROEJA, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (2018). Assim, é premente o desenho dessa trajetória na oferta da modalidade, presente em 11 de seus 16 campi, atendendo a populações urbana, rural, do campo e indígena. Os modos de fazer e pensar escolares e seu dinamismo de mudança são consequências de fatores socioculturais e fatores internos relacionados aos fazeres em sala de aula. Assim, é necessário compreender de que maneira esses fazeres evidenciam o trabalho desenvolvido a partir do ano de 2016, por meio de uma gestão sistêmica comprometida e militante na EJA como prioridade de uma ação que se entende inclusiva e democrática, deslocando a compreensão, equivocada, do PROEJA como o “primo pobre” da Instituição e atribuindo-lhe sua legítima importância dentro de um histórico processo de exclusão social, desde sempre registrado na educação brasileira. A fim de que a expansão da EJA se desse de forma exitosa, foram realizadas pela Diretoria de Educação Profissional e Coordenação de PROEJA (2016-2017) visitas técnicas e de sensibilização

a oito campi do interior que não ofertavam o programa, ou que tiveram a oferta descontinuada. O objetivo foi conhecer os arranjos produtivos locais, bem como a demanda existente nesses campi e suas condições de efetivação do PROEJA. Outra ação sistêmica iniciou em 2019, com o Ciclo de Formação Continuada para docentes e equipes técnico-pedagógicas dos campi. A dinâmica de aproximação e diálogo entre as dimensões macro e microsistêmicas tem resultado no início de práticas pedagógicas em que o educando-trabalhador é protagonista do processo de ensino e aprendizagem, produzindo saberes e culturas próprios de seu espaço. Contudo, os caminhos da mudança nem sempre são harmoniosos, em virtude de o espaço escolar oferecer resistências nascidas das discordantes opiniões entre os grupos que o constituem; mas os resultados apresentados até aqui indicam que estamos em boa direção.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; PROEJA; Trajetória institucional. Ação sistêmica.

VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Edilana Carlos da Silva*

Francisco das Chagas Silva Souza

*IFRN - E-mail: edilannacarlos@hotmail.com

O objetivo é discutir a verticalização do ensino no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), no período de 2008 ao presente, com ênfase na pós-graduação stricto sensu, promovendo, por conseguinte, um diálogo entre a oferta dos programas, conforme a determinação da Lei nº 11.892/2008, e a possível contribuição para a melhoria do ensino na Educação Básica. Nessa perspectiva, estudamos a organização, sobretudo como está configurada, quais e quantos programas são ofertados e se investem mais na formação continuada de professores ou em outros segmentos de capacitação profissional. Para tanto, realizamos pesquisa exploratória na

Plataforma Sucupira e no portal do IFRN para buscarmos informações alusivas aos cursos; documental, a fim de nos apropriar dos atos normativos que regem os programas em estudo, e bibliográfica, a partir de discussões do campo Trabalho e Educação, analisando os dados qualitativamente. Constatamos que a oferta da pós-graduação stricto sensu do IFRN é composta por cinco programas em nível de mestrado (3 profissionais e 2 acadêmicos) e um doutorado (acadêmico). Dos cursos, apenas um não está diretamente relacionado com a área da educação ou ensino. Conclui-se que a produção do conhecimento, bem como as formações pedagógicas, em nível stricto sensu, devem está contribuindo para a melhoria da Educação Básica, haja vista que, subtende-se, docentes, mestres ou doutores, estão mais aptos a formarem alunos com qualidade e criticidade que os que possuem apenas graduações.

Palavras-chave: Instituto Federal do Rio Grande do Norte; Verticalização; Pós-Graduação stricto sensu; Educação Profissional.

O TRILHAR DA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA REDE EPT

Efraim de Alcântara Matos*

Marcelo de Souza Medeiros; Marcelo Bezerra de Morais

*IFCE - E-mail: eframmat@gmail.com

Este trabalho propõe desenvolver uma compreensão sobre como a rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem contribuído para a formação específica de professores de Matemática, buscando mapear essa formação em nível superior do curso de Licenciatura em Matemática nas instituições vinculadas a essa rede na região do nordeste brasileiro. Para isso, é traçado um contexto histórico sobre a rede, alicerçando as compreensões sobre o trabalho e a educação profissional em Ciavatta e Ramos (2012), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Frigotto (2006, 2009, 2011) de forma a entender a relação dialógica e dialética entre eles. A proposta do mapeamento possibilita caracterizar a metodologia da pesquisa como de abordagem qualitativa, de natureza básica e exploratória quanto aos objetivos; é produzido a partir de Biembengut (2008), categorizando os cursos por estado da região, instituição pública

que o oferta, quantidade de cursos e modalidade de ensino em que é disponibilizada. O levantamento foi feito a partir do sistema e-MEC (MEC, 2020) e dados do Censo do Ensino Superior INEP (2015, 2019). O IFCE se destaca ao oferecer 15 cursos, considerando modalidade presencial e à distância, sendo o IFS o que menos oferece, dispondo de apenas um curso. Em quase todos os cursos disponíveis, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância, a carga horária destinada aos processos formativos é bem maior que a carga mínima exigida, evidenciando uma preocupação com a “bagagem” acadêmica que esse profissional deve ter para enfrentar os desafios que o mundo do trabalho vai apresentar. A oferta dos cursos de licenciatura em Matemática pelas instituições ligadas à rede EPT atende a proposições de ampliação do número de professores nas cidades distantes das capitais dos estados, seja presencial ou EaD.

Palavras-chave: EPT; Licenciatura em Matemática; Mapeamento.

LEGISLAÇÕES QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DO MERCOSUL

Engel Faustino Silva*

Francinaide de Lima Silva Nascimento; Olívia Morais de Medeiros Neta

*IFRN - E-mail: engel.faustino@ifrn.edu.br

Este trabalho tem como objetivo mapear as políticas em Educação Profissional dos países signatários do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e analisar as conseqüentes aproximações e distanciamentos ocorridos. A pesquisa proposta é de natureza básica, do tipo documental e de abordagem qualitativa. Trata-se de um levantamento, que terá como fonte principal os dispositivos legais que regulamentam a Educação Profissional, inclusive aqueles oriundos dos acordos vigentes relativos ao MERCOSUL, visando posteriormente incorporar uma análise comparativa, para melhor compreender as políticas de educação profissional nos países estudados. No que toca aos fundamentos teórico-metodológicos, dialogamos com Castanha (2011), Cervi (1985), Cunha (2005), Frigotto (1996), Manfredi (2002), Moura (2007), Saviani (2004), Lopes (2006) e outros. A educação compõe a base estratégica para o desenvolvimento socioeconômico das nações, dessa forma, as políticas repercutem nos demais setores estruturantes da sociedade. Como etapa anterior às ações concretas e estruturantes do

sistema educacional é necessário realizar debates e apresentações de projetos e interesses dos atores sociais envolvidos, para em seguida serem propostas Leis que organizem as iniciativas de oferta educacional, tanto no âmbito público como no privado. Ao analisar Leis, acordos ou normativas pactuadas entre os países do MERCOSUL, pretendemos observar os possíveis impactos que este acordo comercial possa ter causado especialmente quanto a Educação Profissional. Ambos os sistemas educacionais dos países membros permanentes do MERCOSUL, ofertam itinerários formativos bem estruturados quanto a formação profissional e são semelhantes. Esta prerrogativa é válida, ainda, por reformas curriculares homogeneizantes da formação básica que tem ocorrido na América Latina. Porém, a análise dos protocolos, normas e demais documentos levam a crer que os Estados não tiveram interesse em concretizar a integração educacional, nem no âmbito da educação básica, muito menos quanto a educação profissional . Ao concluir é importante observar que a documentação do MERCOSUL que normatiza, regulamenta ou sugere ações no âmbito educacional, aponta para aspectos bastante generalistas, apesar de os sistemas educacionais dos Estados Partes serem semelhantes quanto a distribuição dos níveis e os itinerários propostos. O que se esperava é que as propostas fossem além do reconhecimento de títulos e do estímulo ao intercâmbio de estudantes e profissionais. Além disso, não há um direcionamento quanto a oferta em Educação Profissional no sentido de estabelecer uma base comum curricular, nem quanto à oferta de cursos que eventualmente estivessem em conformidade com as matrizes produtivas de ambos os países, muito menos quanto a oferta de formação profissional vislumbrando o incentivo à inovação articulando a região. Também não há ações no sentido de promover a oferta do ensino médio integrado ao ensino profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional; Política Educacional; América Latina; Mercado Comum do Sul

O EIXO TEMÁTICO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: NOTAS PRÉVIAS SOBRE OS PRIMEIROS ARTIGOS PUBLICADOS

Fabiana Teixeira Marcelino; Lúcia de Fátima Monteiro*

Francinaide de Lima Silva Nascimento; Olívia Morais de Medeiros Neta

*IFRN - E-mail: lucia.fmm@hotmail.com

A partir de 2017, o Congresso Brasileiro de História da Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação, passou a incluir como eixo de apresentação de comunicações orais a temática Educação Profissional. O objetivo deste artigo é apresentar e analisar as produções científicas submetidas a este eixo temático. A metodologia de pesquisa é de natureza qualitativa, a partir da análise dos Anais do IX CBHE e de revisão bibliográfica. Os autores que dialogam com a discussão proposta neste artigo são Ciavatta (2015), Manfredi (2002) e Medeiros Neta (2016). Como resultados, destaca-se a predominância de produções científicas oriundas da Região Sudeste. O conceito mais discutido é a Educação Profissional e as principais fontes utilizadas são documentos escritos, Leis e Decretos. A maioria dos artigos tem como objetivo a trajetória da instituição de ensino estudada, e o contexto histórico articulado ao objeto de estudo.

Palavras-chave: História da Educação; CBHE; SBHE; Educação Profissional.

TECENDO A TRAJETÓRIA DA DIMENSÃO EXTENSÃO NO IFRN: DA ETFERN A ATUAL INSTITUCIONALIDADE

Fernando de Oliveira Freire*

*IFRN - E-mail: fernando.ofreire@hotmail.com

O princípio educativo-constitucional da indissociabilidade que norteia as universidades, bem como as instituições que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), na forma da Lei nº 11.892/2008, prevê à prática harmônica e integrada das ações de ensino, da pesquisa e extensão, essa última compreendida como práticas acadêmicas que permitem a interação entre a universidade e a sociedade, como meio de estreitar a produção acadêmica e o conhecimento científico às demandas da sociedade. Nessa ceara, este trabalho se propõe a tecer o processo de construção e consolidação da dimensão extensão no IFRN, desde a então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFERN), perpassando pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN), considerando

a evolução conceitual da extensão e seu papel na academia. Para a realização desse estudo, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica sobre a temática da extensão e a análise documental, sobretudo, os projetos políticos pedagógicos em vigor nessas institucionalidades. Segundo o arrolamento, a extensão, enquanto ETFERN centrava-se em ações isoladas, de caráter assistencialistas, de apoio a comunidade. Já na institucionalidade CEFET/RN foram identificadas destoantes quanto a prática da extensão, sendo, portanto, estruturada de forma sistêmica e pedagógica a sua articulação com o ensino e a pesquisa. Por fim, na atual institucionalidade, IFRN, deu-se o processo de consolidação da extensão, com objetivos definidos, diretrizes postas, regulamento, diversificado leque de ações e projetos, além de um sistema de registro e acompanhamento dessas ações. Ao final, concluiu-se que a consolidação da extensão no IFRN acompanhou a evolução conceitual e o entendimento dessa prática acadêmica, e que ao lado do ensino e da pesquisa possibilita oportunidades formativas para os alunos, com consequente ganho para sociedade.

Palavras-chave: Extensão; Indissociabilidade; Projeto Político Pedagógico; Comunidade.

AS ESCOLAS PROFISSIONAIS E DOMÉSTICAS EM POUSO ALEGRE E BRAZÓPOLIS EM MINAS GERAIS (1917-1930)

Giovane Silva Balbino*

Palloma Victoria Nunes e Silva; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

*UNICAMP - E-mail: giovanesilvabalbino15@yahoo.com

A presente pesquisa apresenta o processo de consolidação do modelo republicano no Brasil, em concomitância aos projetos de sociedade pautados na educação que marcaram a Primeira República (1889-1930), tendo este trabalho o intuito de compreender os anseios obductos da implementação de Escolas Profissionais em Pouso Alegre e Brazópolis (cidades situadas no interior de Minas Gerais), buscando elucidar as justificativas para fundação destes estabelecimentos como um projeto

social executado. Este trabalho é fruto de pesquisas em andamento no mestrado do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No procedimento metodológico foram utilizadas uma Pesquisa Bibliográfica e uma Documental do estudo da Legislação Federal e Mineira referente a Decretos, Leis e Regulamentos, realizando análise comparativa a partir de fontes levantadas das Escolas Profissionais e Doméstica de Brazópolis de Pouso Alegre, na inter-relação de ensino profissional com a disciplina religiosa, juventude e a formação para o trabalho, sendo analisadas seguindo o referencial acima citado. Como lastro teórico foram utilizados autores como Gonçalves (2012), Cunha (2005), Queluz (2000). A pesquisa apresentada decorre a partir das questões: Quais os anseios por detrás da implementação da Escola Doméstica de Brazópolis e Escola Profissional e Doméstica de Pouso Alegre? Qual foi a importância destas para a sociedade que almejava a industrialização? Os resultados parciais apontam que as implementações dessas instituições tiveram colaboração da sociedade civil, das autoridades políticas e religiosas, na pretensão de educar a juventude e produzir mão de obra disciplinada para o desenvolvimento destas cidades. A construção e instalação da Escola Doméstica de Brazópolis teve demasiada importância na formação social e profissional das alunas no município e região de Brazópolis, assim como na cidade de Pouso Alegre, essas instituições educacionais tiveram o papel de disciplinar as classes populares, por meio da moral religiosa e com a preocupação de formar trabalhadores, essas características marcaram todo o processo educacional dessas escolas em ambas as cidades.

Palavras-chave: Instituições Escolares; Educação Profissional; Escola Doméstica; Minas Gerais.

OFERTA DE CURSOS DE LICENCIATURA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO: DIÁLOGOS ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Ítalo Severo Sans Inglês*

Jaqueline Ferreira de Almeida; Wagner Scopel Falcão

*IFES - E-mail: zila.xxx@gmail.com

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituições de educação que ofertam cursos da educação básica ao ensino superior, possuem dentre seus objetivos ministrar, em nível superior, cursos de licenciatura para formação de professores da educação básica e profissional. Para atender a este objetivo, a lei de criação dos Institutos (Lei 11.892/2008) prevê a destinação de no mínimo 20% de suas vagas para a oferta de cursos de licenciatura. Destaca-se que essas instituições possuem como característica histórica a oferta de cursos de educação profissional técnica e tecnológica. Nesse sentido o presente trabalho possui por objetivo iniciar o diálogo acerca da oferta de cursos de formação inicial de professores em nível de licenciatura no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Para tanto, utiliza como metodologia análise de documentos institucionais do IFES, como relatórios de gestão do período de 2008 a 2018 e outros documentos da instituição e fundamenta-se na concepção de que a formação de professores possibilite o desenvolvimento de saberes para o exercício docente nas diferentes etapas e modalidades de ensino. A análise dos dados dos Relatórios de Gestão apresentaram expansão na oferta de cursos de licenciatura pelo IFES, tendo em vista que em 2008 haviam 02 cursos em funcionamento ao passo que em 2018, dez anos após a criação dos Institutos Federais pela Lei 11.892/2008, haviam 18 cursos de licenciatura em funcionamento no IFES. Os resultados iniciais apontam que houve a expansão da oferta de cursos de licenciatura após 2008 e que o IFES iniciou a oferta de cursos de licenciatura quando constituía-se como Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES). Cabe destacar que o aumento de cursos de graduação de bacharelado foi maior do que os de licenciatura: em 2008 a instituição ofertava 04 cursos passando para 37 cursos em 2018. Os resultados iniciais indicam que ampliou-se o quantitativo de cursos de licenciatura após a constituição do Instituto Federal do Espírito Santo, ao comparar-se com o período do antigo CEFETES. No entanto, destaca-se que o IFES é uma instituição que historicamente caracteriza-se pela oferta de cursos técnicos e tecnológicos, indicando a necessidade de estudo no que tange às características enquanto instituição formadora de professores e quanto aos impactos da oferta de cursos de formação de professores nessa instituição.

Palavras-chave: Formação de Professores; IFES; Licenciatura.

MULHER E ESPORTE: INCENTIVO, INVESTIMENTO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO IFRN

Ivana Lúcia da Silva*

*IFRN - E-mail: ivana.silva@ifrn.edu.br

O presente artigo, denominado “Mulher e Esporte: incentivo, investimento e produção científica no IFRN”, é o Estado do Conhecimento em deferência a “Mulher no esporte no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)”, nesta intenção visitamos os trabalhos publicados no Memória do IFRN, no espaço da primeira página do site <https://memoria.ifrn.edu.br>, e, fomos aprofundando para: busca/editora IFRN/livros. Ao realizarmos o mapeamento, utilizamos os seguintes descritores: “esporte feminino”; “mulher e esporte”; “mulher no esporte” e “mulher and esporte”. Para os dois primeiros termos, a busca não encontrou nenhum resultado. Já nos dois últimos termos, encontramos três livros. Assim, baixamos os livros que nos deram resultados e realizamos um filtro pelos seguintes termos: “mulher e esporte” e “mulher no esporte”; bem como, apenas: “mulher” e “esporte”. Vale esclarecer que não foram encontrados nenhum resultado referentes ao primeiro termo. Apenas, para o termo “mulher no esporte” encontramos uma referência, em um relato de experiência de dois professores de educação física do IFRN/MC, em um dos livros baixados. Dessa maneira, definimos, como objetivo do estudo, identificar publicações no Memória do IFRN sobre a Mulher no esporte no IFRN. A partir das análises dos dados obtidos, de forma quantitativa e qualitativa, notamos não possuir nenhuma publicação que faça alusão ou debata sobre a mulher no esporte no IFRN. Portanto, por ter sido aluna da Instituição, e por ser uma esportista, há a consciência de que o esporte, para a Mulher no IFRN, acontece; embora não se tenha incentivo, investimento e produção científica que o promova.

Palavras-chave: Mulher; Esporte; Estado do Conhecimento; Memória; IFRN.

A FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (2010 – 2020)

Jammerson Yuri da Silva*

Azemar dos Santos Soares Júnior

*UFRN - E-mail: jammerson_yuri@hotmail.com

Este trabalho se situa no campo da História da Educação Profissional e tem como objetivo analisar a Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC), como uma instituição de Ensino Profissionalizante e seu impacto social no campo da inclusão. Para tanto, tomamos como fontes os relatórios anuais da instituição, através dos quais temos informações acerca dos cursos ofertados, número de formados e empregabilidade, utilizando o método historiográfico da heurística e da hermenêutica. Trabalhamos com o conceito de instituição proposto por Justino Magalhães (2004), pelo qual concebemos a Fundação como um espaço que vai além de sua conformação material. A partir desta compreensão, podemos observar as relações instituição/ sociedade, bem como seus significados sociais, vislumbrando-a como uma representação espacial do ideal de educação inclusiva, de acordo com as discussões de Roger Chartier (1988). Inicialmente criada com o nome de Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), a instituição situa-se atualmente em São Paulo, na Rua Diogo de Faria, nº 558, Vila Clementino, sob o nome de Fundação Dorina Nowill para Cegos. A Fundação mudou de nome em 1991 a fim de homenagear sua fundadora, Dorina de Gouvêa Nowill. Intelectual cega, foi a primeira mulher com deficiência visual a formar-se professora pela Escola Normal Caetano de Campos, em 1945. Especializou-se nos Estados Unidos e de lá trouxe o modelo de produção de livros em braille. A Fundação atua há mais de 70 anos no atendimento ao deficiente visual, buscando em suas ações a completa autonomia e integração social do deficiente à sociedade, oferecendo programas gratuitos de reabilitação, cursos profissionalizantes e produzindo materiais didáticos em braille, livros falados e mídias digitais. A busca por autonomia e emancipação também é um pilar da instituição que tem dedicado esforços na formação de profissionais e sua inserção no mercado de trabalho. De tal modo, temos na FDNC uma instituição atuante e socialmente relevante na formação de sujeitos com deficiência visual, promovendo a inclusão nos processos educacionais e nos postos de trabalho na São Paulo da última década.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Instituição; Inclusão.

A ESER NA FORMAÇÃO DOCENTE EM ENSINO RELIGIOSO NO RIO GRANDE DO NORTE

Jane Cleide Soares Belo*

Carlos Alexandre Medeiros

*UFRN - E-mail: jane.soares_@hotmail.com

Procuramos neste trabalho analisar a formação dos professores de Ensino Religioso (ER), no contexto do Estado do Rio Grande do Norte (RN) a partir da Escola Superior de Ensino Religioso – ESER. Nosso objetivo é entender os processos formativos dos docentes da área antecedentes a criação do Curso de Ciências da Religião – UERN. Metodologicamente recorreremos aos textos de Benevides (2009, 2017, 2019), Oliveira (2012) e Silva (2014, 2016, 2017) que investigam a temática no Estado. As análises apontam que por volta dos anos de 1970, foi criada a Comissão de Ensino Religioso do RN – CER-RN, coordenada inicialmente pelo Padre Lucas Batista, e a partir de 1973, contou com a ajuda da professora da rede pública estadual chamada Maria Augusta. Os projetos formativos organizados por ambos foram instituídos inicialmente no ITEPAN (Instituto de Teologia Pastoral de Natal) com sede em Natal e tinha o objetivo de capacitar docentes para ministrar aulas de Ensino Religioso. Embora a sede fosse em Natal, os profissionais se encarregavam de mediar as formações pelo RN, principalmente nas principais NUREPs da época, sendo essas Natal, Mossoró e Caicó. A intenção da equipe era fazer com que as aulas de ER não consistissem mais na catequese, mas que atendesse outras concepções religiosas. Contudo, o contexto da educação no período da ditadura militar corroborava com um modelo de ensino mais fechado, não respeitando as diversas denominações religiosas, a laicidade do Estado, nem a ética do ensino. Nesse contexto, as formações expandiram abundantemente e os coordenadores do ER criaram em 1977 a ESER com base na necessidade de uma instituição para fortalecer a formação dos docentes de ER do Estado, tornando-se um marco para estruturação mais sistemática do ER, apesar de ainda enxergarmos uma relação de proselitismo em diversas ações. O curso

tinha a incumbência de treinar os professores que já atuavam na escola da rede estadual como docentes de ER, porém, posteriormente foi possível o ingresso de outras pessoas que quisessem se formar, por meio de uma prova realizada com os candidatos. A CER-RN se empenhou por anos em agregar a ESER a uma formação superior, porém, não conseguiu. As conclusões apontam que a ESER se constituiu como a principal instituição de formação de professores de ER do RN de 1977 até 2000, produzindo materiais didáticos para a área, assim como, ações formativas mais sistemáticas em relação ao discurso do pluralismo religiosos proveniente do ecumenismo da época, tendo maior destaque para o cristianismo católico.

Palavras-chave: Formação docente; ESER; Ensino Religioso; ITEPAN; Rio Grande do Norte.

A COMPULSORIEDADE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA MEMÓRIA DE PROFESSORAS DA ETFFA

Jhefene Tayane Gonçalves de Souza*

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti

*IFPA - E-mail: jhefenetayana@gmail.com

O artigo apresenta um recorte de uma pesquisa mais ampla que versa sobre a trajetória de vida de professoras do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, que no exercício da docência vivenciaram períodos importantes na história desta instituição e da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, a exemplo da implantação da Lei 5.692/71 e sua revogação pela Lei 7.044/82 (RAMOS, 2014). A investigação tem como contexto histórico etapas significativas na história da EPT, como a Ditadura Civil-Militar e a redemocratização do país. Esse período também abarca a transição da ETFFA para CEFET, que ocorre a partir da concepção do Estado em separar a formação acadêmica e profissional a fim de atender o mercado de trabalho (LIMA FILHO, 2002). Metodologicamente, utilizamos a história oral que envolve uma perspectiva de análise holística na produção do conhecimento, utilizando narrativas que se tornam fontes na elaboração de novos saberes

(DELGADO, 2003). Como instrumento metodológico, utilizou-se um roteiro de entrevistas semiestruturadas que abordou a trajetória destas mulheres da infância à vida adulta (ABERTI, 2013). Para fins do presente artigo, nos detemos nos relatos no contexto da LDB 5.692/71 que determinava a compulsoriedade do ensino no segundo grau, onde todas as escolas deveriam ofertar cursos profissionalizantes (CUNHA, 2014). As instituições de educação profissional possuem uma longa trajetória de adequação às transformações político-pedagógicas, ainda que existissem percalços à compulsoriedade do segundo grau, nas escolas técnicas tiveram bons resultados, principalmente por conta do seu vínculo com a educação profissional. Professores colaboradores vinham de diferentes áreas, geralmente das engenharias ou dos próprios cursos técnicos da instituição, eram grupos coordenados pelos professores e professoras já contratados da ETPFA que supervisionavam e direcionavam o trabalho dos colaboradores. Percebemos nas entrevistas como uma política educacional é vivenciada em diferentes contextos, e isto tem grande relevância ao se considerar os/as interlocutores que as significaram, fato que enriquece a análise na história da educação.

Palavras-chave: Educação Profissional; História Oral; Docência.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O CAPITAL: O CASO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEPS) DO ESTADO DO CEARÁ

Joice Mara Cesar Bizerro*

*URCA - E-mail: joiccemara.cs@gmail.com

O objetivo dessa comunicação é elucidar como o grande capital, materializado nas políticas neoliberais, se apropria da educação para defenderem, transmitir e perpetuar a sua hegemonia. A educação nessa conjuntura é entendida como uma atividade mercadológica, um produto a ser oferecido a sociedades não como direito, mas como um serviço aos consumidores. Esse produto é a resposta para os problemas existentes na sociedade capitalista, a exemplo do desemprego e da pobreza. Para verificar essa apropriação, esse estudo desenvolveu uma investigação bibliográfica e documental da educação profissional no estado do Ceará,

mais especificamente a partir da criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), que surgiram em 2008, no governo Cid Gomes pela Lei Estadual nº 14.273/2008. As EEEP's estão em consonância com a política federal do Programa Brasil Profissionalizado instituído pelo decreto nº 6.302/2007, que tem como fomento a integração do ensino médio à educação profissional nos estados, materializando no decreto Federal nº 5.154/2004 que dispõe sobre a integração do ensino médio. Constatamos que o modelo de gestão dessas escolas profissionais desenvolvem o que Frigotto (2011, p. 248) chama da utilização dos “métodos do mercado” na escola. Onde a perspectiva mercadológica se manifesta em pelo menos dois aspectos centrais: (1) no modelo de gestão adotado nessas escolas, denominada de Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), desenvolvidas com base na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO); e (2) na parceria entre o público e o privado, materializado nos materiais de ensino das disciplinas de cunho diversificado (Projeto de Vida e Mundo do Trabalho), elaborado pelo Instituto Aliança. Assim, em sintonia com as demandas internacionais decorrentes das políticas neoliberais, as EEEP's corroboram para a consolidação da ideia de que uma educação de qualidade deve está ligada a qualificação do futuro trabalhador, onde a formação de mão-de-obra é o caminho para atender às exigências do mercado de trabalho. E sobretudo, que esse caminho está na EEEP's.

Palavras-chave: Educação Profissional; EEEP's; TESE.

MARCOS HISTÓRICO-LEGAIS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE OS ANOS DE 1988 A 2016

Josanilsa Mafra Rocha de Moraes*

Adriana Aparecida de Souza; Lenina Lopes Soares Silva

*IFRN - E-mail: josanilda.mafra@gmail.com

Este trabalho apresenta os marcos histórico-legais da formação de professores para a educação profissional das pessoas com deficiência no período que se inicia no ano de 1988 com a promulgação da Constituição

Federal e vai até 2016 quando foi instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, pelo estado brasileiro. Esta comunicação é parte dos resultados de uma pesquisa que se consubstanciou em uma dissertação de mestrado, de maneira que as informações aqui abordadas, tiveram como base a realização de um estudo bibliográfico e documental conduzido por uma abordagem histórico-crítica. O estudo verificou que, historicamente as iniciativas voltadas a inserção da pessoa com deficiência no âmbito escolar, e conseqüentemente, a formação de professores para atuar no processo de ensino-aprendizagem, assumiram características segregadoras, seguidas por iniciativas integracionistas, de maneira que havia a premissa de formar professores para selecionar os alunos e categorizá-los em salas de aulas distintas, com base nos níveis de deficiência que apresentavam, assim como para ministrar conteúdos compatíveis com o grau da patologia apresentada pelo aluno. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e dos demais marcos histórico-legais que a sucederam, as pessoas com deficiência passam a ser vistas como sujeitos de direitos, entre esses, o direito a educação, de maneira que tanto a escola quanto a formação de professores passam a ser alvos de discussões e intervenções com vistas a materialização de posturas inclusivas para lidar com as pessoas com deficiência. Nos dias atuais, a formação de professores para atuar na educação profissional das pessoas com deficiência assume a perspectiva de capacitar profissionais para atuar de forma crítica, reflexiva, propositiva e inclusiva, de modo que o fazer profissional não esteja voltado à deficiência de seus alunos, mas às potencialidades que estes possuem enquanto sujeitos multidimensionais. Considera-se que os marcos histórico-legais do período 1988-2016 trazem contribuições para a formação de professores que atuam na educação profissional de pessoas com deficiência, dada a reorientação que produzem ao apresentarem direcionamentos que se voltam a um fazer profissional inclusivo, com enfoque nas potencialidades dos discentes, em detrimento do restrito conhecimento de suas deficiências e de suas classificações. Todavia, apesar dos avanços histórico-legais alcançados pela formação de professores para atuar na educação profissional das pessoas com deficiência, é necessário fortalecer as lutas e discussões com vistas a garantir as condições materiais e imateriais para a sua implementação e consolidação na sociedade brasileira, com vistas a aniquilar o distanciamento existente entre o que existe na legislação e o que ocorre na realidade dos sujeitos que vivenciam a educação deste país.

Palavras-chave: Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Profissional; Pessoas com deficiência.

A IMPLANTAÇÃO DO CEFET/CAMPUS NOVA FRIBURGO: UM MARCO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA NA REGIÃO

Júlia Cristina Eyer de Mello*

Marta Ferreira Abdala Mendes

*CEFET-RJ - E-mail: julia.eyer@outlook.com

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/ RJ, ao longo de sua existência de mais de cem anos, consolida-se como uma das principais Instituições de ensino público Federal do Brasil. Sua trajetória tem sido marcante para o cenário da educação profissional tecnológica com importante responsabilidade na qualificação para além da atuação no mundo do trabalho. No palco da reconstituição da memória e no curso do processo de expansões ocorridas na Instituição, o presente trabalho tem como objetivo ressaltar a implantação do CEFET campus Nova Friburgo e sua importância para o desenvolvimento da região com ofertas de cursos de graduação, pós-graduação e ensino médio integrado, dando oportunidades para os jovens da cidade e região a uma educação de qualidade. Sob o foco histórico-descritivo, procuramos resgatar alguns dos muitos momentos históricos vividos por essa Instituição centenária, revisitar a trajetória da implantação do CEFET para o interior do Estado do Rio de Janeiro e discorrer sobre as atividades desenvolvidas no campus Nova Friburgo. Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental na qual foram levantadas obras que serviram de sustentação às ideias que se pretende expor. Como resultado das análises, verificamos que o CEFET/ Nova Friburgo é um marco importante na interiorização para a formação profissional tecnológica, sem perder de vista a dinâmica do desenvolvimento da região. Além disso, as expansões dos diversos campi orientados pelo conceito de cidade polo devem aproveitar o potencial de desenvolvimento à possibilidade de parcerias e infraestrutura existente, e que o processo de constituição da história do CEFET, particularmente o campus Nova Friburgo, é carregado de singularidade, sentidos e significados.

Palavras-chave: Memória; CEFET/ campus Nova Friburgo; Educação Profissional e Tecnológica.

ROBERTO MANGE, EDUCAR PARA O TRABALHO NO ENSINO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Karoline Louise Silva da Costa*

Olívia Moraes de Medeiros Neta

*IFRN - E-mail: karolinepedagoga@gmail.com

Este estudo situa-se no campo da história da educação profissional e objetiva-se investigar as sociabilidades e as práticas do engenheiro-educador Roberto Mange, na primeira metade do século XX no Brasil, no que concerne à relação trabalho e educação. Com isso, evidencia-se Mange como parte da geração de intelectuais, sendo este agente e mediador dos bens simbólicos na sua relação com as concepções: social, político e cultural (SIRINELLI, 2003). Roberto Mange nasceu na Suíça em 1886. Graduiu-se em Engenharia na Escola Politécnica de Zurique, em 1910. Foi professor da escola Politécnica de São Paulo, em 1913. Tornou-se pioneiro no Brasil dos métodos racionais para a formação dos trabalhadores e, devido à isso, participou de diversas visitas técnicas ao exterior. Em 1929, viajou para Alemanha com a missão de acompanhar os cursos profissionais dirigidos aos operários das estradas de ferro. Mais tarde, fundou, em 1931, junto à outros especialistas, o Instituto da Organização do Trabalho Racional - IDORT, no qual produziu muitos escritos em prol da constituição do ensino industrial no país. Assim, os indícios evidenciam os lugares de fala de Mange, engenheiro-educador e intelectual, o qual dedicou-se à formação para o trabalho industrial com base nas experiências internacional, em países como a Suíça, Alemanha e os EUA, mediante a utilização de métodos, técnicas e da psicologia industrial, advindos dessas influências. Assim, compreende-se que a sua concepção pedagógica em torno da organização racional do trabalho coadunava com o contexto de produção taylorista, haja vista que defendia um controle eficiente para o desenvolvimento da produtividade no campo industrial.

Palavras-chave: História da Educação; Educação e Trabalho; Intelectual

APRÍGIO GONZAGA E OSCAR WANDERLEY - VISÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

Lais Paula de Medeiros Campos Azevedo*

Marlene Fernandes Ribeiro; Olívia Morais de Medeiros Neta

*UFRN - E-mail: laispaulamedeiros@gmail.com

Situado no entrecruzamento dos domínios da História Intelectual e da História da Educação Profissional, este trabalho se propõe a discutir as ideias apresentadas pelos intelectuais da educação Aprígio de Almeida Gonzaga (São Paulo) e Oscar Wanderley (Rio Grande do Norte) a partir da escrita em revistas pedagógicas e conferências educacionais, publicadas na década de 1920. Neste estudo, analisamos três textos dos autores: “Finalidade do Ensino Profissional para homens” (GONZAGA, 1923); “O Slojd e a formação moral dos jovens” (GONZAGA, 1925); e “Da influência da Educação Profissional” (WANDERLEY, 1929), publicados na Revista da Educação de São Paulo e na Revista Pedagogium, respectivamente. Aprígio Gonzaga e Oscar Wanderley foram normalistas, professores e representantes de instituições de educação profissional. Seus textos sobre a temática circularam na imprensa pedagógica do Rio Grande do Norte no período da Primeira República. No intuito de compreender a escrita destes intelectuais educadores, investigamos seus lugares de fala e a relação construída entre suas práticas profissionais e a escrita sobre a educação profissional (CERTEAU, 1982). Estes intelectuais, formados inicialmente em Escolas Normais, situam-se em um contexto de criação de instituições educativas com o objetivo de fornecer uma educação profissional para crianças, jovens e adultos (CUNHA, 2000; MANFREDI, 2016). A partir da análise dos textos dos educadores, destacamos as influências da literatura estrangeira, a ênfase no aprender fazendo e no valor do trabalho na construção de cidadãos para um novo Brasil. Apontamos também a circulação das ideias sobre a temática no período investigado. Ressaltamos, por fim, que a História da Educação Profissional no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Norte, se configura como um campo multifacetado e em construção.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Intelectuais; Impressos Pedagógicos.

A ESCOLA DE SAÚDE DA UFRN: CENÁRIOS, TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FEMINIZAÇÃO

Larissa Maia de Souza*

Avelino Aldo de Lima Neto; Jacques Gleyse

*IFRN - E-mail: larissamaiadesouza@bol.com.br

A Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ESUFRN) é uma unidade acadêmica especializada em Educação Profissional em Saúde (EPT), tendo como propósito desenvolver e aplicar conhecimentos nos níveis de formação inicial e continuada, técnico, graduação e pós-graduação. Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou fazer um breve levantamento a respeito da trajetória histórica da ESUFRN, destacando sua importância e pioneirismo como espaço de formação profissional em saúde, visto que é a mais antiga nessa modalidade no Rio Grande do Norte. Originada a partir da Escola de Auxiliares em Enfermagem de Natal (EAEN) sua finalidade inicialmente era atender conjunturas emergenciais de saúde e preencher a demanda profissional neste setor. Ainda hoje se destaca na formação em enfermagem e por possuir um alunato predominantemente feminino, desde sua origem, pretendeu-se também problematizar as causas dessa feminização ao longo da história. A fim de levantar tais discussões foi empregada metodologia de abordagem qualitativa e exploratória com o intuito de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e descrever as características do grupo a ser estudado. O referencial teórico se concentrará na literatura acerca dos estudos de gênero, em diálogo constante com teóricos da Educação Profissional e como resultado, espera-se visibilizar as questões relacionadas ao gênero no contexto da EPT, contribuindo para a sua expansão epistemológica.

Palavras-chave: ESUFRN; Educação Profissional em Saúde; Enfermagem; Feminização; História

UM ESTUDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES E DESAFIOS VIVIDOS PELOS FORMANDOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

Lucas Cabral Rocha*

Marlene Gabriele Cavalcante da Silva; Evelyne Nunes de Oliveira Galvão

*IFRN - E-mail: lucascabralrocha17@outlook.com

Partindo da compreensão da Educação Profissional (EP) no âmbito legal, de acordo com a lei nº 11.741 de 2008, a EP integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Abrangendo os cursos de educação profissional técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação. Incluindo, assim, os cursos de licenciatura. A formação de professores para o trabalho perpassa por inúmeros cenários traduzidos nas narrativas das motivações e desafios em meio as lutas para a conquista do objetivo de se tornar professor. Em algumas circunstâncias, a formação docente é interrompida seja pelo senso comum carregado de preconceitos acerca da profissão, seja pela falta de perspectiva, muitas vezes adentradas por conjunturas de falta de investimento na educação pública ou desvalorização cultural do professor no Brasil. O objetivo desta pesquisa é descrever os fatores que influenciaram os licenciandos do curso de Química do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Ipanguaçu, situado na microrregião do Vale do Açu, a optar por uma licenciatura, assim como alcançar a permanência no mesmo até a conclusão. Buscando levantar os principais desafios e as motivações que os formandos enfrentaram ao longo de sua jornada no ensino superior, esta pesquisa entrevistou uma amostra de 20 concluintes da licenciatura em Química, através da ferramenta Google Docs, que permite que os entrevistados respondam perguntas remotamente. Além disso, os dados da pesquisa foram plotados em gráficos do Microsoft Office Excel. Os principais resultados elencaram como fator predominante da motivação para a escolha da licenciatura a “única opção possível de ingresso no ensino superior com a nota obtida”. Um segundo fator de alta porcentagem no quesito dificuldade de permanência foi “necessidade de

trabalhar”. Foram observadas narrativas que corroboram para a mudança de postura, mentalidade e visão sobre a profissão ao longo do curso. Assim como, a superação dos desafios. Muitos alunos ingressaram na licenciatura em Química possuindo ideias céticas quanto a se tornar um professor, entretanto as vivências e conquistas alcançadas ao longo do percurso formativo fizeram com que um novo olhar fosse formado por parte dos alunos. É inerente que muitas barreiras do senso comum sejam superadas para que a sociedade tenha uma nova concepção sobre a profissão professor, assim como a aprovação de políticas públicas que proporcionem condições que democratizem a permanência e fomentem a conclusão dos alunos ingressantes do curso de licenciatura em Química.

Palavras-chave: Educação Profissional; Licenciatura em Química; Motivações; Desafios.

O LEGADO EDUCACIONAL DE MARX E ENGELS E A PEDAGOGIA SOCIALISTA: UMA APROXIMAÇÃO COM O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Marcelo Delatoura Barbosa*

*IFRJ - E-mail: marcelo.delatoura@ifrj.edu.br

É notório o fato de que, tanto Karl Marx quanto seu companheiro de escrita e militância Friedrich Engels pouco se debruçaram sobre a temática educacional, especificamente. Segundo diversos teóricos marxianos e marxistas ambos se detiveram em analisar as nuances que perpassavam as relações de trabalho no modo de produção capitalista. Todavia, isso não quer dizer que não atentaram para a premência da educação que era destinada às classes operárias, bem como para os seus filhos. Dessa forma, Vladimir Lenin, um dos grandes revolucionários bolchevique, no intento de seguir os pressupostos preconizados por seu mentor intelectual, Marx, de reunir educação mental, exercício físico e a compreensão do trabalho em todas as suas dimensões, delega a sua esposa, Nadezhda Krupskya, a responsabilidade em engendrar o projeto de educação soviética com viés marxista. Krupskya, por sua vez, junta-se a outros intelectuais soviéticos nessa empreitada como, por exemplo,

Moisey Pistrak e Anton Makarenko, este mais atuante no período stalinista. No bojo do pensamento da escola soviética e, principalmente, nos pressupostos teórico-metodológicos de Marx e Engels, bem como no de Antonio Gramsci (escola unitária e trabalho como princípio educativo), emerge o Ensino Médio Integrado - EMI como uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cujo objetivo principal é superar a dualidade educacional que, historicamente, vem assolando a educação profissional no Brasil. Nesse sentido, este trabalho versará em refletir, a partir do materialismo histórico-dialético e com base no acúmulo de materiais já produzidos, isto é, com apoio da revisão bibliográfica, de que forma o pensamento de Marx e Engels, que balizaram a Pedagogia Socialista, estão relacionados à consecução do EMI e como este pode(deve) ser ofertado para que não se configure (ou reitere) a dualidade educacional tão questionada por pesquisadores do campo do Trabalho e da Educação, geral. Espera-se assim que, o EMI, como um campo de embate político-ideológico possa estar concatenado aos interesses da classe trabalhadora, bem como dos seus filhos e que não se transforme em um grande braço da Teoria do Capital Humano. Para fins de suporte teórico ao trabalho, serão elencados os materiais de Marx e Engels que estejam vinculados à concepção de trabalho produtivo e educação politécnica; ensaios de Pistrak; materiais de Gaudêncio Frigotto e demais pesquisadores da linha Trabalho e Educação; e, por fim, documentos oficiais concernentes à educação profissional e ao EMI.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Currículo; Integração.

OS PRIMEIROS PROFESSORES E ALUNOS DO SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1946 A 1961

Marcelo Soldão*

*Faculdade de Filosofia e Ciências - E-mail: marcelo.soldao@gmail.com

Em 10 de janeiro de 1946 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em todo território nacional por meio do Decreto-lei n. 8.621. A criação dessa instituição se deu com a junção de inúmeros fatores que indicavam a necessidade de uma escola profissional comercial que fosse voltada aos funcionários dos estabelecimentos comerciais. Com 12 artigos/objetivos, o decreto dispõe e orienta a criação do SENAC, atribuindo à recém-criada Confederação Nacional do

Comércio (setembro de 1945) a responsabilidade de administrar e organizar as escolas de aprendizagem comercial no país. E neste mesmo ano iniciou suas atividades de contratação de professores organizada pela Divisão de Ensino, departamento responsável pela contratação e formação pedagógica dos professores e matrículas de alunos. Este artigo tem por objetivo apresentar como se concretizou o processo de seleção dos primeiros professores, perfil, características dos professores contratados e como se deu a orientação pedagógica que visava a formação didática dos professores. Apresentaremos também como ocorreram as primeiras matrículas e o trabalho realizado pela instituição junto aos empresários e famílias para divulgar os cursos. Por meio das fontes primárias será apresentado o perfil dos alunos, os primeiros formandos e o problema da evasão a partir de um estudo realizado pelo Senac/SP, coordenado pelo Departamento de Divisão de Ensino que tinha por objetivo compreender quais eram os motivos da evasão. Utilizamos para a produção desse artigo fontes primárias que foram localizadas, reunidas, selecionadas e analisadas. A principal fonte foram os Relatórios Anuais do Senac/SP, produzidos pela Diretoria Regional a partir dos relatórios enviados pelos diretores das escolas do Senac do Estado.

Palavras-chave: Educação Profissional Comercial; Professores; Alunos.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ENTRELAÇOS HISTÓRICOS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes*

Lenina Lopes Soares Silva

*IFRN - E-mail: mhbc.helena@gmail.com

Neste trabalho analisa-se a trajetória histórica da educação profissional em seus entrelaços históricos com a educação a distância (EaD) com o objetivo de levantar e acompanhar, entre tempos e momentos sócio-históricos as tendências que se manifestam na prática das duas

modalidades em direção à formação para o trabalho. Adota-se uma metodologia de natureza qualitativa com suporte bibliográfico em autores que trazem em seus estudos a história e as práticas da educação profissional e da educação a distância. Assim, considera-se que a educação profissional é percebida como educação para o trabalho e que está presente no Brasil desde os primórdios quando é registrada a existência dos povos nativos, os indígenas, com a chegada dos portugueses, sendo caracterizada pela transferência de conhecimentos e práticas educativas voltadas às necessidades do cotidiano social. Observa-se que essa educação dentro da tribo ocorria mediante observação e participação direta dos afazeres diários como a caça, a pesca, o plantio e a confecção de objetos na prática coletiva. Essa avança para a educação necessária à colonização portuguesa com a agroindústria açucareira como base da economia que utilizava o sistema escravocrata de produção (índios nativos e negros trazidos do continente africano), com poucos trabalhadores livres em posições de mando, cuja prática necessitava de maior qualificação técnica. O trabalho para os ofícios do engenho era desenvolvido na prática no próprio engenho, sem regulamentação ou atribuições para os aprendizes, esses, além de crianças e jovens, eram pessoas com interesse e disposição em termos técnicos e sociais para aprender o ofício como trabalho para sua subsistência. Com a expansão da agroindústria geraram-se núcleos urbanos, com atividades comerciais e de serviços, agregadas às burocracias do Estado. Já a EaD foi constituída no Brasil como uma forma de ensino intimamente vinculada à educação profissional no sentido de que seus primórdios remontam ao início do século XX, com cursos de datilografia por correspondência, anos mais tarde, escolas internacionais se instalaram no país e promoveram cursos via correspondência com material didático enviado pelos Correios. Já na década de 1920, o meio utilizado era o rádio, e em 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB), em uma parceria da Igreja Católica com o Governo Federal, desenvolveu um programa de alfabetização de adultos por meio do rádio educativo, não vinculado diretamente à educação profissional. Em síntese, foi por esse percurso que caminhou a EaD entrelaçada à educação para o trabalho no Brasil até 1970, e com a popularização da televisão, os telecursos, até hoje disponíveis seja na programação da televisão, seja em canais em sites com vídeos online com uso da internet continuam a ofertar diferentes cursos de educação profissional.

Palavras-chave: História da Educação; Educação Profissional; Educação a Distância; Educação e Trabalho

TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O ESTAGIO SUPERVISIONADO

Marly dos Santos Alves*

Marcelo dos Santos Alves

*IFCE - E-mail: alves.marly2010@gmail.com

O presente artigo tem como tema educação profissional e o estágio supervisionado. O objetivo proposto é analisar o uso de oficinas pedagógicas como metodologia utilizada para fundamentar a prática dos alunos para sua atuação no período de estágio supervisionado de um dos cursos ofertados no Ensino Médio Integrado a Educação Profissional de uma escola da rede pública de ensino do Estado do Ceará. Já a algum tempo verifica-se a necessidade de mudanças na educação de profissional frente à inadequação do aparelho formador em responder às demandas sociais. As instituições têm sido estimuladas a transformarem-se na direção de um ensino que, dentre outros atributos, valorize a equidade e a qualidade e a eficiência e relevância do trabalho (BERBEL, 1998). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, vem respaldar um modelo de educação baseada no desenvolvimento de competências, definindo, entre suas finalidades, o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo atual (nacional e regional) e a prestação de serviço especializado à população, estabelecendo com ela uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996). O caminho metodológico foi à pesquisa qualitativa, descritiva baseada em um estudo de caso, para Fonseca (2008, p. 37) “nesse tipo de pesquisa, o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações”. A coleta de dados foi feita com o uso de um questionário que buscou responder ao objetivo proposto no trabalho. Os questionários foram aplicados a 20 estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional de uma escola do Estado do Ceará, a faixa etária dos alunos 16 a 18 anos. As oficinas teóricas aconteceram no início do período de estágio dos alunos, após as oficinas os alunos faziam a análise do recurso usado para auxiliar nos conteúdos teóricos necessários ao estágio. De acordo com as respostas dos alunos, as aulas diferenciadas realizadas através de oficinas, possibilitou que eles

conseguissem assimilar melhor as ações que eles precisariam realizar durante o período estágio, já que nas oficinas foi trabalhada a parte teórica e prática de atividades inerentes à opção profissional do curso em questão. Portanto, pode-se concluir que os alunos se sentiram mais seguros durante o estágio porque puderam participar de um trabalho metodológico diferenciado que teve como objetivo auxiliar a inserção segura e qualificada do aluno no campo do estágio supervisionado. Concluímos que o uso de métodos de aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos de cursos técnicos profissionalizantes demonstra a preocupação na formação de profissionais de qualidade inseridos no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional; Teoria e Prática; Estágio Supervisionado.

MEMÓRIAS, EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DE DOCENTES: FONTES PARA UMA HISTÓRIA DA ETFPA

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti*

Flávio Moraes Pacheco

*IFPA - E-mail: natibarras1@yahoo.com.br

O artigo apresenta algumas notas analíticas a partir das pesquisas "Ser Professor em uma Escola Técnica Federal nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente (ETFPA 1968-1985)", desenvolvida entre 2018 e 2019, e "Memória do Trabalho e da Educação: narrativas, experiências e trajetórias de professoras de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Pará", em andamento, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Belém. O principal objetivo da pesquisa foi coletar, por intermédio de entrevistas gravadas e transcritas, as narrativas que compõem a vida de docentes que atuaram na Escola Técnica Federal do Pará, entre 1968 e 1985. Uma das possíveis contribuições da investigação, contemplada com bolsas de Iniciação Científica na Categoria Ensino Médio-PIBIC-EM – CNPq-PROPPG-IFPA, consiste na formação de um Centro de Memória e História Oral, a ser sediado no IFPA-Campus Belém. O acervo construído,

uma vez disponibilizado, poderá ser consultado, explorado e utilizado por estudantes, docentes, pesquisadores e demais interessados no tema. Além disso, viabilizará a reunião e divulgação, por meio de mídias digitais ou um site, dos depoimentos dessas pessoas que dedicaram parte de sua vida a construir uma educação profissional de qualidade na região Norte do Brasil, em certos momentos em contextos adversos nos campos políticos e educacionais. Professoras e professores que trazem em seus relatos elementos para compreendermos diversos aspectos do ensino, da construção e desenvolvimento da carreira docente e das relações políticas e sociais tecidas dentro de uma instituição centenária, voltada para formação profissional dos filhos e das filhas da classe trabalhadora. Ao vincular-se aos paradigmas da História Oral de Vida, oportuniza um olhar diferente, qualitativo e holístico sobre a docência em uma Escola Técnica Federal. A abordagem consiste em perceber o “ser professor/a” na sua totalidade, articulando a história de vida à formação docente. A investigação permite entender como a política pública foi vivida e significada por esses agentes sociais, na escola. A história oral de vida de professores/as permite uma perspectiva globalizante, complexa e por isso rica. As narrativas elaboradas pelas memórias de nossos interlocutores dão visibilidade e circulação social a experiências e trajetórias que outrora eram mais limitadas ou até inexistentes. Os relatos carregam uma gama de sentimentos ao rememorar os desafios da formação profissional, o ingresso na carreira, as dificuldades e obstáculos dentro da instituição, as relações afetivas construídas. No trabalho da memória, um cenário de decepções, medos, indiferenças e silenciamentos também emergem nas entrevistas.

Palavras-chave: Memória; Narrativa; História; Educação Profissional e Tecnológica; Docência

A ESCOLA DOMÉSTICA DE BRAZÓPOLIS: ABORDAGENS SOBRE O CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO FEMININA NAS MONTANHAS MINEIRAS (1927-1965)

Palloma Victoria Nunes e Silva*

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

*UFU - E-mail: pallomavictoria@live.com

O objetivo desta pesquisa foi compreender a expansão do currículo e a formação da primeira instituição de ensino doméstico para moças no sul de Minas Gerais. O recorte temporal escolhido corresponde ao período de 1927, data de criação da escola até o ano de 1965, último ano de funcionamento da instituição. No procedimento metodológico procurou analisar dialeticamente o contexto local, estadual e nacional a respeito do ensino profissional doméstico. As fontes de estudo incluem legislação educacional, anuário de ensino, atas da instituição e a imprensa. A análise dessas fontes seguiu o referencial teórico apresentado na inter-relação de ensino profissional, educação feminina e juventude. Como lastro teórico foram utilizados autores referência em História da Educação, Educação Feminina e Ensino Profissional, produzidas por pesquisadores, tais como: Ribeiro, Araújo e Silva (2017), Ribeiro (2017), Medeiros Neta (2016), Cunha (2000), Reis e Martinez (2012), Gonçalves (2012) e Rodrigues (2007). A pesquisa apresentada decorre a partir da questão: Quais as influências do currículo na formação das alunas da Escola Doméstica de Brazópolis? A premissa é que esse ensino se alinhou a uma classe média alta, porém com vagas custeadas pelo município e Estado para alunas menos afortunadas — que desenvolveram tardiamente um ofício, pois as obrigações no lar se impunham e as oportunidades profissionais se destinavam a priori ao trabalhador masculino. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo: “Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais”, 1909–27, aprovado pela FAPEMIG e CNPq. Esse texto corresponde a resultados obtidos a partir do trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, a dissertação em andamento está sendo fomentada pela CAPES. As constatações da pesquisa apontam que o currículo da instituição foi pensado a partir dos currículos europeus, que se fundamentavam na ideia da educação da mulher como possibilidade de mudança social a partir do lar. Pressupõe-se que as mulheres não ocupavam cargos no mercado de trabalho, estando sua atuação atrelada às tarefas domésticas e posteriormente tomando espaços sociais conseguindo visibilidade social. Os resultados da pesquisa apontam que a Escola Doméstica de Brazópolis abrangia em seu currículo importantes competências para ensino de tarefas domésticas e matérias técnicas destinadas para aprimoramento moral e religioso das alunas. Concluímos que por meio das práticas desenvolvidas, a instituição foi de exímia importância para o progresso da mulher mineira na sociedade, propiciando espaços sociais, estabelecendo os valores do seu intelecto. Percebe-se a modificação da estrutura curricular na linha temporal de funcionamento da escola, com a

inclusão de matérias científicas e a formação para o curso Normal possibilitando uma conjuntura favorável para progresso econômico da cidade e região.

Palavras-chave: Instituições Escolares; Educação feminina; Escola Profissional Doméstica

OS 10 ANOS DE PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: OS CAMINHOS (DES)TRILHADOS PARA UM FUTURO (IN)CERTO.

Patrícia da Silveira*

Sandra Regina de Oliveira Garcia

*IFPA - E-mail: patricia.silveira@ifpr.edu.br

De acordo com as diretrizes apresentadas no Art 1º do Decreto nº 6.095/2007 do Ministério da Educação (MEC) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são destinados à oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, atendendo, inclusive ao público da educação de jovens e adultos (EJA/EPT), sendo determinada a partir do Art. 7º da lei 11.892/2008. Neste sentido, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi implementado na Rede Federal desde sua criação. Assim, considerado esse histórico de dez anos (2009-2019) de Institutos Federais, o presente artigo buscou compreender o processo de implementação deste programa no Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Paraná - IFPR. Para tal, constitui o corpus deste trabalho os documentos oficiais, tais como as leis referentes à rede federal e ao programa, assim como as atas de reuniões de gestores/dirigentes do IFPR e das reuniões de elaboração dos projetos pedagógicos de curso PROEJA, os planos de desenvolvimentos institucionais e o relatório de gestão 2019 desta instituição. A partir das análises destes documentos sob a luz do materialismo dialético, é possível apontar que, a ausência de registros documentais sobre o processo de implantação e implementação do PROEJA no IFPR, além da pouca adesão dos campi no compromisso de oferta de cursos nesta

modalidade em seus planejamentos, demonstra um descompromisso com os princípios e finalidades dos Institutos Federais, uma vez que os índices desta oferta não ultrapassam 0,1% na instituição. A ausência documental da história do PROEJA no IFPR, além de dificultar a compreensão deste histórico, impede ações interventivas para a melhoria na oferta de PROEJA na instituição. Portanto ressalta-se o papel dos gestores na construção, avaliação, controle e manutenção do planejamento de desenvolvimento institucional (PDI) que se destina a nortear as ações dos campi e da instituição no cumprimento da referida lei de criação dos IFs. Para finalizar, destaca-se que no atual PDI 2019 – 2023 do IFPR, há um compromisso expressivo dos campi na oferta de PROEJA, possibilitando, dessa forma, a elaboração de um planejamento estratégico para avaliar e monitorar as ações referentes a (re)implantação e (re)implementação desta modalidade na instituição.

Palavras-chave: PROEJA – IFPR; Implantação; Implementação.

IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO RIO GRANDE DO NORTE

Paulo Cavalcante de Albuquerque Melo*

*UERJ - E-mail: paulinhocbm@gmail.com

Neste presente trabalho analisamos alguns aspectos formativos que constituem a disciplina de Ensino Religioso (ER) no estado do Rio Grande do Norte a partir do curso de Ciências da Religião da UERN. O ER está intrinsecamente ligado à história do país. Sabe-se que os invasores portugueses chegaram em Pindorama, denominada posteriormente de Brasil, no século XVI. No decorrer da história do país, a disciplina se tornou subterfúgio para as ações da Igreja no Estado, sendo separado somente a partir da primeira constituição republicana, no final do século XIX. Porém as práticas moralizantes e evangelizadores ainda se fazem presentes em diversos contextos da trajetória do ER, sendo incompatível com as orientações educacionais acerca da área no contexto atual, que desde o final do século XX, está ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Dentro desse contexto de superação da confessionalidade, foi criado o curso de Ciências da Religião (CR) em

2001, na cidade de Natal-RN, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como instituição que buscasse proporcionar uma visão mais didática e pedagógica na formação do docente em ER. Esse curso veio substituir a Escola Superior de Ensino Religioso (ESER), pois essa já não conseguia atender as demandas educacionais sem o pressuposto da confessionalidade, conforme se exige em um país laico. O curso de CR oferecido pela UERN fornece uma formação que possibilite os discentes construir uma cosmovisão laica e pedagógica do ER. Apesar da proposta mais ética e laicizante, os desafios são inúmeros na formação docente no Estado. Nesse sentido, conforme os estudos de Benevides (2017) e Silva (2014), ainda encontramos professores da rede pública municipal e estadual que realizam práticas proselitistas. Destarte, percebemos que estes impasses são gerados por falta de uma concepção ética profissional do ER visando aspectos laicos nos discursos educacionais, gerando assim a falta de atratividade para seguir carreira profissional. Problema esse que não é apenas perceptível no ER, mas sim na carreira geral dos professores no Brasil. Espera-se que o trabalho contribua significativamente para a discussão e construção de melhores condições para todos os profissionais inseridos na discussão e desperte o interesse de investimento na educação e no ER pelas autoridades responsáveis, além de atentar para a formação em nível superior em CR para a docência em ER no Estado.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Ciências da Religião; Rio Grande do Norte.

A INTERIORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO NO NORDESTE PAULISTA (1889-1930)

Rafael Cardoso de Mello*

*USP - E-mail: cardosodemello@usp.br

Este trabalho tem por objetivo a apresentação das bases de pesquisa intitulada provisoriamente de “A interiorização dos processos de educação no nordeste paulista (1889-1930)”, cuja proposta central é compreender a gênese e o percurso das representações e discursos que envolvem a educação no nordeste paulista, tanto no seu sentido comum -

o escolar, como em outras formas mais complexas – manifestadas na civilização dos corpos, na legislação, nas definições de “normalidade”, cidadania, moral, etc., com vistas a investigar uma das dimensões do processo de interiorização da educação escolar pública no território paulista. Para tal, utilizamos como referencial teórico as contribuições de Braudel (1996), Wallerstein (1979) e Mombeig (1984) no que tange a abordagem da “interiorização”; Elias (1993; 1994), Fonseca (2010) e Narita (2016) para contornos dos “processos de educação” e pesquisas sobre a história da educação que tomaram com espaço as cidades do nordeste paulista, tais como aquelas que já investigaram as cidades de Ribeirão Preto (CUNHA, 1988; JAYME, 2007; FRANÇA, 2013; ALMEIDA, 1997) e Franca (Lima, 2007, TEIXEIRA, 2000). Do ponto de vista documental, salientamos a presença de um vasto e complexo conjunto de fontes primárias (plantas urbanas, códigos de postura, processos-crime, periódicos, fotografias, entre outras) que nos permite realizar tal empreita, uma vez que a escola pública pretende ser interpretada tanto na sua lógica interna (códigos, rituais, cultura escolar) como extramuros (a que realidade a escola se impõe?). Ainda sobre as fontes, a análise da massa documental proveniente dos relatórios da “Delegacia Regional do Ensino” (de atenção local e datados de 1890 a 1930) e os “Anuários de ensino do Estado de São Paulo” (já com observação e mapeamento das escolas de todo o território paulista, cujos anos datam de 1907 a 1922, mais os exemplares de 1926 e 1936), nos convida a pensar em estratégias e negociações do poder público para controlar e administrar uma população nova, multifacetada e potencialmente perigosa. O referencial teórico e metodológico da economia-mundo e do sistema-mundo, amparados na percepção da longa duração são bases da percepção desta interiorização excludente de privilégio das regiões centrais e de exclusão das zonas periféricas (BRAUDEL, 1996; WALLERSTEIN, 1979). Portanto, de forma inicial e indiciária, é possível destacar o movimento de interiorização do capital (cafeeiro) como excludente, mesmo na inclusão proposta pelo ethos escolar e pelos desejos de uma Re(s)pública recém-chegada no contexto de transição dos séculos XIX-XX.

Palavras-chave: Interiorização; processos de educação; Grupo escolar.

ENTRE LINHAS DE PESQUISAS, ESCRITAS DE REVISTAS E PÁGINAS DE DISSERTAÇÃO: TRAJETÓRIA INTELCTUAL DA PROFESSORA

MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA DE CARVALHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (1974-1995)

Raimundo Nonato de Sousa Neto*

*UFPI - E-mail: nettosousa08@gmail.com

O horizonte deste estudo são os indícios e vestígios presentes em fontes documentais e bibliográficas relacionados à história e memória da trajetória intelectual da Professora Maria da Conceição Sousa de Carvalho no âmbito do Departamento de Métodos e técnicas de Ensino (DMTE) do Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no período temporal de 1974 a 1995. Período este compreendido inicialmente por sua entrada na instituição de ensino universitário como professora até o momento de sua aposentadoria. O objetivo do presente texto consiste em cotejar e discutir a produção intelectual junto à UFPI, realizada pela Professora Conceição Carvalho – dissertação de mestrado, editoriais e artigos publicados na Revista Educação e Compromisso, e na Revista Linguagens, Educação e Sociedade –, mediante levantamento de fontes documentais e bibliográficas. Com base nessas fontes documentais e bibliográficas busca-se responder a seguinte indagação: Qual foi a produção intelectual da Professora Maria da Conceição Sousa de Carvalho quando docente da UFPI? Nesse estudo, na perspectiva metodológica, utilizaram-se as ideias sobre as análises documentais, conforme LE GOFF (1984, 2003), RICOEUR (2007) e SILVA (2009), além da discussão bibliográfica sobre intelectuais com base nas ideias de MIGNOT (2002) e VENANCIO (2016). A pesquisa documental ocorreu por meio da procura de fontes pertencentes ao acervo pessoal da docente e no arquivo institucional da direção do CCE, os quais permitiram rememorar determinados aspectos da trajetória produtiva intelectual vivenciada pela Professora Conceição Carvalho na UFPI. Logo assim, como resultado do estudo destaca-se o fato de que a Professora Conceição Carvalho foi produtora intelectual e procurava voltar seu olhar científico de pesquisadora para a própria instituição onde atuava, estimulando e desenvolvendo pesquisas e estudos que, de alguma forma, contribuíram para as questões vivenciadas no cotidiano universitário e podem ser fontes importantes, pois mostram dados sobre determinadas problemáticas voltadas para a UFPI. Portanto, faz-se salutar o resgate da história e memória atrelada à trajetória da produção intelectual desenvolvida pela Professora Conceição Carvalho no DMTE, no CCE e na UFPI.

Palavras-chave: Conceição Carvalho. Intelectual. Professora. CCE. UFPI.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PERÍODO IMPERIAL DO BRASIL E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Ramon Igor da Silveira Oliveira*

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

*IFRN - E-mail: ramonygor@hotmail.com

Este trabalho objetiva inventariar a presença da formação para o trabalho como modalidade de ensino no Brasil Imperial, bem como as fontes e medidas adotadas para o seu financiamento. Como método, optou-se pelo materialismo histórico-dialético, aplicado à abordagem qualitativa e à pesquisa bibliográfica exploratória. Descobriu-se que, no início do século XIX, as Corporações de Ofícios eram as principais responsáveis por esse tipo de ensino. Ainda que não se tratassem de instituições escolares, estas eram compostas por mestres que ensinavam, para aprendizes, a arte manual do seu trabalho. Tratando-se de associações, autofinanciavam-se a partir de recursos compartilhados, provenientes de pagamentos feitos pelos seus membros. Ao definir a mendicância como crime, o Código Criminal Imperial de 1830 tornou imperativa a criação de medidas direcionadas a retirar os menos abastados da criminalidade, dando nova importância à educação profissional. Nesse contexto filantrópico, se deu a expansão do ensino de ofícios no período Imperial. De iniciativa do Estado, que visava tornar estes indivíduos úteis para o país, arsenais de guerra e da marinha passaram a receber, para o ensino de ofícios, crianças e adolescentes abandonados. Com o mesmo propósito, entre 1840 e 1865, foram fundadas, em dez das províncias brasileiras, as Casas de Educandos e Artífices, onde ensinava-se ofícios a jovens órfãos. Também neste sentido, o Decreto Imperial de 1854 determinou a criação dos Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, instituições que conduziam menores desamparados até oficinas, públicas e particulares, onde executariam funções manuais. Motivados pelo crescimento econômico do país, dado na segunda metade do século XIX, foram instituídos os Liceus de Artes e Ofícios, que se destinavam a fornecer o ensino de ofícios vinculados às atividades industriais. Ainda

que sustentados por alianças público-privadas, a falta de recursos inviabilizava as instituições de possuírem oficinas próprias. Em 1879, a educação profissional passou também a figurar no currículo do ensino secundário, no Colégio Pedro II. O desenho do financiamento da educação sofreu mudanças a partir do Ato Adicional de 1834, que retirou do governo central as obrigações sobre a educação oferecida nas províncias. Assim, a Corte responsabilizou-se pelo ensino secundário e superior, e transferiu para as províncias os encargos sobre o ensino primário. À época, as receitas utilizadas pela Corte Imperial para o financiamento da educação provinham de impostos denominados rendas gerais. Já as províncias, arcavam com os custos da educação a partir de valores recolhidos em rifas e loterias. Estima-se que, entre os anos de 1840 e 1888, o governo imperial investiu anualmente, em educação, uma média 1,80% de suas receitas. Desse modo, conclui-se que, no período imperial, a educação profissional foi oferecida em diversas instituições de ensino, financiadas, ainda que de maneira irrisória, por iniciativas públicas e privadas.

Palavras-chave: Educação profissional; Financiamento da educação; Período imperial.

LICENCIATURAS E A RE(VOLUÇÃO) DA TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL E POLÍTICA NO IFCE CAMPUS CANINDÉ.

Rayca Aparecida Cavalcante Sampaio*

Emmanuel Sávio Silva Freire

*UECE - E-mail: raycacavalcante@gmail.com

Historicamente a sociedade é dinâmica e movida por transformações, na realidade atual a tecnologia é a razão dessas mudanças também chamadas de revolução, dado seu campo de alcance. Não é mais possível pensar em educação sem a utilização da tecnologia. O processo de ensino-aprendizagem mudou com a tecnologia, pois abriu-se uma gama de portas interconectadas de saberes, a informação é a peça chave da sociedade atual, o professor necessita hoje ter e trabalhar diariamente a capacidade de interconexão de saberes, de inovação em suas

metodologias de aprendizagem e ensino, criatividade, criticidade e autonomia, sendo um mediador entre as tecnologias e o ensino, um facilitador do processo de ensino-aprendizagem para alunos sujeitos ativos desse processo, ávidos por conhecimento e com grande facilidade no uso de tecnologias, são chamados de nativos digitais. Em consonância às exigências de uma nova postura do docente deve está o plano de ensino das licenciaturas, mas será que a tecnologia não está inserida de forma eficiente dentro das graduações? Ela é vista como um instrumento? Ela é objeto de estudo? O objetivo desta pesquisa foi desvelar a proposta formativa dos cursos de licenciaturas do IFCE campus Canindé, observando se há competências de ensino relacionadas à tecnologia e como esta vem sendo aplicada dentro da matriz curricular de cada graduação. Para tanto, foi realizado um estudo documental envolvendo as competências dos Planos Pedagógicos dos Cursos, documentos institucionais do MEC e em autores de renome dentro do campo da docência. Foram analisados dois cursos, Licenciaturas em Educação Física, e Pedagogia, a razão é que a primeira foi a licenciatura pioneira no campus com sua primeira turma no ano de 2010 e a segunda é um curso recente que está em implantação no ano de 2018. O percurso metodológico utilizado neste trabalho foi baseado na abordagem de pesquisa qualitativa. Tendo enfoque na análise documental e bibliográfica. O objetivo foi analisar se o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das licenciaturas do IFCE campus Canindé contemplam o a inclusão da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem dos futuros docentes ali em formação, se a tecnologia é um objeto de estudo ou uma ferramenta e se o ensino da tecnologia está em consonância com os parâmetros trazidos pelas portarias e resoluções expedidas pelo Ministério da Educação(MEC) para cada curso, buscando assim descrever as competências curriculares baseadas nos documentos já citados. Primeiramente foram estudados os documentos norteadores do curso, definidos pelo MEC, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB), com o intuito de identificar as competências curriculares mínimas estipuladas sobre o ensino da tecnologia em tais cursos; em sequência foi analisado o PPC da licenciatura em foco, buscando identificar as competências curriculares definidas pelo IFCE para tal curso; após a identificação das competências trazidas pelo MEC e PPC, estas foram comparadas com objetivo de analisar se houve consonância entre tais parâmetros; por fim as competências trazidas pelo MEC e PPC identificadas foram comparadas com o PUD do curso, parte do PPC que traz o objetivo de cada disciplina da matriz curricular do curso. Este percurso de estudo foi repetido na análise de cada uma das licenciaturas. No processo de análises foi identificado que o curso mais antigo, educação física,

passou por atualizações em sua matriz curricular, assim também foi observado se nesta atualização houve ou não algum tipo de evolução no tocante do ensino da tecnologia. Como instrumento de mensuração dos resultados da comparação foi utilizada como base a escala idealizada por Rensis Likert(1932) para mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância (Silva, Severino. 2014). A escala de Likert tem como diferencial a categorização das respostas, tendo assim um universo maior de que o sim ou não. Assim foram estabelecidos os quatro seguintes resultados possíveis na análise das competências: contempla, contempla em parte e não contempla. O curso de Educação Física é reconhecido como curso superior de licenciatura, ofertado na modalidade presencial e teve sua primeira turma no primeiro semestre do ano de 2010. Historicamente foi o primeiro curso superior do IFCE campus Canindé, iniciando com duas turmas. O curso foi criado sob a justificativa de falta de profissionais qualificados e competentes nas áreas, e a dificuldade de acesso ao Ensino Superior Gratuito na região de Canindé. De acordo com as políticas de incentivo à abertura de cursos de formação de professores no Brasil, como o Plano Nacional de Educação (Lei número 10.172/2001), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9.394-96) e as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (CNE/CP - 01/2002 e CNE/CP – 02/2015), segundo o PPC do curso e Resolução do Conselho Nacional de Educação(CNE) CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004. O PPC do curso tem data de 2018, sendo, portanto, o mais atualizado. Uma curiosidade é que este documento passou por aprovação a pouco tempo, cerca de dois meses, sua atualização foi uma medida da rede IFCE com o intuito de igualar todas as matrizes dos cursos de Licenciatura em Educação Física da rede IFCE. Assim como o PPC, as matrizes curriculares do Curso de Educação Física também passaram por mudanças desde o início da graduação em 2010. No Total foram quatro matrizes, sendo a última pensada em 2018 juntamente com o PPC mais atual do curso, esta matriz ficou conhecida, digamos assim, como matriz de alinhamento, visto que seu surgimento se deu pela necessidade do IFCE alinhar todos os cursos de Licenciatura em Educação Física em questões de conteúdo e tempo. A tecnologia é citada diretamente em dois parágrafos da metodologia do PPC do curso, onde salienta a importância da tecnologia no contexto de educação contemporânea. [...] Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são importantes no contexto da educação contemporânea, em que cada vez mais as tecnologias estão sendo aprimoradas e possibilitando

ferramentas de facilitação da aprendizagem... (PPC Ed.Física, 2018). Em continuidade ao mesmo parágrafo, o plano pedagógico afirma que os discentes poderão fazer o uso das TIC no processo de ensino e aprendizagem, objetivando a aproximação dos estudantes a conhecimento diversos. Neste ponto o PPC reconhece na tecnologia uma fonte de conhecimentos ímpar, porém não especifica como será o uso da tecnologia neste processo. [...] os docentes e discentes do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE - Campus Canindé poderão fazer uso das TICs na mediação do processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de aproximar os estudantes dos mais diversos conteúdos e das mais variadas formas possíveis. Além disso, permite maximizar a interação para além da sala de aula em ambientes virtuais de aprendizagem. (IFCE, PPC Ed.Física, 2018). Um ponto importante sobre a tecnologia, que apesar de não ser o foco do presente trabalho, é importante enaltecer é o caráter inclusivo da tecnologia e suas possibilidades. No PPC esse aspecto é citado como uma forma de apoio a estudantes com necessidades específicas, de ser uma possibilidade de estratégias didático-pedagógicas para a abordagem de temas relevantes como relações ético-raciais, direitos humanos e educação ambiental. Nas duas primeiras matrizes ao serem analisadas, 2010.1 e 2011.2. transição nomeadas assim pela instituição, foi constatado não haver nenhuma cadeira que fizesse referência à tecnologia, infelizmente por conta de mudanças de sistemas e burocracias não houve acesso aos PPC antigos do curso para analisar a existência ou não de previsão do ensino da tecnologia. Na matriz 2011.2 que ficou em até o segundo semestre de 2017 foi identificada uma disciplina de quinto semestre intitulada “Informática Educacional”, por razões burocráticas não houve o acesso ao PUD da disciplina para análise das competências estabelecidas anteriormente. Na matriz atual, que é a 2018.1. alinhamento a disciplina de “Informática Educacional” foi substituída pela disciplina de “Novas Tecnologias Educação Física”, com carga horária de 40hs e ofertada no quinto semestre do curso. A disciplina não possui interdependência com as demais disciplinas. Segundo a ementa da disciplina há a Introdução aos conceitos básicos sobre o uso das Novas Tecnologias na Educação Física, a explanação de como utilizar as novas tecnologias de comunicação e informação (NTIC) dentro de uma visão inovadora e participativa de educação virtual na Educação Física, busca conhecer ferramentas da internet e seu uso como recurso pedagógico nas aulas de Educação Física dando suporte assim para realizar a avaliação crítica sobre os usos das novas tecnologias na educação. Nas diretrizes trazidas pelo MEC em relação ao curso de Licenciatura em Educação Física temos a Resolução CNE N° 7, de 31 de março de 2004. Art. 1º A presente

Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. (Brasil, Resolução N° 7, de 31 de março de 2004). Em seu artigo 6° esta resolução traz as competências que o projeto pedagógico do curso de Educação Física deve atender. Art. 6° As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico, profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física. § 1° A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades: - Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação e forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional. (Brasil, Resolução N° 7, de 31 de março de 2004). A resolução do MEC foi cumprida, pois há a utilização da TIC no curso, mas as competências identificadas no PPC não foram cumpridas completamente ou não foram cumpridas. O maior agravante identificado foi o fato de existir apenas uma disciplina voltada para a tecnologia no decorrer de oito semestres de curso e com carga horária de 40h/a, sendo que tal disciplina em seu PUD mostra o perfil de ensino de informática básica, uma vez que propõem atividades como criação de slides e navegação na internet, na descrição da disciplina ambientes virtuais de aprendizagem não são citados e por consequência. O PPC do curso diz em seu texto que estudantes com necessidades específicas terão acompanhamento especializado, porém não define as características do acompanhamento. O curso de Licenciatura em Pedagogia é de nível superior e de modalidade presencial com duração de 8 semestres. Sua oferta de vaga não foi iniciada até a presente data, pois o curso encontra-se em fase de implantação, entretanto seu PPC já submetido a análise do Colégio de Dirigentes do IFCE e foi aprovado. Uma curiosidade sobre o curso é que sua idealização partiu da comunidade onde o campus Canindé está inserido, em audiência pública a população pediu e defendeu a implantação do curso, visto a necessidade de uma graduação gratuita na área das artes na região de Canindé, pois até então só existia a opção de cursar tal graduação em uma faculdade particular, não sendo assim acessível a todos. No primeiro momento de trabalho da Comissão apresentamos em audiência pública as diretrizes iniciais que norteariam o curso na perspectiva de atender as demandas locais. As quais

apresentaram como interesse uma atenção especial para a educação do campo tendo em vista a grande quantidade de assentamentos localizados na região. (PPC curso de Pedagogia, 2018). O PPC do curso de Pedagogia é recente, data o ano de 2018 e como dito anteriormente, o curso está na fase de implantação. Em seu texto o documento destaca a tecnologia como uma competência a ser considerada, enfatizando a formação de competências voltadas para o uso de ferramentas computacionais para a formação dos licenciados em Pedagogia, bem como para a investigação científica e a reflexão na ação. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm desempenhado o papel de disseminação de informações, troca de experiências e organização social, na sociedade contemporânea. Salientamos que na educação, as TICs têm sido utilizadas como recurso didático do processo de ensino e aprendizagem, principalmente por ser um conhecimento próprio da geração atual, os nativos digitais. Estando presente no contexto discente é importante que os docentes sejam conhecedores dos recursos digitais. (IFCE, PPC curso de Pedagogia, 2018). A EAD é citada no PPC como possibilidade de uso dentro das disciplinas, tal uso segundo o texto do documento respaldado no Artigo 80º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e referendado pela Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. § 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. § 2º As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais. (BRASIL, Portaria nº 1.134, 2016). Na matriz curricular do curso há disciplinas que citam a tecnologia como objeto de estudo e também há disciplinas que a utilizam como meio para o ensino, são as disciplinas que estão previstas serem ministradas parte na modalidade EAD. Conforme a análise do PPC do curso e da regulamentação do MEC por meio de competências estabelecidas e comparando-as com os PUD(Programa de Unidade Didática) das disciplinas que citaram a tecnologia de algum modo chegou-se ao consenso de que aborda a tecnologia de modo satisfatório enfocando-a em como objeto de estudo e com ferramenta de trabalho. Semelhante ao curso anteriormente analisado a questão da, o PPC do curso também diz em seu texto que estudantes com necessidades específicas terão acompanhamento especializado, porém não define as características do acompanhamento. Este trabalho buscou desvelar os aspectos formativos dos cursos de licenciaturas do IFCE

campus Canindé, para tanto foram feitas comparações entre as matrizes curriculares de cada curso, seus PPC e as respectivas regulamentações trazidas pelo MEC. Como norteador da pesquisa foi elaborada uma planilha de competências, tais competências foram formuladas levando em consideração os aspectos da tecnologia na educação e as informações trazidas nos PPC e resoluções do MEC. Os resultados obtidos mostraram que os cursos possuem conformidade legal com o ensino da tecnologia, visto que todos os PPC utilizam as portarias do MEC, entre outros, como documentos norteadores, entretanto a conformidade educacional, análise da abordagem da tecnologia, apresentou lacunas, estando o curso de Educação Física como a maior lacuna, visto possuir apenas uma disciplina que cita a tecnologia e é como uma ferramenta de trabalho. Pedagogia foi sem dúvidas a graduação com maior interação com a tecnologia, pois segundo seu PPC a tecnologia foi inserida dentro de diversas disciplinas de variados conteúdos como objeto de estudo, fazendo haver uma correlação entre a tecnologia e o conteúdo ministrado, em outras matérias da graduação a tecnologia aparece como ferramenta de aprendizagem, o que também é de grande valia no processo de inserção da tecnologia na educação. Ficou constatado neste estudo o reconhecimento da importância da tecnologia nos novos cursos de licenciatura, porém nos cursos mais antigos há a necessidade de uma nova abordagem do tema, mudando o enfoque de ferramenta pura para objeto de estudo, pois assim o docente formado por tal curso terá mais segurança e traquejo com as exigências que a era tecnológica impõem ao processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Formação Docente, TIC no processo de ensino, Estudo Documental.

DAS ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA : UM BREVE DELINEAR HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DESSAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Regina Celly Clemente Silva*

*IFRN - E-mail: reginacaruaru@hotmail.com

O presente estudo foi realizado com o intuito de delinear numa perspectiva histórica a criação e desenvolvimento, das principais instituições de Educação Profissional do país, em seus respectivos contextos. A pesquisa se baseou numa abordagem qualitativa, concebida por meio de um levantamento e revisão de literatura, com precedentes históricos existentes sobre o tema da Educação Profissional no Brasil e seu percurso. Autores como: Gomes(2003); Carvalho (2017); Manfredi (2002); Frigotto (2006, 2012) e tantos outros nortearam o elaborar de nossa pesquisa e o desenvolvimento da escrita. Em nossas conclusões observamos que mediante a conjuntura econômica de cada época, a educação profissional e por consequência as instituições voltadas para essa modalidade de ensino, sempre estiveram a serviço desse processo de crescimento econômico, embora em seu bojo organizacional existam bases para a formação de um trabalhador reflexivo de suas ações no contexto social.

Palavras-chave: História da Educação, História da Educação Profissional, Instituições, Educação.

NARRATIVAS SOBRE AS ESCOLAS DE APRENDIZES NO BRASIL: UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Renato Marinho Brandão Santos*

*IFRN - E-mail: renato.marinho@ifrn.edu.br

Analisa autores e obras que se volta(ra)m para a História da Educação profissional no Brasil e, de maneira mais específica, no Rio Grande do Norte, com destaque para aquelas que tratam das Escolas de Aprendizes Artífices criadas nas capitais dos estados brasileiros no ano de 1909. Procura compreender as linhas de interpretação predominantes nesse campo da historiografia, indo desde as clássicas obras de Fernando de Azevedo, A Cultura Brasileira, de 1950, e História do Ensino Industrial no Brasil, lançada em 1961 pelo engenheiro Celso Suckow da Fonseca, até as recentes dissertações e teses apresentadas em diversos programas

de pós-graduação no Brasil, passando ainda pela leitura marxista, marcante das décadas de 1960 a 1980. Observa a diversidade do campo da História da Educação profissional no Brasil, considerando o perfil daqueles que escreve(r)am essa História, profissionais das mais diversas áreas – Pedagogia, História, Arquitetura, Filosofia, entre outras – e as diferentes linhas de interpretação possíveis, ampliadas com o crescimento dos Programas de pós-graduação *Stricto sensu*, especialmente a partir do início dos anos 2000. Conclui que o campo da História da Educação profissional no Brasil segue, em linhas gerais, as mudanças de paradigmas vividas, de maneira mais ampla, pela Historiografia, com destaque para o fim das grandes narrativas e adoção de novos temas e abordagens, como as discussões sobre relações de poder e usos dos espaços, com base em conceitos foucaultianos.

Palavras-chave: Historiografia; Educação Profissional; Escolas de Aprendizagem Artífices.

MODELO DE COMPETÊNCIAS: GÊNESE E CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos*

*IFPA - E-mail: rafonsoferreiradevasconcelos@gmail.com

O modelo de competências e habilidades surgiu originalmente na Europa inserido no contexto de crise do modelo produtivo taylorista-fordista e do Estado do Bem-estar Social e num cenário de expansão do ideário neoliberal a partir da segunda metade da década de 1970 e início dos anos de 1980. No mesmo contexto sócio histórico verificou-se também a construção do modelo de acumulação flexível tendo por base o modelo produtivo toyotista, ensejando assim o avanço do processo de reestruturação produtiva que redesenhou os rumos do capitalismo mundial. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram adotados os pressupostos do neoliberalismo, a partir da implementação do Plano Real, abrindo caminho para um conjunto de reformas econômicas e redimensionamento do papel do Estado e das políticas públicas em nosso país. Dentre essas reformas baseadas na

referida agenda neoliberal destaca-se a reestruturação das diretrizes do modelo de educação profissional de nosso país tendo como parâmetro os pressupostos do modelo de competências, implementado sob a gestão do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza e personificados na nova LDB nº 9394/1996 e na Lei 2.208/1997, que reformulou o ensino técnico-profissional de nível médio no Brasil. Isto posto, este artigo tem como objetivo realizar uma breve reflexão em torno da gênese e trajetória de consolidação do modelo das competências no contexto da educação técnico-profissional. Para tanto utiliza-se o procedimento metodológico de revisão de literatura concernente aos pressupostos teóricos e categorias de análise vinculados à sociologia do trabalho, à história das políticas públicas de educação profissional bem como, à formação sócio histórica e análise do modelo de competências. Ressalta-se que a referida reflexão teórica apresenta como resultado principal a constatação de que os pressupostos do modelo das competências na atualidade determinam o eixo estruturante e organizativo dos cursos técnicos oferecidos no âmbito do ensino médio profissionalizante do IFPA/Campus Belém. Dessa forma, os referidos resultados apresentados permitem concluir que o modelo de competências se tornou hegemônico enquanto modelo estruturante dos perfis que delimitam a formação do público-alvo dos cursos de formação/qualificação profissional oferecidos pelo IFPA/Campus Belém, mesmo aqueles que se estruturam sob o modelo de Ensino Médio Integrado.

Palavras-chave: Gênese do modelo de competências; política de educação profissional técnica de nível médio; Reforma da educação profissional.

ACERVOS E DOCUMENTOS MUSICOGRÁFICOS DE ALTINO PIMENTA: FONTES PARA A HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Rômulo Mota de Queiroz*

Fernando Lacerda Simões Duarte; Gabriella de Mattos Affonso

*UFPA - E-mail: romulumq@ufpa.br

Altino Salazar Rosauro Pimenta (1921-2003), natural de Belém do Pará, foi compositor, pianista e professor do Serviço de Atividades Musicais da Universidade Federal do Pará (SAM), hoje Escola de Música da Universidade Federal do Pará (EMUFPA). Atuou ainda em outros estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amapá. Com intensa atividade no cenário artístico e educacional, especialmente na formação profissional, deixou parte de seu legado musical registrado em fontes de diferentes tipologias e suportes, depositados em acervos, coleções e arquivos pessoais de intérpretes que hoje contam parte da história da EMUFPA. No presente trabalho, expomos parte do processo de pesquisa com as fontes referentes ao músico que estão sendo tratadas pelo projeto Música em Edição, em desenvolvimento na EMUFPA. Algumas questões têm norteado a pesquisa: qual a situação de recolhimento das fontes? Como difundir o legado musical de Altino Pimenta? Como editar a sua obra? E quais os desdobramentos pedagógicos possíveis a partir dos processos e resultados da pesquisa? Em busca do que Antonio Ezquerro-Esteban denominou patrimônio musical documental, temos empreendido pesquisa bibliográfica e documental in loco na Biblioteca e no Centro de Memória e Documentação da EMUFPA (CEMID) e no Museu da Imagem e do Som do Pará (MIS/SIM/Secult-PA). Importante trabalho de preservação está sendo desenvolvido em parceria com outros projetos institucionais para o tratamento de documentos que registram a contribuição exitosa de Altino Pimenta para a educação profissional. Tomando a classificação de Heloísa Bellotto, temos tratado as fontes recolhidas na EMUFPA como permanentes, cujos instrumentos de pesquisa se encontram em processo de revisão e maior adequação à necessidade dos consulentes do campo da Música. As fontes disponíveis no MIS, por sua vez, têm sido fundamentais para a restauração da obra musicográfica do compositor por meio da edição musical. Isto tem se dado, portanto, com a edição via software específico de notação musical. Tal processo editorial se baseia em diferentes tipologias e métodos apresentados por Carlos Alberto Figueiredo, Georg Feder e James Grier, no campo da Musicologia Histórica. Os resultados parciais apontam para o registro de parte da memória institucional da EMUFPA, mas também da identidade musical local, uma vez que, segundo Joël Candau, memórias fundam e legitimam identidades. Com o prosseguimento do projeto, a obra de Altino Pimenta recolhida a tais acervos deverá se tornar mais amplamente disponível aos estudantes, inclusive por meio da criação de um website específico para esse propósito, reforçando assim seu vínculo com a memória coletiva da produção e das práticas musicais no Pará.

Palavras-chave: Fontes e acervos para a história do ensino de música; Escola de Música da Universidade Federal do Pará; Projeto Música em Edição; Edição musical;

AS ESCOLAS DE ESCRIBAS DA ANTIGA MESOPOTÂMIA NOS PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Rosângela Araújo da Silva*

Bernadete Morey

*IFRN - E-mail: rosangela.silva@ifrn.edu.br

Na antiga Mesopotâmia, região correspondente hoje ao Iraque, se constituiu as escolas de escribas cuja profissão tinha a finalidade de formar especialistas para trabalharem nas tarefas econômicas e administrativas das cidades, sobretudo nos templos e nos palácios. A atividade laboral do escriba tinha prestígio e superioridade social, pois esse profissional pertencia a famílias abastadas que podiam investir nas altas despesas exigidas para essa formação. No contexto da antiga Mesopotâmia, a formação para o trabalho era dada em escolas de escribas, cuja denominação em sumério era *é.dub.ba.*, e em acádico *bît ýuppi*, em uma tradução literal “casa dos tabletes”, devido a todos os registros serem feitos em tabletes de argila. Conforme autores como Christine Proust, Eleanor Robson, Jens Høyrup e Kátia Pozzer, que em seus estudos expõem sobre os aprendizados práticos dessa formação e sua utilização profissional na vida real, esses trazem a compreensão de aprendizados direcionados ao uso e envolviam o conhecimento de centenas de sinais da escrita cuneiforme, de unidades metrológicas (capacidades e medidas), de sequências de listas temáticas com diversas tabelas e técnicas contábeis, que depois eram contextualizadas em forma de contratos legais nas atividades de economia e de administração. Esse trabalho tem como procedimento metodológico principal a pesquisa bibliográfica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) de cunho histórico, com o intuito direcionado para o contexto das escolas de escribas consideradas como antigas escolas profissionais, buscando embasamento em autores que pesquisam sobre essas escolas situadas na antiga Mesopotâmia. A abordagem da pesquisa é qualitativa com fundamento em fontes históricas, visando o aprofundamento da compreensão de uma organização escolar formal que se encontra nos primórdios da formação para o trabalho. Observa-se que desde suas origens há na formação para

o trabalho, uma relação entre o trabalho desenvolvido e a posição social, e principalmente, que o acesso à educação profissional que atendia aos postos sociais mais avançados era para aqueles que podiam arcar com um investimento educacional que lhes permitissem galgar postos considerados de status na hierarquia da sociedade.

Palavras-chave: Escolas de escribas; Formação para o trabalho; História da educação profissional.

A HISTÓRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FERROVIÁRIA NO PARANÁ

Rudá Morais Gandin*

Alboni Marisa Duedeque Pianovski Vieira

*PUC-PR - E-mail: rudamgandin@gmail.com

A partir da década de 1940, com a política de industrialização e urbanização em curso no país, viu-se emergir, no Paraná, um projeto de educação dirigido ao preparo dos trabalhadores para atuarem nas ferrovias. Com apoio na Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-lei nº 4.073/1942, proveniente das modificações instituídas com a “Reforma Capanema”, estabeleceu-se a Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto e Silva em Curitiba, a qual se achava em anexo à estrada de ferro, gerida pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPS). Este artigo, baseado em pesquisa documental das legislações educacionais do período que se caracteriza como Estado Novo e fundamentado em pesquisa bibliográfica sobre a educação profissional, busca discutir os eventos históricos que levaram ao surgimento da Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto e Silva na capital paranaense. Neste estudo, empregou-se o conceito de paradigma indiciário elaborado por Ginzburg (1989), o que levou ao cumprimento de uma postura muito cuidadosa, a respeito dos rastros deixados pelas determinações legais, no intuito de compreender os caminhos, por vezes intrincados, que marcam a história da escola pesquisada. Assim, notou-se que o seu surgimento estava relacionado a uma preocupação com a qualificação da mão de obra que atuava nas ferrovias paranaenses, bem como a uma

necessidade de levar os princípios nacionalistas de progresso e urbanização do país aos trabalhadores. Concluiu-se que a história da escola de educação profissional ferroviária no Paraná é pouco explorada pelos historiadores da educação, e que sua pesquisa se apresenta como fundamental para compreender o projeto educativo de qualificação e ensino levado a cabo pela RVPSC, empresa esta responsável por parte das ferrovias no Paraná.

Palavras-chave: História da educação; Escola Profissional; Educação Ferroviária.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO GOVERNO DILMA (2011 A 2016): TAUCRONISMO ENTRE A AMPLIAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO E A LÓGICA MERCADOLÓGICA NA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Samanta Lopes Maciel*

*IFES - E-mail: samanta.ifes@gmail.com

Este trabalho é parte do estudo intitulado “A política de educação profissional do governo Dilma: O direito a educação no contexto da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e do Pronatec”. No presente texto indicamos que a educação básica articulada a profissional, hegemonicamente e historicamente, vem se constituindo por via de programas e/ou projetos que ainda não tiveram êxito em superar a dualidade educacional em que se reserva a educação básica pública precária para inserção precoce no trabalho para “todos” e educação de qualidade com acesso ao ensino superior para “poucos”. A Expansão da Rede iniciada em 2005 no governo Lula teve o fito de superar tal dualidade ampliando o papel do Estado na oferta de educação básica e profissional de qualidade por meio da criação dos Institutos Federais, fortalecendo a educação profissional integrada ao ensino médio. O governo Dilma embora tenha prosseguido com a Expansão da Rede, apostou como estandarte para a educação profissional no Pronatec priorizando a oferta de cursos de curta duração e a transferência de recursos para o Sistema S. Tendo em vista esse processo, objetivamos discutir o tautocronimos entre a ampliação do papel do Estado na oferta

de educação profissional de qualidade via Expansão da Rede Federal e a lógica mercadológica da oferta de educação profissional por via do Pronatec. Partindo da concepção marxista da categoria trabalho, tomando Poulantzas (1980) como referência para o conceito de Estado, pautamos no materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico recorrendo a análise documental. Os resultados demonstraram que no governo Dilma prevaleceu o tautocronimo entre a ampliação do papel do Estado e o fortalecimento da lógica mercadológica na educação profissional revelando a opção política do governo em duas frentes. A primeira indicou que embora o Pronatec tivesse como uma de suas ações fortalecer e democratizar a Rede Federal, seu cerne esteve na oferta de cursos de curta duração (cursos FIC) ofertados majoritariamente no Sistema S, alimentando o ciclo formação precária para ocupação de postos de trabalho de baixa qualificação e baixa remuneração atuando na reprodução da dualidade entre formação para o trabalho manual x intelectual e fortalecendo a lógica mercadológica na educação profissional. A segunda frente revelou que a opção de continuidade da Expansão da Rede Federal, via interiorização dos Institutos e conseqüentemente a oferta prioritária do Ensino Médio Integrado, configurou-se em ação estruturante do Estado promovendo sua ampliação e fortalecimento da educação profissional como direito.

Palavras-chave: Ampliação do Estado; Expansão da Rede Federal; Lógica Mercadológica; Pronatec.

INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Saray Teixeira Santana*

*UNP - E-mail: sarapedagoga2019@gmail.com

A construção desta pesquisa é resultado de uma inquietação do pesquisador sobre a importância de trabalhar a narrativa estudada durante a formação acadêmica que diz respeito a interação entre a escola e a família. Sabemos que na maioria das vezes essa falta de interação está diretamente ligada a falta relações sociais que por várias vezes são negadas a esses cidadãos. O projeto tem como objetivo

proporcionar a escola e a família reflexões, conhecimento da realidade de outras famílias, conhecendo o meio social no qual estão inseridos. O trabalho procura oportunizar os educadores em sua formação de trabalho para o desenvolvimento de atividades que despertem o respeito entre os diferentes grupos familiares, convívio social e demais assuntos relacionados a educação.

Palavras-chave: Formação, Interação, grupos familiares, escola

TECENDO A HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS CONCÓRDIA: HISTÓRIAS DE (IN) DISCIPLINA (1965-1975)

Shyrlei Karyna Jagielski Benkendorf*

Reginaldo Leandro Plácido

*IFC - E-mail: shyrlei.benkendorf@ifc.edu.br

A história de uma instituição escolar é construída pelos seus atores (profissionais da educação, alunos, pais, comunidade, etc.), e por seus documentos (regimentos, legislações, fotos, prédios, espaços, etc.). Da mesma forma são relevantes os relacionamentos entre esses mesmos atores, que não são documentados, mas que contribuem para fortalecer características de uma determinada cultura escolar. Esses elementos possuem valor ao serem resgatados, interpretados e sistematizados, possibilitando a preservação da memória institucional e construindo sua história. O presente trabalho é um projeto de pesquisa que objetiva construir a narrativa da história institucional escolar do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Concórdia, pelo olhar da (in)disciplina, tendo como recorte temporal os anos de 1965 a 1975 (período de criação e fixação da escola). A (in)disciplina, como tema de pesquisa, é um dos diversos olhares possíveis para se contar a história de uma instituição escolar. Nesta pesquisa a (in)disciplina será analisada em diferentes espaços da instituição escolar, mas de forma especial no internato, que aqui será assumido como moradia estudantil. No Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Concórdia, desde a sua gênese como Ginásio Agrícola, em 1965, até os dias atuais, as regras de comportamento e

convivência estabelecidas entre alunos, professores, e demais profissionais da instituição facultaram situações de transgressão e conflito. O interesse em conhecer essas transgressões, sobretudo fora do ambiente formal da sala de aula, dos alunos em moradia escolar, contribui para uma construção histórica do Federal Catarinense Campus Concórdia. Escolas agrícolas, por possuírem características particulares na sua constituição, tem na moradia estudantil uma obrigatoriedade não por força de lei, mas por uma necessidade de manutenção e assistência estudantil, pois como os estudantes são oriundos de diferentes regiões necessitam deste espaço. A distância das áreas urbanas também é uma realidade que condicionou a necessidade de se morar na escola. Nas escolas agrícolas, assim como em outras instituições escolares, a indisciplina se manifesta por conta de inúmeras situações cotidianas, mas é no espaço da moradia estudantil, onde o estudante está ao mesmo tempo dentro e fora do contexto escolar, que as histórias de indisciplina ganham contornos que chamam a atenção nesta pesquisa. Pois essa condição proporciona um grande período de convivência entre os estudantes e profissionais da educação, e possibilitam uma visão peculiar sobre as relações entre os atores da instituição. A convivência em tempo integral, nas atividades de estudo, dentro e fora da sala de aula, nos momentos de lazer e nas responsabilidades diárias com a moradia e com questões pessoais, possibilitam o surgimento de tensões que acabam extrapolando as regras estabelecidas. Dessas relações, sob regras e normas, é comum o surgimento de conflitos, resultando em registros disciplinares que passam a fazer parte do dossiê escolar do estudante. Tais registros poderiam estar fadados a serem meros documentos que ficam armazenados sob a guarda do arquivo permanente, mas, dependendo do olhar de quem os manipula, podem refletir novas histórias da escola. Além disso, considera-se que a percepção dos ex-alunos que passaram pela instituição e estiveram submetidos às regras vigentes à época, contribuam para o entendimento das atitudes comportamentais registradas. Destaca-se que em uma avaliação inicial no arquivo da escola, verificou-se a inexistência de grande parte dos registros documentais do período de interesse, por isso serão entrevistados também servidores que trabalharam na escola no período determinado, bem como ex-alunos. Resgatar a história que não está relatada, mas que consta nos documentos oficiais é uma forma contribuir para a preservação da memória da Instituição. A história pode ser compreendida por diversos elementos, pela memória dos que viveram determinada época ou situação, por fotos, por objetos, pela arquitetura, pela cultura de determinada comunidade, entre outras possibilidades. E todos esses elementos podem ser considerados no processo de

identificação do panorama da escola, que é o foco da pesquisa. O referencial teórico, que abordará a cultura escolar, memória e indisciplina será fundamentado por Roger Chartier, Michel de Certeau, Peter Burke e Michel Foucault. Os conceitos de disciplina e indisciplina são diversos e mutáveis ao longo da história, sofrendo influências sociais, culturais e mesmo valores individuais. Portanto, é necessário contextualizar o período que se está pesquisando, refletindo sobre diversos aspectos, de modo a compreender de que forma a indisciplina é entendida no contexto educacional, no IFC Campus Concórdia, tendo por base o regulamento de conduta discente, que anuncia as regras vigentes Foucault (2008) é uma fonte importante ao se tratar de disciplina e indisciplina, por ter estudado diligentemente essa questão. O autor afirma que várias instituições sociais seguem regras que visam um comportamento orientado por normas e regras, por quem os frequenta, e cita como exemplo hospitais, exércitos, prisões e escolas. O autor complementa que ao longo da história diversas técnicas foram, e ainda são, utilizadas para realizar a “distribuição dos indivíduos no espaço” (2008, p.121). E que uma delas é o uso da cerca, representando “[...] a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (2008, p.122). Um exemplo desse isolamento são os colégios: “[...] o modelo de convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito [...]” (FOUCAULT, 2008, p.122). O espaço da disciplina é delimitado, fechado. O tempo é cronometrado, fiscalizado. As rotinas são fiscalizadas e vigiadas. A moradia estudantil ainda hoje é um meio em que se observam essas características, de espaços delimitados, de atos regrados, com atividades bem definidas e até cronometradas (horários das aulas, horários das atividades extraclasse, horários das refeições, horários das atividades no setor, horário do recolhimento nos quartos). Outros exemplos podem ser elencados, como o uso de uniforme, aparência (como corte de cabelo), filas, horários, notas, atrasos entre outros, que servem para evidenciar as regras e formas de controle que existem nas escolas. E em uma escola com regime de internado isso fica mais cristalino. Na descrição de Foucault (2008, p. 118) “[...] o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. De forma que as regras, normas e regulamentos da escola, servem para exercer esse controle sobre os alunos, praticados pelos funcionários, das mais diversas funções, influenciando e regulando as atividades diárias dos internos. A indisciplina pode ser considerada uma tática utilizada para esquivar-se das regras, e mostra sob o prisma de Foucault, uma forma de exercer

poder, e não apenas de ser sua vítima. Nem sempre é realmente indisciplina o que se pratica, mas uma forma de adequar-se, um mecanismo de sobrevivência, uma reação a um fato inesperado. De fato, por esse olhar, é questionável o que realmente é indisciplina. Pois, do modo como normalmente se concebe um ato disciplinar, parece que não haveriam outras formas de se comportar, se alinhar, se adequar ao ambiente escolar, sem seguir uma regra, uma conduta normalizadora institucionalizada. Pensando que outras possibilidades existem para justificar atos que foram e ainda são realizados, é interessante refletir na questão que Foucault afirma sobre a microfísica do poder, inferindo que os indivíduos, nas suas mais diversas relações, e a escola é um espaço de relação de poder, estão em posição tanto de exercer o poder ou de sofrer a sua ação, pois eles “[...] nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1998, p. 183). Entende-se, portanto, que para falar de indisciplina, é necessário aclarar o que se considera disciplina, pensando nas “cadeias” de poder, usando a expressão de Foucault, e compreendendo o uso de táticas, de Certeau, como forma de enfrentamento de situações originárias do convívio em uma escola de regime de internato. Para realizar o estudo proposto, se buscará fundamentação em documentos existentes no arquivo permanente do IFC Campus Concórdia, regimentos, fotos, além de objetos que serão “garimpados”, de modo a compor a história da instituição no período definido, analisados de acordo com a perspectiva da história cultural, considerando elementos da cultura escolar. Arquivos históricos, museus do município de Concórdia (SC) e da região, assim como acervos pessoais, também serão fontes pesquisadas para realizar o levantamento dos dados. Em uma etapa posterior, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com ex-alunos dos cursos técnicos e ex-servidores contemporâneos ao tempo delimitado da pesquisa, pois com suas falas sistematizadas será possível compor um cenário histórico, tendo a (in)disciplina como fio condutor, levando-se em consideração a característica do internato, e do regime militar, contexto político que vigorava à época, além da revolução verde, que contribuiu para a expansão das escolas agrícolas no país. A pesquisa, do ponto de vista metodológico, é de abordagem qualitativa e utiliza-se da meso-análise para o estudo da instituição escolar. Parte-se de uma contextualização macro das políticas nacionais da EPT, da concepção da criação das escolas agrícolas, reproduzindo um modelo de escola padronizada no País, atreladas à Revolução Verde e ao regime político militar, e à ditadura militar a partir de 1968, e aos acordos MEC-USAID (United States Agency for International Development.). No aspecto micro, trabalha-se com o internato e que é característica histórica da criação da escola. Chega-se

então a meso-abordagem. Com o objetivo de se contar a história da instituição a partir da (in)disciplina, questiona-se de que forma os atos indisciplinados cometidos pelos alunos, corroboram, ou não, com o modelo de escola agrícola, concebido no período em questão. A abordagem meso será fundamentada em Nóvoa (1999); Magalhães (2004, 2007) e Lima (1992). Para a avaliação documental se fará uso da análise de conteúdo. E para a interpretação das entrevistas, pretende-se trabalhar com a análise de discurso. Com categorias que serão formatas após as entrevistas e demais dados serem levantados. Como resultado, será identificada e construída a história da instituição pesquisada, no período proposto, possibilitando uma visão até então desconhecida e não registrada formalmente. Como consequência, espera-se contribuir para um melhor entendimento a respeito do ensino nas áreas técnica e tecnológica. Após realizar a pesquisa e construir a narrativa da história do IFC campus Concórdia entre 1965 e 1975, com foco na indisciplinada, pretende-se desenvolver como produto educacional um Museu Virtual da (In)disciplina, com o intuito de contribuir para a história e memória da instituição, retratando um aspecto que até então não havia sido contado. Tal retrato se dará por meio do resgate informacional que será realizado, e que servirá para os alunos compreenderem que cultura permeia a escola atualmente. Além disso, proporcionará uma reflexão por parte dos docentes e discentes, a respeito da (in)disciplina escolar contextualizando aspectos políticos e sociais, abordados na pesquisa. Inferindo sobre a importância do resgate histórico por meio dos sujeitos que vivenciaram os fatos, que participaram da tecitura da história que se pretende desvelar, ou mesmo, construir. Consoante com o pensamento de Ciavatta (2005), de que é imprescindível que os sujeitos conheçam e entendam a sua história, reconstituindo e preservando a memória, reconhecendo-se como sujeitos que possuem uma história e identidade própria, que deve ser respeitada em qualquer processo de mudança. Assim busca-se alcançar o objetivo de construir, ou desvelar a história do IFC, no período relatado, focando na (in)disciplina, em regime de internato, no período de regime militar; procurando contribuir para a história da educação profissional e tecnológica como um todo, e em particular na escola pesquisada. Pensando que a história pode ser escrita e contada por qualquer um dos lados de quem a viveu, e conhecida por todos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; História; Cultura Escolar; Indisciplinada Escolar; Escolas Agrícolas; Internato.

HISTÓRIAS DE (IN)DISCIPLINA: TECENDO A HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS CONCÓRDIA (1965-1975)

Shyrlei Karyna Jagielski Benkendorf*

Reginaldo Leandro Plácido

*IFC - E-mail: shyrlei.benkendorf@ifc.edu.br

O presente trabalho é um projeto de pesquisa que objetiva construir a narrativa da história institucional escolar do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Concórdia, pelo olhar da (in)disciplina, tendo como recorte temporal os anos de 1965 a 1975 (período de criação e fixação da escola). Nesta pesquisa a (in)disciplina será analisada em diferentes espaços da instituição escolar, mas de forma especial no internato. Será feita uma pesquisa documental, em arquivos oficiais, particulares, além da busca de objetos e fotos que possam contribuir para esse resgate. Ainda, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com ex-alunos e ex-servidores, contemporâneos ao período estudado. A pesquisa, do ponto de vista metodológico, é de abordagem qualitativa e utiliza-se da meso-análise para o estudo da instituição escolar. Parte-se de uma contextualização macro das políticas nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), da concepção da criação das escolas agrícolas, reproduzindo um modelo de escola padronizada no País, atreladas à Revolução Verde, ao regime político militar, e aos acordos MEC-USAID (United States Agency for International Development.). No aspecto micro, trabalha-se com o internato e que é característica histórica da criação da escola. A meso-abordagem irá questionar de que forma os atos indisciplinados cometidos pelos alunos, corroboram, ou não, com o modelo de escola agrícola, concebido no período em questão. Após realizar a pesquisa e construir a narrativa da história do IFC campus Concórdia entre 1965 e 1975, com foco na indisciplina, pretende-se desenvolver como produto educacional um Museu Virtual da (In)disciplina, com o intuito de contribuir para a história e memória da instituição, retratando um aspecto que até então não havia sido contado. Tal retrato se dará por meio do resgate informacional que será realizado, e que servirá para os alunos compreenderem que cultura permeia a escola atualmente. Além disso, proporcionará uma reflexão por parte dos docentes e discentes, a respeito da (in)disciplina escolar contextualizando aspectos políticos e sociais, abordados na pesquisa. Inferindo sobre a importância do resgate

histórico por meio dos sujeitos que vivenciaram os fatos, que participaram da tecitura da história que se pretende desvelar, ou mesmo, construir.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; História; Cultura Escolar; Indisciplina Escolar; Escolas Agrícolas; Internato.

OS ESTUDOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES EM MATERIAIS DIDÁTICOS DE ENSINO RELIGIOSO DO RIO GRANDE DO NORTE: POR UMA FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA

Valdicley Euflausino da Silva*

*UERN - E-mail: valdicley_bambucha@yahoo.com.br

A presente investigação apresenta uma análise dos estudos africanos e afrodescendentes em materiais didáticos de Ensino Religioso do Rio Grande do Norte. Historicamente, o Componente Curricular que envolve mais conflitos no sistema educacional público brasileiro é o Ensino Religioso. Contudo, desde a postura didática e pedagógica tomada a partir do final dos anos de 1990, a área de conhecimento, herdeira direta do período colonial, busca desvincular a postura confessional e abordar os sistemas religiosos e de crenças em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, desde a década de 1970, dentro dos processos formativos de professores de ER do Estado do RN, foram produzidos materiais didáticos como subsídios pedagógicos para a formação de professores e a consequente elaboração didática das aulas. Os objetos pedagogos produzidos foram: A Cartilha de Deus (1981), a Proposta Curricular de Ensino Religioso (1994), os Cadernos Pedagógicos de Ensino Religioso, em seus volumes I e II (2001. 1º edição) e os Cadernos Pedagógicos de Ensino Religioso, em seus volumes I e II (2009. 2º edição). A analítica empreendida constatou que as lacunas existentes acerca das temáticas africanas e afrodescendentes são imensuráveis em todos os objetos pedagógicos. A Cartilha de Deus, a Proposta Curricular de Ensino Religioso e os Cadernos Pedagógicos de Ensino Religioso (2001) não apresentem nenhuma menção em relação aos estudos das ancestralidades negras. Encontram-se algumas perspectivas sobre as temáticas na segunda edição dos Cadernos Pedagógicos de Ensino Religioso (2009). Contudo, é notória a deficiência de informações básicas

sobre os conhecimentos africanos e afro-brasileiros. As conclusões apontam que apesar de implementadas as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a inserção da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos de ensino, os materiais didáticos apontam epistemicídios, ou seja, apagamentos e silenciamentos acerca das produções de conhecimentos das ancestralidades dos múltiplos povos negros e afrodescendente. Deste modo, buscamos dentro do horizonte crítico-analítico desvincular as posturas de apagamentos históricos e culturais dos materiais didáticos de ER do RN, acenando para uma postura antirracista em prol de práticas e materiais formativos que indique noções mínimas sobre questões da ancestralidade africana e afrodescendente para a formação do docente em ER no Estado.

Palavras-chave: Estudos africanos; Estudos afrodescendentes; Materiais didáticos; Ensino Religioso; Antirracismo.

O CONHECIMENTO LINGUÍSTICO E A APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO.

Vinícius Silveira Borba*

*IFSul - E-mail: viniciussilveiraborba@gmail.com

Este estudo tem como objetivo contribuir com as discussões que envolvem a educação de jovens e adultos, realizada com os cursos vinculados ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). O presente texto é um relato de experiência que descreve procedimentos e encaminhamentos que contribuíram de forma relevante para o tema da inclusão no espaço escolar, a partir de duas abordagens: o conhecimento linguístico e a apropriação de tecnologias digitais. Segundo António Nóvoa (2009), no atual cenário da sociedade, o professor volta a ganhar visibilidade, atribuindo-se a ele não somente a responsabilidade pela promoção de aprendizagens, mas também o papel de um dos principais protagonistas das mudanças esperadas pela sociedade na atualidade. Neste sentido, o relato apresenta o estudo de caso do Curso Técnico Integrado em Desenho de Construção Civil ofertado pelo IFSul - Campus Charqueadas, onde em um método indutivo, os dados coletados através

de observações, consultas em produções acadêmicas e avaliações de procedimentos didáticos foram analisados e relações foram estabelecidas entre as conclusões obtidas e as afirmações feitas por teóricos da área da educação. No tocante ao aprendizado linguístico foi observado que a discrepância entre a linguagem empregada pelos locutores e ouvintes em sala de aula interfere na compreensão do conteúdo, prejudicando a aprendizagem e a sensação de pertencimento. Ainda, sobre o processo de inclusão digital na educação profissional integrada à EJA, quando integrado ao aprendizado de outros conteúdos, torna-se mais eficiente, contribuindo para o empoderamento dos estudantes. Assim, evidencia-se a importância de refletir, relatar e publicar a práxis da docência para contribuir com a construção do conhecimento na área da educação de jovens e adultos e, também, para o fortalecimento desta política educacional, fundamental para o resgate da cidadania em nosso país.

Palavras-chave: PROEJA; Inclusão digital; Linguística; Relato de experiências; EJA.

DA ESCOLA NORMAL À ESCOLA DOMÉSTICA: EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DA PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA NO RIO GRANDE DO NORTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Vitória Diniz de Souza*

Azemar dos Santos Soares Júnior

*UFRN - E-mail: vitoriaddesouza@gmail.com

No início do século XX, as possibilidades para a profissionalização feminina não eram muitas, apesar de trabalharem, a labuta feminina não era visto como “profissional” (PERROT, 2005). Apesar disso, diversas transformações vinham ocorrendo nas relações de trabalho proporcionando um “abrandamento” da rigidez dos papéis de gênero e uma maior inserção das mulheres no mercado produtivo. No caso do Rio Grande do Norte, três instituições foram fundamentais nesse processo, a Escola Normal do Natal (1908), a Escola Normal de Mossoró (1922) e a Escola Doméstica (1914). O objetivo desse trabalho é fazer um estudo

comparativo entre essas três instituições e como elas ofereceram distintas possibilidades de profissionalização feminina no Rio Grande do Norte no início do século XX. Nesse sentido, foram selecionadas como fontes: a legislação educacional do período, como o a Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916, que reorganizou o ensino primário, secundário e profissional, e as Mensagens do Governo do Estado entre 1906-1930. Assim sendo, foi estabelecido o diálogo com a bibliografia acerca dessas instituições para discutir sobre os impactos da atuação dessas escolas na educação profissional de mulheres e as possibilidades de empregabilidade. Dessa maneira, como metodologia, foi realizada uma análise de discurso, a partir das leituras Michel Foucault (2008). Além disso, a partir da leitura de Guacira Louro (2003; 2008; 2019), foi adotada a abordagem dos estudos de gênero para entender como as definições da categoria “mulheres” se articulavam nesse período. Portanto, foi possível perceber que apesar do Curso Normal e do Curso Doméstico seguirem propósitos distintos, havia a abertura para suas ex-alunas encontrarem-se como colegas de trabalho. Para a Escola Normal, a principal possibilidade era o magistério, seu alcance foi grande, produzindo professoras para diversos lugares do Estado, tanto a Escola Normal de Natal como a Escola Normal de Mossoró. Enquanto isso, no caso das “donas de casa” da Escola Doméstica o enfoque era a administração doméstica, porém, algumas delas atuaram no magistério, como professoras de Economia Doméstica no ensino regular, bem como, na própria Escola Doméstica. Com efeito, essas instituições puderam oferecer possibilidades de inserção no mercado produtivo para as mulheres. No entanto, elas ainda estavam relacionadas a uma normalização da existência de “profissões femininas”, marcadas pela rigidez entre o que era considerado “trabalho feminino”, em contraposição, ao suposto “trabalho masculino”.

Palavras-chave: Profissionalização feminina; Gênero; Escola.

4.

GT 04 – INTELECTUAIS E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PRODUÇÃO ACADÊMICA EM PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA APOIADA NA ANÁLISE DE CONTEÚDO.

Adriano dos Santos Moraes*

*IFBA - E-mail: adriano.moraes2013@gmail.com

Com o objetivo de avaliar em que medida a Teoria da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), em seus elementos teóricos e históricos, colabora com a função social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, realizou-se uma criteriosa revisão integrativa de literatura na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os temas de pesquisa sobre a Pedagogia Histórico-Crítica foram analisados em 55 artigos publicados em 32 periódicos e classificados nas categorias: Fundamentos Teórico-Methodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica, Concepção e Desenvolvimento de Currículo Escolar, Ensino e Aprendizagem na Atividade Pedagógica, Dimensões filosóficas da Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Cidadania, Educação e Desenvolvimento Econômico, Educação Escolar para Alunos com Deficiência Intelectual, Educação Pública como Direito Social, Formação Continuada de Professores, Pedagogia Histórico-Crítica e Movimentos Sociais e Tecnologias da Informação e da Comunicação; nos métodos: qualitativos (89%), quantitativos (7%), qualiquantitativos (4%), e nos níveis de análise: micro-nível (27%), médio alcance (“33%”), e macro-level (40%). A literatura pesquisada evidenciou que a formação do trabalhador exige

que se estabeleça uma articulação entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho. Entretanto, no momento histórico atual, as políticas para a educação profissional e tecnológica colocam-se para além do fator econômico. Daí a relevância de buscar relacionar as variáveis educação e trabalho, em busca de novas políticas de inclusão social país. Neste contexto, concluiu-se que a Pedagogia Histórico-Crítica constitui-se em um instrumento válido para que educadores compreendam a educação como possibilidade de contribuir para o processo de transformação da sociedade, diante da necessidade de discutir o contexto contemporâneo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, na medida que a Pedagogia Histórico-Crítica busca expor o modo como as relações de poder e desigualdade (social, cultural e econômica) se manifestam das mais variadas formas e são postas em questão na educação formal e informal.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica; Educação Profissional e Tecnológica; Revisão Integrativa de Literatura e Tendências Pedagógicas.

FERNANDO DE AZEVEDO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS INTERFACES COM O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Breno Pereira Machado*

*UEPG - E-mail: brennopereira94@hotmail.com

Este estudo tem por objetivo analisar a história da educação profissional a partir de Fernando de Azevedo na primeira metade do século XX, momento em que o intelectual defendeu e projetou a necessidade uma educação profissional no intuito de contribuir com processo de modernização nacional. Dessa forma, questionou-se: qual o papel das escolas públicas profissionais na história da educação brasileira? Quais os sentidos atribuídos por Azevedo em relação à educação profissional no Brasil? As fontes para o estudo se constituem, especialmente, no discurso pronunciado por Fernando de Azevedo intitulado: As bases e diretrizes da reforma (1927) e a conferência Educação profissional e a Reforma (1931), organizados na obra Novos caminhos e novos fins (1958) e o próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Para tanto,

adotou-se a História dos conceitos (Begriffsgeschichte), do historiador Reinhart Koselleck, para compreender a historicidade e os sentidos da educação profissional para o intelectual na reforma promovida no Distrito Federal (1927-1931). Dessa forma, percebeu-se que houve intensa necessidade de mão obra especializada e sintonizada ao trabalho industrial durante o período republicano, pois apregoava-se a necessidade da disseminação de novos princípios, técnicas, habilidades profissionais que conduzissem o desenvolvimento nacional. Assim, a Reforma Educacional promovida por Azevedo no Distrito Federal (1927-1931), atrelada aos princípios da Escola Nova, buscou incluir após a conclusão do ensino primário a escolha de cursos profissionalizantes para o refinamento e preparo juvenil, tendo em vista o seu exercício profissional dos estudantes, em acordo com as suas habilidades vocacionais. Apesar da defesa da tentativa para a importância da profissionalização, mas que priorizasse a formação integral humana, ou seja, o aprimoramento dos sentidos e ao que daria sentido e valor à vida humana, bem como a própria criação e sensibilização artística dos estudantes. Ressalte-se, que a formação de professores teve expressiva relevância ao advogar a importância da qualificação docente para o ensino nas escolas públicas, atentando a importância do constante processo de formação profissional dos docentes a partir de cursos de extensão, aperfeiçoamento profissional e, também, a partir da pesquisa científica e desinteressada a fim de contribuir com a rota de desenvolvimento e modernização nacional que se almejou no contexto internacional e brasileiro do século XX.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Fernando de Azevedo; Ensino; Formação de professores.

“AO CORRER DA PENA”: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PENSAMENTO DO INTELCTUAL FRANCISCO LINS

Daise Silva dos Santos*

*UERJ - E-mail: daisesilva90@hotmail.com

Compreender o pensamento de Francisco Lins (Ubatuba/MG, 09/05/1866 - Juiz de Fora/MG, 20/04/1933) quanto à educação profissional é o objetivo

deste trabalho. Embora relegado ao esquecimento pela Historiografia da Educação, outrora esse intelectual teve intensa atuação nas letras, no jornalismo e na educação. Teve sua vida marcada pela experiência de viagem à Europa, entre 1911 e 1917, na qual foi comissionado pelo governo mineiro para estudar e visitar instituições primárias e profissionais na França, Alemanha, Suíça, Bélgica e Itália. No Velho Mundo, frequentou a primeira turma do Institut Jean-Jacques Rousseau, fundado por Édouard Claparède, em 1912, e que, nos anos seguintes, se tornaria um grande centro de estudos da infância, atraindo educadores de todo o mundo e contribuindo na difusão das ideias da Escola Nova. Antes dessa experiência, havia publicado uma série de crônicas sobre o título "Ensino Profissional" no Correio de Minas, em 1896, e teceu considerações sobre uma visita a uma escola de agronomia de Juiz de Fora, na coluna "Cartas da Roça", do jornal O Pharol, em 1892. Quando retornou de viagem, legitimado enquanto especialista do ensino, escreveu sobre suas propostas de reforma para a educação nacional. Em artigos e crônicas nos periódicos O Paiz (1924), Revista do Ensino de MG (1927) e Minas Geraes (1929-1930) a temática da educação profissional apareceu com mais frequência. Debruço-me nesta investigação sobre essas produções, a fim de entender as ideias que desenvolveu sobre o assunto. Trabalho com a perspectiva de Roger Chartier (1990) de que a compreensão de qualquer texto depende da maneira como chega ao leitor, desse modo, busco entender o uso, a materialidade e a forma como esses textos circularam. Dialogo com os estudos das viagens de pedagógicas, que entre meados do século XIX e início do século XX, foram amplamente utilizadas como estratégia para conhecimento de novas ideias, métodos e modelos (GONDRA e MIGNOT, 2007), e com a historiografia que trata as reformas educativas dos anos 1920 e 1930, de modo a entender o contexto em que o pensamento de Francisco Lins foi elaborado e as possíveis influências recebidas. Noto, a partir da análise, que, em um primeiro momento, seu interesse era tratar o ensino profissional-agrícola, envolvido pelas ideias do movimento ruralista que visava uma formação para o trabalho e desenvolvimento do país considerado "essencialmente agrícola". Posteriormente, inserido no contexto de reformas educativas dos anos 1920, caracterizado por um "entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico" (NAGLE, 1974) e influenciado pelas ideias escolanovistas, pensa o educação profissional associada ao ensino prático das instituições primárias, visando à identificação de aptidões e orientação profissional. Nessa formulação, os professores teriam um papel fundamental, sendo a formação desses também tematizada pelo intelectual.

Palavras-chave: Viagens Pedagógicas; Escola Nova; Instituto Jean-Jacques Rousseau

EJA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Emmily Daiane da Silva, Francisco Ribeiro Vianna*

*UFPB - E-mail: emmilyeds22@gmail.com

A partir da concepção de que o indivíduo é um ser social inacabado, portanto carente da interação social para a construção de seu projeto de humanização, configura-se a educação como a grande mediadora deste processo. Com fundamento nessa concepção, este estudo tem como objetivo discutir a Educação de Jovens e Adultos à luz da Educação em Direitos Humanos que com sua abrangência, compreende em seu cerne diversos procedimentos educacionais, balizados por ideias que visam a autonomia do sujeito e a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. A importância e a urgência de discutir e de educar em e para os direitos humanos mais do que nunca, se torna imperiosa. A partir de análises de conjuntura da realidade atual, somos conduzidos a perceber que a prática de uma pedagogia que contribua para a conscientização do sujeito é o caminho para um futuro de respeito aos direitos humanos e ao planeta, configurando-se tal pedagogia como mediadora de conflitos através do diálogo. Como desenvolvimento do trabalho, em um primeiro momento, será apresentado o caminho metodológico percorrido. Em seguida, como fundamentação teórica, serão apresentadas algumas concepções, tendências e perspectivas da EDH, assim como uma conceituação acerca da EJA - Educação de Jovens e Adultos. Como resultados e discussão será apresentada a experiência de educação popular Quarentas Horas de Angicos/RN, como exemplo de uma prática educacional exitosa, baseada no respeito às pessoas como sujeitos de direitos. E por fim, seguirão as considerações finais. O nosso estudo encontra-se fundamentado em Freire (2011), Lyra (1996), Mara (2013), e nas reflexões de Carvalho (2012), entre outros. O que se espera desse estudo é que ele possa contribuir de alguma forma para uma reflexão crítica acerca de uma educação que não esteja subjugada aos ditames do mercado, que valorize os sujeitos e o planeta, como casa de todos e todas, igualmente. Priorizando os temas centrais deste estudo, o trabalho se deu a partir da pesquisa qualitativa, apropriando-se de fontes

bibliográficas. Para isso foi realizado um levantamento de livros e artigos acadêmico dando prioridade ao contexto autoral da própria Universidade Federal da Paraíba. Buscamos na biblioteca Central da UFPB e em sites confiáveis as fontes necessárias para a elaboração do trabalho. Essa fase foi sucedida de leituras, discussões, análises e sistematizações. Circunstanciado pelo horizonte histórico cultural, este trabalho parte da concepção de que o ser humano nasce humano e ao longo de sua existência, numa perspectiva de construção e desconstrução, enquanto projeto existencial, vai se humanizando, e essa realização acontece mediante sua interação com o meio. Nesse sentido, compreendemos que para isto vir a ocorrer, a educação configura-se como mediadora. Dito isto, compreendemos que um dos caminhos, que como prática, contribui incisivamente para essa humanização é a EDH, uma vez que assume como seu papel fundamental a compreensão e a aplicação dos direitos humanos. Diante do exposto, educar para os direitos é um grande desafio, pois a EDH contrapõe-se às estruturas sociais atuais, que baseadas numa lógica de mercado, se manifestam frequentemente na forma de exclusões, discriminações, violações, desrespeitos às diferenças, ignorando a dignidade do ser humano em sua história e formação. Em detrimento dessa realidade, a história vem mostrando que a luta pela defesa da dignidade humana, através da educação, tem ocupado espaços. Exemplificando, é válido fazer uma alusão à década de 1960, mais precisamente ao ano de 1963, que foi fortemente marcada pelo surgimento das reformas de base, que traziam como alicerce uma mobilização popular tanto em relação ao Campo, tomando como exemplo as lutas pela reforma agrária feitas pelos Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas, como também os movimentos pela educação popular, a qual no desenvolvimento das iniciativas para uma alfabetização de jovens e adultos destacaram-se em Natal a campanha criada pelo prefeito Djalma Maranhão "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", em João Pessoa-PB a campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a emblemática pedagogia dialética desenvolvida em Angicos cujo idealizador é conhecido como Paulo Freire. Nesse sentido, elucida Lyra (1996) que: "No início da década de 60, vivia-se no Brasil um clima de entusiasmo e a esperança de um tempo de liberdade e desenvolvimento. O país se industrializava e modernizava. Brasília, a nova capital. A seleção ganhará a Copa do Mundo (1958). O cinema, o teatro e a literatura florescem. A bossa nova revoluciona a concepção da música brasileira [...]". (LYRA, 1996, p. 14). Sendo assim, é importante analisar que o próprio contexto da época favorecia para o desenvolvimento das mobilizações das camadas populares, e por isso foram surgindo esses movimentos voltados para a educação, que tinham como cunho primordial a alfabetização de jovens e

adultos. Remetendo-se a experiência de educação popular que ficou conhecida não só o Brasil, mas internacionalmente, como 40 Horas de Angicos, é válido elucidar a importância da rememoração do projeto idealizado por Freire, o qual visava não apenas a alfabetização, mas também a conscientização de uma população marginalizada da sociedade da época. A luz dessas reflexões, pode ser atrelada a essa linha de pensamento uma das importantes influências e heranças da educação de Paulo Freire na atualidade, que se refere ao EJA (Educação de Jovens e Adultos), o qual seguindo a concepção de Mara (2013), surgiu em base ao fim do Mobral em 1985, visando à alfabetização de jovens e adultos, porém sem a utilização da pedagogia dialógica de Freire, que: [...] Deu lugar para a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização de EJA. Com a promulgação da constituição de 1988 o estado aumentou o seu compromisso com a educação de jovens e adultos. Na década de 1990 incumbidos pelo governo ocorreram parcerias entre Ong's (organizações não governamentais), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais, em prol de melhorias da educação de jovens e adultos, sendo a EJA registrada e intitulada como "Boletim de ação Educativa" (MARA, 2013, p. 18). Assim, o mesmo define-se como uma modalidade de ensino amparada por lei que abrange aqueles indivíduos que por algum motivo não tiveram acesso a um ensino regular na idade adequada. Nesse sentido, o objetivo central do EJA é solucionar ou amenizar algumas questões sociais como a marginalização e a exploração daqueles indivíduos que por não terem tido acesso à educação, se sentem e são excluídos da sociedade, ou seja, é uma proposta que favorece a inclusão econômica, social e política dos indivíduos. Por esse viés, é importante ressaltar o papel do professor que na modalidade EJA é colocado como um mediador da pedagogia dialógica que gera a curiosidade e instiga o aluno a problematizar a sua realidade, para que ele consiga relacionar o seu cotidiano com o que está sendo estudado em um processo em que a conscientização vem primeiro que a alfabetização mudando totalmente a visão do trabalhador que começa não apenas a ser enxergado, mas a enxergar-se como um trabalhador/cidadão. Nesse sentido, apontamos como exemplo bem sucedido de experiência de Educação em Direitos Humanos, o Projeto de educação popular desenvolvido no Rio Grande do Norte em 1963, conhecido como Quarentas Horas de Angicos. Nele, podemos identificar saberes e práticas que estimularam comportamentos de justiça, equidade, respeito e paz. O projeto de Angicos foi desenvolvido não apenas para reduzir o índice de analfabetismo, que já se encontrava em torno de aproximadamente 70% nessa região, mas principalmente, para proporcionar que essa população pudesse se tornar participante na

sociedade, visto que a partir do acesso aos debates e às formas de conhecimento apresentadas, ela iria desenvolver sua capacidade de reflexão a partir do senso crítico, ou seja, não seria mais considerada como “massas”, mas por outro lado, estaria atuando como cidadã na sociedade, tendo voz, questionando e sendo ciente dos seus direitos de cidadania. Entretanto, face a esse projeto educacional, foram surgindo vários questionamentos que se embasavam em uma questão - Como chamar de projeto educacional, um projeto em que os participantes ao final do percurso sabiam apenas escrever frases curtas? - E a resposta a essa indagação encontra-se justamente na intenção do projeto, pois como já foi explicado anteriormente, a intenção além de educar e alfabetizar era a de conscientizar os indivíduos participantes, de forma que eles não se sentissem mais excluídos da sociedade letrada e assim, a partir do pensamento crítico desenvolvido, pudessem exercer sua cidadania, mudando totalmente a visão que se tinha dessa população que antes era analfabeta e vista como uma “massa” única e agora seria percebida como cidadã participante das decisões da sociedade. Esse desenvolvimento do senso crítico do indivíduo que gera sua capacidade de reflexão se dá a partir da inovação da proposta trazida pelo método de Paulo Freire(2010), numa perspectiva de educação problematizadora, somada a uma ação política e cultural para a liberdade, fazendo uso dos círculos de cultura como elemento principal do processo de ensino-aprendizagem. Em relação a isso, pode ser feita uma alusão às escolas tradicionais, nas quais são colocadas as cartilhas como elemento fundamental do processo de aprendizagem, da visão que se tem do professor como um ícone dono de uma verdade única, imutável e absoluta, além da visão que também se tem do aluno que é visto como bloco único e homogêneo, cuja função é apenas ser um receptáculo de informações, reproduzindo sempre aquilo que o professor dita como correto. É nesse sentido que o método utilizado por Freire nos círculos de cultura, em que as salas de aula eram vistas como um espaço onde era desenvolvido o debate que dava origem ao processo de alfabetização e conscientização, em que os alunos aprendiam a discutir sobre assuntos relevantes do seu cotidiano, aprendiam a questionar, modificar e renovar, colaborando assim para a emancipação própria e da sua conscientização política. Assim, os alunos não eram vistos mais como um receptáculo de informações e tão pouco como um bloco de massa homogênea, mas começavam a ser enxergados como cidadãos e como pertencentes de um todo capaz de melhorar a realidade a partir da capacidade de refletir. Então, surgia uma nova configuração da instituição escolar, onde as experiências dos alunos eram colocadas como fundamentais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, em que pela

primeira vez os conteúdos ministrados pela escola ultrapassavam seus muros e refletiam na realidade. Era uma espécie de educação não apenas voltada ao contexto escolar, mas voltada para a vida. É justamente por essa proposta ser de caráter emancipatório, assumindo características de uma educação voltada para os Direitos Humanos, que proporcionam a capacidade de reflexão ao indivíduo, que ela foi destruída logo no início da ditadura militar. Nesse momento, atentamos para a realidade da nossa sociedade, que tem se configurado pelos princípios da classe dominante, em que o trabalhador é considerado como objeto, cuja única função é ser explorado para gerar valor e para que isso ocorra, ele não poderá ter consciência e nem tão pouco capacidade para refletir. Por isso, muitos participantes dos Círculos de Cultura sentiam-se amedrontados pela repressão que sofriam, sendo obrigados a queimar todo o seu material, visto que o projeto conhecido atualmente como 40 Horas de Angicos ameaçava a hierarquia e a ordem vigente na época. Portanto, é notório que o projeto conhecido como 40 Horas de Angicos, desenvolvido a partir do método cujo mentor foi o professor Paulo Freire, possuiu no passado e ainda possui total relevância na sociedade atual do século XXI. Considerando que o projeto representava não apenas uma forma de alfabetização, mas também uma via de conscientização e produção da consciência crítica do indivíduo, buscou desenvolver a capacidade de pensar, questionar e refletir acerca dos aspectos vigentes da sociedade, o que o coloca como uma experiência em e para os Direitos Humanos. Nesse sentido, influenciou a criação do EJA, como uma perspectiva libertadora que traz ao indivíduo analfabeto, sendo ele jovem ou adulto, uma perspectiva de saída da obscuridade da falta de conhecimento, ou seja, contribuiu para a transformação de indivíduos assujeitados em sujeitos conhecedores dos seus direitos e deveres, portadores de cidadania.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Quarenta Horas em Angicos;

O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL (1937-2005): UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA OBRA DE LUIZ ANTÔNIO CUNHA

Idinaria Faustino Pereira*

Luciano Francisco dos Santos; Joilson Silva se Sousa

*IFRN - E-mail: idinariafaustino@yahoo.com.br

O artigo tem como objetivo tecer uma breve revisão historiográfica sobre a trajetória do Ensino Profissional no Brasil, alinhado às leituras acerca da História da Educação. O recorte temporal inicia-se com o golpe de Estado dado por Vargas, a saber, em 1937, que deu origem ao Estado Novo e culmina com os novos caminhos institucionais que ocorreram na virada do século, dando ênfase as disputas político-ideológicas que permeiam o Ministério da Educação, marcada pelo predomínio das forças políticas conservadoras e reacionárias que propiciaram desenvolvimento do Sistema S, embora essa dualidade estrutural seja uma constante na qual está circunscrita a trajetória da educação profissional no Brasil. Desse modo, partimos da seguinte indagação norteadora: Quais os caminhos percorridos pela educação profissional na narrativa histórica de Luiz Antônio Cunha? Metodologicamente, o trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, sob o enfoque de uma revisão historiográfica, analisando com isso – “O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo” conforme as pesquisas de Cunha (2005). Em síntese, destacamos que as velhas e novas dualidades que marcam as políticas educacionais causam avanços e retrocessos que comprometem o desenvolvimento pleno da educação no país. Nesse sentido, defendemos que a Educação Profissional precisa ser concebida e compreendida não apenas como uma modalidade de ensino, mas também, como a formação profissional e como área de conhecimento do científico que parte da relação mundo-trabalho, destacando as relações sociais, históricas, políticas e econômicas nos diferentes tempos e espaços da humanidade.

Palavras-chave: Ensino Profissional. História da Educação. Revisão de Literatura.

A INAUGURAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA NACIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DO DISCURSO DO INTELLECTUAL GUSTAVO CAPANEMA (1944)

Isabela Cristina Santos de Morais*

Maria Inês Sucupira Stamatto

*UFRN - E-mail: isabelacristinasm@gmail.com

O presente artigo propõe-se a analisar o discurso pronunciado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema em virtude da inauguração da escola técnica nacional. Formado pela faculdade de Direito de Minas Gerais em 1923, vinculou-se ao grupo de “intelectuais de rua da Bahia” iniciando sua vida política em 1927, como vereador de sua cidade natal. Apoiador de Getúlio Vargas, recebeu o cargo de Ministro de Educação, sua gestão teve como elementos marcantes a centralização a nível federal da educação e saúde. O objeto de estudo consiste na análise do artigo intitulado “discurso pronunciado pelo ministro Gustavo Capanema na solenidade de inauguração da escola técnica nacional a 7 de outubro de 1944”. Como principal fonte de pesquisa, utilizamos a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), periódico onde foi publicado o discurso de Capanema ora em análise. A RBEP, era editada e publicada sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação. O presente trabalho está inserido na perspectiva de pesquisas no campo da História da Educação. Pautamos nossa estrutura teórico metodológica a partir do conceito de intelectual de Sirineli (2003), a circulação de ideias a partir de Chartier (1990) imprensa pedagógica Nóvoa (1997) e Catani (1997). A título de conclusão, nossas considerações incidem na importância da realização deste artigo, que nos possibilitou a compreensão da importância da educação profissional e do que esta representava para o contexto sócio-educacional dos anos 1940, percebendo como esta estava posicionada perante o governo da época e como os intelectuais da educação a avaliavam e buscavam a sua implementação e difusão.

Palavras-chave: Educação Profissional; História da Educação; Intelectuais

ABEL JUVINO DE PAES BARRETO: UM ENGENHEIRO-EDUCADOR NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL (1909–1937)

Juan Carlo da Cruz Silva*

Olivia Moraes de Medeiros Neta

*IFRN, UFRN - E-mail: juansolideo.jc@gmail.com

O presente trabalho tem o intuito de analisar a vida e as práticas do engenheiro-educador Abel Juvino de Paes Barreto como professor de Desenho da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal durante a Primeira República. O trabalho encontra-se na interface entre História dos Intelectuais, História da Educação Profissional e História das Disciplinas Escolares, alicerçando-se na noção de Engenheiro-educador enquanto substantivo próprio e epistêmico, qualificando o engenheiro em sua prática educativa, que manifesta seu lugar de fala e seu engajamento aliados à história pessoal e profissional. A partir da produção da historiografia da educação norte-rio-grandense referente a Primeira República, bem como de artigos do jornal A República e fontes documentais das instituições educacionais onde atuava Abel Juvino de Paes Barreto, em particular na formação dos aprendizes artífices, buscamos indícios da vida e prática deste engenheiro-educador. Pela interface das fontes com os estudos de Medeiros Neta e Leite, assim como das ideias e conceitos de Chervel, Certeau, Chartier e Sirinelli, ressalta-se que o engajamento, a rede de sociabilidades e a formação do engenheiro influenciou suas decisões e práticas profissionais e que estas promoveram, no interior da escola profissional onde atuava, a consolidação de uma representação acerca da disciplina que leciona - o Desenho - numa ação de aculturação de massas segundo as finalidades do Desenho e da Educação Profissional em seu tempo. Os estudos apontam que a atuação do professor Abel Barreto, enquanto docente teve papel central no processo de constituição das finalidades reais do ensino de uma disciplina, e estabeleceu uma aculturação do Desenho que é distinta da representação estabelecida pelo Estado brasileiro para a Educação Profissional no âmbito das Escolas de Aprendizizes Artífices que esteve mais fortemente ligada à sua própria formação e engajamento sócio político.

Palavras-chave: Desenho; Disciplina Escolar; Engenheiro-educador; Escola de Aprendizizes Artífices; Formação Docente.

A RECUSA DA ESCOLA E A SAUDADE DO ENGENHO

Juscelino Barros da Silva Filho*

*UFRN - E-mail: juscelinobarrosfilho@yahoo.com.br

Pretendemos analisar algumas significações espaciais literárias. O espaço escolar no romance de José Lins do Rego, *Doidinho* (1933), apresenta significações espaciais relacionadas a uma visão de mundo senhorial das elites Nortistas. Nossa pretensão é problematizar tais significações presentes em romances que foram elaborados na temática memorialística da educação dos primeiros anos de José Lins, e na medida do possível também relacionamos com a produção de alguns intelectuais do Nordeste. Mostraremos as relações de poder e de saber relacionadas a emergência de um discurso pejorativo do espaço escolar da infância, em especial, a partir de uma análise da literatura de José Lins do Rego. A análise das dimensões simbólicas dos espaços requer o princípio da historicidade. Os significados atribuídos a uma espacialidade são forjados sempre a partir de dadas condições históricas, produzidas em determinados momentos. Um ambiente histórico está sempre proporcionando espacialidade. Podemos tratar a dimensão simbólica dos espaços analisando não só as imagens construídas ou seus significados, mas, sobretudo, o ambiente onde foram construídas. Investigar os espaços é também reconstruir as condições de possibilidade que permitiram suas valorações de uma determinada maneira. Pretendemos partir destas literaturas e desses simbolismos para pensar uma determinada sensibilidade saudosista do passado senhorial do ponto de vista político. Tal pesquisa tem por objetivo fazer uma história das mentalidades e das sensibilidades. A conclusão deste artigo nos leva a pensar na relação que os espaços literários possuem com as relações de poder travadas no ambiente histórico de quem as elaborou, as significações espaciais sejam elas ficcionais ou não fazem parte da teia de relações sociais que estamos inseridos. Os significados que damos aos espaços, nos servem até mesmo como parâmetros referenciais aos nossos passos, servindo então como base para nossas ações.

Palavras-chave: Espaço; Escola; Construção Simbólica.

MONITORIA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO/CE/UFPB (2013-2016): HISTÓRIAS E NARRATIVAS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE E CIENTÍFICO

Kilma Cristeane Ferreira Guedes*

Felipe Cavalcanti Ivo; Maria Elizete Guimarães Carvalho

*UFPB - E-mail: kilmacristeane@uol.com.br

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as histórias e memórias de graduandos monitores do projeto intitulado "Os Fundamentos da Educação e sua Relevância para formação das Licenciaturas", com ênfase na disciplina História da Educação II, vinculado ao Departamento de Fundamentação da Educação – DFE/CE/UFPB, no período compreendido entre 2013 a 2016. O Projeto tem como pressuposto a relevância para a formação e desenvolvimento do trabalho docente e científico no Estado da Paraíba. Carvalho e Ivo (2020) afirmam que tais práticas monitoriais corresponderam a uma espécie de laboratório de posturas docentes e ao desenvolvimento científico para os alunos inexperientes. Utilizamos, para esse estudo, a revisão bibliográfica, tendo como embasamento teórico para análise e reflexões, estudiosos da Nova História, como Motta (2012), que aponta a concepção da História do Tempo Presente; Le Goff (1994) e Halbwachs (1990), que discutem a Teoria da Memória como forma de reconhecimento dos sujeitos sócio-históricos, os “novos” protagonistas e produtores de histórias, e também, fontes documentais, como Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, trabalhos resultantes de monitoria divulgados em eventos como o Encontro Nacional de Iniciação à Docência-ENID, em que se encontram memórias e histórias de graduandos sobre o exercício da monitoria. Como resultado, verificamos o fortalecimento dos monitores para o exercício do trabalho docente, bem como, a constatação de alguns participantes no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), percebendo a importância do projeto monitorial, que também contribui para o progresso científico. Nesse sentido, evidenciamos o apoio do projeto para a formação e desenvolvimento acadêmico de futuros professores e pesquisadores, com intuito de subsidiar um exercício profissional qualificado.

Palavras-chave: Memórias; Práticas Monitoriais; Trabalho docente e científico.

A INTERIORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: BUSCANDO ELEMENTOS PARA POSSÍVEL MAPEAMENTO DOS CURSOS NORMAIS (1908-1958)

Luciene Chaves de Aquino*

*UFPB - E-mail: lucienecaquino@hotmail.com

Este estudo tem por objetivo refletir sobre o processo de interiorização dos cursos de formação de professores no Rio Grande do Norte, no período de 1908 a 1958, tomando como marco temporal a criação da Escola Normal de Natal, até o final da década de 1950, quando se deu a expansão dos Cursos Normais Regionais no Estado. Neste íterim, ressalta-se a expedição de Decretos estaduais que concedem a criação de cursos normais equiparados para escolas particulares em diferentes municípios do Rio Grande do Norte, a saber: o Colégio Nossa Senhora das Vitórias em Assú, em dezembro de 1936; O Colégio Santa Águeda em Ceará Mirim e a Escola Doméstica de Natal, ambos em outubro de 1937. A despeito dos indícios da existência de ensino normal nas referidas instituições privadas, constata-se que até 1951, haviam apenas dois (2) cursos normais em funcionamento no Estado: a Escola Normal de Natal (1908) e a Escola Normal de Mossoró (1922). Desse modo, é perceptível o déficit na oferta de cursos de preparação pedagógica, sobretudo nos lugares mais remotos, apontando para a ausência de política pública voltada para a difusão da formação docente no Estado potiguar. Este cenário se modifica a partir da década de 1950, mediante a composição de uma política estadual com a cooperação técnica e financeira do INEP, que ensejou a criação e instalação de dez (10) Cursos Normais Regionais em municípios estratégicos no interior do Estado, tais como: Nova Cruz, Ceará Mirim, Pau dos Ferros, Martins, Apodi, Florânia, Alexandria, Angicos, Açu e Macau. Tais cursos eram destinados à formação de regentes de ensino primário e possibilitaram o princípio do processo de interiorização dos cursos de formação de professores, ou seja, a expansão da formação docente no Estado. A construção histórica se deu a partir da análise de fontes históricas, tais como: Leis, Decretos, Mensagens governamentais, impressos, entre outros.

Palavras-chave: Escolas Normais; Escolas Normais Equiparadas; Cursos Normais Regionais.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO-PROEJA DO IFBA CAMPUS IRECÊ

Maria Aparecida Rafael da Silva Alecrim*

Úrsula Andréa de Araújo Silva

*IFBA - E-mail: cida_marsa@hotmail.com

O Curso Técnico de nível Médio em Administração na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFBA Campus de Irecê-Ba, começou suas atividades no segundo semestre de 2019 e embora exista toda uma trajetória no processo de implantação, trataremos aqui apenas do processo de elaboração do PPC-Projeto Pedagógico do Curso, trazendo elementos importantes para a memória da instituição e do próprio Curso. No início de 2018, após algumas discussões no grupo de pesquisa da UNEB, o CONPEEJA- Conjunturas e Estudos e Pesquisas em EJA, grupo em que uma das autoras do referente trabalho é integrante, surgiu a possibilidade de se estabelecer uma relação institucional, para que discussões do grupo contribuíssem para que estes diálogos também ressoassem no IFBA Campus Irecê enquanto instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão, referendada pela comunidade. Neste contexto, discutimos com o gestor do Campus à época, a viabilidade de institucionalizar a relação com o CONPEEJA, e a partir deste diálogo foi instituída uma Comissão para discutir e (re) elaborar o PPC do Curso de Administração. Dessa forma, o objetivo dessa proposta é relatar a experiência de elaboração do PPC-Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração-PROEJA do IFBA Campus Irecê trazendo elementos determinantes para a produção da memória do Curso através de um relato de experiência desse momento utilizando a metodologia da narrativa. Discorremos sobre os passos para a efetivação da proposta como discussões acadêmicas e com a comunidade, capacitação dos membros da Comissão, seminários, tudo em busca de fundamentação para o PPC do curso, privilegiando a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA

numa perspectiva inclusiva. Como resultado vislumbramos que o propósito foi atingido, visto que o PPC foi elaborado e o curso foi implantado, além disso, contribuimos para fomentar a História da Educação Profissional, bem como do IFBA.

Palavras-chave: História da Educação Profissional, Projeto Pedagógico de Curso, Narrativas, Educação de Jovens e Adultos, PROEJA.

ENGENHEIROS EDUCADORES NO INÍCIO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL

Maria Cleide Ribeiro de Oliviera*

*IFRN - E-mail: cleidenglima@gmail.com

No decorrer da História da Educação Profissional no Brasil, uma geração de engenheiros educadores fundiu suas atuações junto as indústrias com o ensino industrial. Nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de propor uma breve pesquisa sobre a influência dos engenheiros educadores no início da história da educação profissional no Brasil (1900 e 1927), a partir da obra “História do Ensino Industrial no Brasil” de Celso Suckow da Fonseca. Para tanto, foram investigados, narrativa e documentos indicados por ele, evidenciando quais dentre os sujeitos que influenciaram o desenvolvimento do ensino profissional no Brasil, eram engenheiros educadores. A partir das primeiras providências da República (cap. 7 do Vol. I), Suckow narra os momentos desafiadores que marcaram o início das escolas profissionais (1909), principalmente no que se refere a estrutura física, pedagógica e disponibilidade de professores qualificados. Por outro lado, desde 1898, em Porto Alegre/RS, o engenheiro e professor João José Pereira Parobé, já solicitava verba para construção de uma Escola de Ensino Profissional, que veio a ser criada em 1906, chamada Instituto Técnico Profissional, posteriormente nomeada Instituto Parobé, em homenagem ao empreendedor educacional. Essa escola já apresentava bons resultados se comparado ao modelo praticado inicialmente nas escolas de aprendizes artífices constituídas pelo governo federal em 1910. Diante disso, em 1920, foi nomeada a comissão, conhecida como Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, toda composta por administradores e

mestres do Instituto Parobé, chefiada pelo engenheiro e educador experiente, João Luderitz, visto os resultados animadores dessa Instituição, com metodologia própria, comprovadamente eficiente. Esse serviço de remodelação transformou as escolas de aprendizes artífices, construindo uma estrutura física adequada as demandas do ensino profissional e um currículo inovador que elevou o nível do ensino técnico profissional e culminou com a Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, documento assinado em 13 de novembro de 1926. Essa Consolidação foi um importante passo para o ensino profissional, embora ainda destinado aos “desfavorecidos de fortuna”. O ensino técnico profissional extensivo a todos, sejam pobres ou ricos, foi defendido pelo Engenheiro e Deputado Fidélis Reis, além da obrigatoriedade de expansão das escolas de ensino profissional por todo o país, considerando o processo de industrialização em curso e a urgente demanda por mão de obra qualificada. A observação das ações desses engenheiros educadores nos leva a perceber que a necessidade de defesa do ensino profissional-industrial e a metodologia de ensino proposta foi decorrente do contato direto desses sujeitos com a indústria, na linha de frente das demandas de profissionais qualificados de apoio a engenharia, tanto em termos de quantidade quanto em qualidade e perfil profissional.

Palavras-chave: Ensino Industrial; Ensino Profissional; Engenheiros Educadores

MULHERES E CIÊNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO BRASIL

Raiana Marjorie Amaral de Oliveira*

Adriana Aparecida de Souza; Lenina Lopes Soares Silva

*IFRN - E-mail: raianamoliveira@gmail.com

A participação da mulher na sociedade brasileira tem crescido em algumas áreas, e é influenciada por fatores como o crescimento do movimento feminista, do planejamento familiar, e da conquista de direitos para as mulheres. Porém, esse crescimento é permeado por contextos de

desigualdades e especificidades que apontam as consequências do histórico patriarcal e machista do Brasil. Assim, problematizando-se a divisão sexual do trabalho e a influência cultural das atividades determinadas como femininas, temos uma participação da mulher com menor representatividade nas áreas consideradas científicas. Áreas que exigem educação/formação profissional para atuação na ciência que é marcada historicamente como próprias do universo masculino. O estudo aqui apresentado tem como objetivo promover reflexões acerca do histórico da participação das mulheres nas ciências, discutindo especificamente a educação/formação profissional dessas. Para tal, foi realizado um estudo exploratório com pesquisa bibliográfica e documental o qual permitiu conhecer fatores e contextos que influenciaram a participação de mulheres em determinadas áreas da ciência. Considera-se que, a educação/formação profissional possibilitou às mulheres atuarem no cenário científico e desempenharem papéis fundamentais para o avanço e transformação desse cenário. Os resultados também apontam avanços, mas enfatizam a necessidade de derrubar os entraves no que se refere a participação das mulheres em alguns nichos historicamente determinados como masculinos, notadamente considerando-se as particularidades nas áreas científicas. Essa realidade mostra a ampliação do acesso à educação profissional das mulheres que se reflete em sua participação no mercado e no mundo do trabalho, e também na representatividade em cargos e funções de poder públicos.

Palavras-chave: Educação Profissional; Mulher; Ciência; História.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM CONTEXTO HISTÓRICO DE DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

Rejane Bezerra Barros*

Betania Leite Ramalho; Isabel Maria da Torre Carvalho Viana

*IFRN - E-mail: rejane.barros@ifrn.edu.br

O presente estudo aborda a problemática da formação e atuação de professores bacharéis na Educação profissional e Tecnológica (EPT). Tem como objetivo apresentar um recorte dos resultados de uma investigação científica, realizada tendo como contexto empírico o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN (IFRN). Os professores bacharéis são profissionais graduados ou pós-graduados em áreas específicas, cuja maioria assume a docência sem a formação pedagógica e sem experiência no ensino. Pela própria natureza das ofertas, essencialmente, focadas nas áreas técnica e tecnológica, os Institutos Federais necessitam compor o seu corpo docente com professores para as disciplinas de formação geral e para as disciplinas técnicas. A partir da Lei n. 11.892/2008, os Institutos Federais assumiram nova institucionalidade e a ampliação da sua função social na condição de instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesse contexto, os professores necessitam lecionar em diferentes modalidades e níveis de ensino. A pesquisa buscou analisar a visão dos professores bacharéis sobre a dimensão profissional da docência e as interfaces entre a formação profissional e a atuação docente. À luz de teóricos como Freire (1996); Machado (2008); Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); Nóvoa (2009); Flores e Viana (2007); Day (2001; 2007); Ramalho e Nuñez (2014); Tardif (2002); Garcia (1999; 2009); Pacheco e Morgado (2002); Pinar (2006); Moreira (2008); Fullan e Hargreaves (2001), dentre outros, parte-se do pressuposto que a formação docente requer conhecimentos e saberes inerentes à docência como profissão. São esses conhecimentos, saberes e experiências que implicam na construção da identidade docente e no processo de desenvolvimento profissional. Trata-se de um estudo de caso (IFRN), seguindo a abordagem da pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo sido utilizados. O estudo revela a falta de políticas públicas para a formação docente para a atuação na EPT. Historicamente, as políticas voltadas para a formação docente no Brasil têm ocorrido por meio de programas e projetos, de caráter temporário e emergencial. Os professores e gestores participantes da pesquisa têm formação acadêmica bastante heterogênea e elevada titulação, perfil típico do magistério superior. No entanto, priorizam a formação continuada e o aprofundamento dos seus estudos nas áreas específicas da sua formação inicial. O estudo propõe a implementação de um Programa de Formação e Atualização Pedagógica de Docentes, como política interna de formação continuada em serviço, visando contribuir para fortalecer a identidade docente e o novo perfil dos Institutos Federais.

Palavras-chave: Formação Docente; Docência na Educação Profissional e Tecnológica; Formação Continuada; Identidade Docente; Desenvolvimento Profissional.

UMA HISTÓRIA CENTENÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS ORIGENS DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Sandra Levien*

Davi Henrique Roskopf

*IFSul - E-mail: sandralevienn@bol.com.br

O objetivo deste trabalho é relatar e resgatar, brevemente, a história de mais de cem anos de formação de trabalhadores (as) do atual Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) no estado do Rio Grande do Sul. A metodologia adotada trata-se de pesquisa bibliográfica com autores que produzem sobre a história das instituições de ensino de educação profissional no Brasil (especialmente MANFREDI (2002) e PACHECO (2015)), além disso utiliza pesquisa documental baseada em registros disponibilizados de forma online pelo próprio IFSul. A trajetória da referida instituição inicia-se pela história de outras instituições de ensino que lhe deram origem. Tudo começa em 1917, na cidade de Pelotas – RS, com a criação da Escola de Artes e Ofícios, através de um esforço da sociedade civil que tinha como propósito oferecer educação profissional em uma concepção assistencialista e compensatória, ou seja, destinada aos pobres e desafortunados (MANFREDI, 2002). No entanto, as aulas somente se efetivaram após 1930 quando o município de Pelotas assumiu essa instituição e criou a “Escola Técnico Profissional” que, mais tarde, foi denominada Instituto Profissional Técnico, funcionado até 1940. Em 1942 nasce a Escola Técnica de Pelotas, estabelecida no mesmo prédio do atual câmpus Pelotas do IFSul. A inauguração, porém, ocorreu somente em 1943 com a presença do presidente Getúlio Vargas. As aulas só iniciaram em 1945 oferecendo cursos profissionalizantes de curta duração. Apenas em 1953 é criado o primeiro curso técnico (Curso de Construção de Máquinas e Motores). Em 1959 a Escola passa a ser uma autarquia Federal e, em 1965, assume a nomenclatura de Escola Técnica Federal de Pelotas, especializada na formação de técnicos para as

indústrias e de educação profissional de nível médio. Em 1996 entra em funcionamento a primeira Unidade de Ensino Descentralizada na cidade de Sapucaia do Sul – RS. Em 1998 começa a oferecer o nível superior de ensino (Programa Especial de Formação Pedagógica). Em 1999 a Escola passa a assumir a nomenclatura de Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (Cefet) passando a oferecer também cursos de graduação e pós-graduação. Em 2006 e 2007 o Cefet ganha mais duas unidades descentralizadas: em Charqueadas – RS e em Passo Fundo-RS. Em 29 de dezembro de 2008 o Cefet torna-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, o atual IFSul, com sua reitoria ainda na cidade de Pelotas (IFSul, 2018). Atualmente o IFSul está presente em 14 campi, espalhados e interiorizados pelo RS, com prioridade na educação profissional técnica de nível médio, visando a formação integral do educando. Assim, o IFSul, apesar de aparentar ser uma instituição ainda jovem, já que nesta nomenclatura tem apenas 11 anos de existência, tem uma história centenária, advinda de lutas e conquistas, para que se tornasse hoje uma instituição voltada à formação de trabalhadores(as) e com o compromisso no todo social, como afirma Pacheco (2015).

Palavras-chave: Instituto Federal Sul-rio-grandense; Educação Profissional; História.

CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL

Sandra Machado Lunardi Marques*

*PUC-SP - E-mail: lunar5@ig.com.br

O presente artigo aponta a precariedade de estudos sobre o ensino profissional no que tange à coleta e à crítica de fontes, além de partirem da desqualificação e não da qualificação da força de trabalho, no início do século XX. A construção da história do ensino profissional estadual erige o ano de 1934, data da criação da Superintendência da Educação Profissional, como marco zero, de acordo com o discurso científico da racionalização do trabalho. A análise do Inquérito sobre o ensino público paulista, realizada pelo então jornalista Fernando de Azevedo é objeto

desse artigo. O Inquérito tornou-se um instrumento para criar um consenso de que esse ensino de 1911 – 1934 era atrasado e empírico, defendendo sua substituição pelo self-supporting (produção industrial pelas escolas profissionais) em moldes tayloristas, fordistas e da Psicotécnica, atendendo interesses dos “liberais reformadores”.

Palavras-chave: ensino profissional estadual; self-supporting; inquérito; qualificação do trabalho.